Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

João Miguel Ferreira Gonçalves

Os movimentos e a luta pelo espaço verde na cidade do Porto: o caso do Movimento pelo Parque da Cidade (1998-2004)

Tese de Mestrado

Mestrado em História

Trabalho efetuado sob orientação do

Professor Doutor Bruno Madeira

Julho de 2024

Resumo

O Movimento pelo Parque da Cidade desempenhou um papel importantíssimo na segunda fase do projeto de instalação do Parque Ocidental da Cidade do Porto ao mobilizar centenas de cidadãos e demonstrar que é possível exercer o direito de participação coletiva num grande espaço urbano. A consciência urbana e a luta que este movimento ambiental popular desenvolveu refletiram-se na democracia local portuense, mesmo possuindo uma dimensão menos reconhecida e valorizada no contexto das demais movimentações sociais e culturais desse período. Dito isto, neste trabalho procura-se explicar a importância do Parque Ocidental na cidade do Porto e evidenciar o papel do Movimento pelo Parque da Cidade nas envolventes do Parque da Cidade, o que fundamentou o seu aparecimento e as suas principais realizações, privilegiando sempre a análise dos Planos Diretores Municipais do Porto e as publicações periódicas dadas à estampa neste período e que cobriram o processo em estudo.

Palavras-chaves: Movimento pelo Parque da Cidade, Debate, Parques Urbanos e Espaços Verdes.

Abstract

The *Movimento pelo Parque da Cidade* played a crucial role in the project for Porto's Western City Park by mobilizing hundreds of citizens and showing that collective participation in public policies in a large urban space is possible. The urban awareness and the struggle that this popular environmental movement developed had a significant impact on Porto's local democracy, even though it received less recognition compared to other social and cultural movements of the time. Said this, this work aims to explain the importance of the Western Park in the city of Porto and highlight the role of the *Movimento pelo Parque da Cidade* in the areas surrounding the City Park, its emergence and main achievements. The analysis focuses particularly on Porto's Municipal Urban Plans and the periodical publications from that period that covered the process under study.

Keywords: *Movimento pelo Parque da Cidade*, Debate, Urban Parks and Green Spaces.

Índice

Introdução 7

1 – O Movimento pelos Parques Urbanos e Escolas Paisagistas 16

1.1 – Espaços verdes públicos e utilização social do espaço 26

1.2 – Espaços verdes e Sustentabilidade 44

1.3 – Direito à Cidade e Direito à Natureza na Cidade 52

2 – A reflexão social e a política ambiental portuguesa 55

2.1 – Os Movimentos Ambientais Populares Portugueses 57

2.2 – Evolução da política ambiental portuguesa 62

2.3 – Reflexão social e legislativa 70

3 – Espaços verdes no Porto 73

3.1 – Prólogo ao Plano da Cidade do Porto de Ezequiel Campos (1932) 79

3.2 – Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral (1942) 82

3.3 – Plano Regulador de Almeida Garret (1952) 86

3.4 – Plano Diretor do Porto de Robert Auzelle (1962) 89

4 – O Parque da Cidade do Porto 93

4.1 – Investigação sobre a história dos Parques Urbanos. 98

4.2 – 1º Fase do Projeto do Parque da Cidade (1985 – 1993) 102

5 – O Movimento pelo Parque da Cidade e a segunda fase do projeto do Parque da Cidade (1998 - 2002) 108

5.1 – A Frente de Aldoar 109

5.2 – O caso do viaduto e da Frente Marítima 112

5.3 – As frentes urbanas da Av. da Boavista e da Estrada da Circunvalação 119

5.4 – Depois do Movimento pelo Parque da Cidade 133

Conclusão 136

Fontes e Bibliografia 141

Introdução

À primeira vista, a origem do Movimento pelo Parque da Cidade parece estar associada ao aparecimento de possíveis frentes urbanas nas envolventes do Parque da Cidade, mais concretamente na Estrada da Circunvalação e na Avenida da Boavista. Para aqueles que não tenham acompanhado o desenvolvimento do Parque da Cidade, parece que toda a sua evolução foi pacífica e coerente, que nunca existiu uma intensa luta contra a intenção de construir nas frentes urbanas, sem antes haver discussão pública, nem que a reserva deste espaço havia sido proposta já na década de 1920. Consultada a escassa bibliografia que aborda, ainda que de forma muito sintética, a génese e as caraterísticas dos movimentos ambientais populares após o 25 de abril de 1974, ficámos com a sensação de estarmos perante uma paralisante ausência de fontes que relatassem as realizações ou o propósito desses mesmos movimentos, quanto mais do Movimento pelo Parque da Cidade.

Por outro lado, atualmente vivemos num tempo em que a defesa do meio ambiente se tornou, aparentemente, consensual. O discurso ecologista foi incorporado por empresas, por governos e é conhecido em praticamente toda a sociedade portuguesa. A defesa do ambiente vende e distingue consumos. As cidades adaptam-se de forma a incorporar índices ambientais aceitáveis e possuir uma grande variedade de espaços de verdes e de lazer. O esforço essencial de conservação do mundo urbano foi também transferido para o indivíduo, que deve optar por produtos ecologicamente responsáveis, reduzir o consumo, respeitar os espaços públicos (verdes ou não), cuidar do seu quintal ou jardim (se o possuir) e que é onerado por uma nova fiscalidade verde. Temos atualmente a consciência que o ser humano é capaz de transformar e moldar qualquer espaço de acordo com as suas necessidades, mudar os próprios cursos dos rios através de barragens, ligar continentes e ilhas através de canais ou até dizimar ecossistemas através de bombas de hidrogénio. Desta feita, entendemos que a investigação teria de olhar para as notícias e objetivos concretos do Movimento pelo Parque da Cidade não exclusivamente sob a ótica local e genérica de um movimento ambiental popular, mas, sobretudo, sob a perspetiva de um movimento que procurava influenciar e contribuir para a definição da política urbana da sua cidade, em sintonia com o que, no resto do Mundo, se vinha verificando.

Em retrospetiva, desde a Revolução dos Cravos de 1974, os cidadãos portugueses tenderam a exigir uma democracia participada e aberta à sociedade civil. Inúmeros movimentos sociais despontaram em torno de objetivos materiais e locais, de conquista de direitos como a

habitação, a educação, o saneamento básico ou a saúde. Partindo de um nível de vida tão baixo, reivindicações não-materiais como as ambientais, estavam longe de figurar no topo das prioridades populares portuguesas. Como tal, o motivo de maior pertinência académica desta investigação passa pela carência de estudos sobre os movimentos ambientais portugueses, ainda que neste caso nos centremos num movimento específico – o Movimento pelo Parque da Cidade. Neste ponto, em Portugal, os únicos trabalhos de longo fôlego são da autoria de Elisabete Figueiredo e Teresa Fidélis e centram-se, sobretudo, na análise do localismo associado aos movimentos ambientais populares. Contam-se, noutros campos do saber, a tese de mestrado de Maria Eugénia Rodrigues, apresentada, em 1995 à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e a tese de mestrado de Bruno Madeira, apresentada em 2016 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porém, nos vários textos consultados, raramente vimos a dimensão urbanística ser abordada, até porque, na maior parte das vezes, esta questão não se colocava. Nesses trabalhos procura-se sempre analisar a atividade do movimento ambiental popular ou do movimento ecológico, os seus participantes e as suas realizações.

Contudo, tendo em conta as caraterísticas dos movimentos ambientais populares, precisamos de analisar as suas lutas através de um espectro que vá além da ligação, óbvia, entre o movimento ecológico e o combate ao crescimento económico e urbano. Já existe uma maior consciencialização das causas ecológicas, pelo que é uma hipocrisia mantermo-nos fiéis a esta dualidade ultrapassada que só adiou a resolução de diversos problemas, tanto económicos, como urbanos e ecológicos. De um ponto de vista ecológico, resultou numa comercialização do conceito de sustentabilidade com a venda de bens "verdes", na florestação de espécies vegetais de "crescimento rápido" de forma a suprir as necessidades urbanas, que, por sua vez, promoveram a extinção de espécies vegetais de "crescimento lento" ou na maior taxação de indústrias poluentes, que continuam a poluir, ocultar ou desviar os danos ambientais através de pagamentos pecuniários. Do ponto de vista urbano, apercebemo-nos que os centros urbanos são a maior causa de poluição no mundo, no entanto continuamos a promover o seu crescimento desenfreado, sem antes precaver ou antecipar futuras consequências. Existe a consciencialização social, mas não existe a mudança. E a culpa não é do individuo que tenta alcançar uma transformação da realidade através dos seus gestos individuais, é da espécie humana enquanto um todo que não procura a união para a mudança. Ou seja, o problema principal é o modo de exploração capitalista dos recursos naturais e a economia consumista, assente na necessidade de novidade permanente e na obsolescência programada dos bens materiais. Mais do que uma tomada de consciência

individual ou coletiva, o que é determinante para a salvaguarda do meio ambiente é uma rutura que formule e implemente estratégias de desenvolvimento que respeitem os limites do planeta. E num plano ecológico é exatamente isto que está em causa, para alcançarmos um futuro sustentável e comum, livre das amarras da emergência climática e dos problemas urbanos. Normalmente não são os fins que estão errados, mas sim a forma como os usamos. Tomemos, por exemplo, a energia elétrica, que embora seja, de certa forma, mais sustentável que os combustíveis fósseis, os múltiplos usos da eletricidade fabricam enormes quantidades de lixo devido à produção excessiva de objetos eletrónicos.

Isto é especialmente pertinente no objeto de estudo escolhido, pois entendemos que desenvolver um projeto de investigação sobre o Movimento pelo Parque da Cidade cumpre uma dupla função que deve caber a um trabalho em história contemporânea: analisar, interpretar e dar a conhecer o passado e entender como este interfere no presente. A historiografia tem privilegiado, salvo algumas exceções, uma análise centrada nas grandes instituições ou movimentos sociais de grandes dimensões, ambientais ou não, e descurado o estudo do papel fundamental desempenhado pelos cidadãos em todo este processo, a sua capacidade de organização e a multiplicidade de temas que este tipo intervenção popular projeta e inscreve no espaço coletivo. No fundo, consideramos que, para conhecer e compreender a história e a natureza do movimento ecológico, se impõe um maior conhecimento e compreensão do papel que a sociedade civil assumiu. Assim, e tendo em conta o contexto em que surge, procuraremos fazer um enquadramento dos antecedentes históricos que marcaram o surgimento do Movimento pelo Parque da Cidade, o que levou cidadãos a organizarem-se e a debaterem o futuro urbano da sua cidade, as práticas nacionais que o antecederam, ao que se propôs, o que concretizou, as várias formas de atuação que dele resultaram, o percurso e a ideia do projeto para o Parque da Cidade e as várias representações e medidas que os *media* e a Câmara Municipal do Porto foram disseminando e tomando, respetivamente. Naturalmente, as principais fontes para este trabalho residem na documentação produzida pelos órgãos de comunicação social, artigos, notícias, debates ou peças televisivas, e em algumas atas municipais e planos urbanos do Porto. Mas, como vimos afirmando, não se buscarão apenas as realizações do Movimento pelo Parque da Cidade, interessam-nos também as propostas do Movimento, ou de elementos a ele ligados, em relação ao Parque da Cidade e ao urbanismo portuense, assim como aferir da sua efetiva viabilidade prática.

Ao partir para uma investigação sobre este tipo de movimento ambiental popular, temos de ter em consideração o contexto político, social, económico e cultural em que Portugal vivia. Portugal, e em especial o Porto, estavam numa fase de expansão urbana e temas como o desenvolvimento sustentável, as alterações climáticas ou a dimensão do buraco na camada do ozono só nessa época começavam a ser timidamente discutidos na sociedade portuguesa. Por sua vez, o Porto, devido aos projetos da Sociedade Porto 2001 e de forma a promover o Porto Cidade Europeia da Cultura em 2001, alterou grande parte da estrutura urbana da cidade e procurou urbanizar as poucas áreas rurais ainda remanescentes no concelho, renovando, alterando ou projetando novas infraestruturas um pouco por toda a sua área metropolitana. Como tal, numa perspetiva de complementaridade optou-se ainda por estudar diversas obras e artigos (estrangeiros e nacionais) sobre o direito à natureza na cidade, o urbanismo e a arquitetura paisagista, especialmente os que estavam intimamente ligados ao Movimento pelos Parques Urbanos e as escolas paisagistas que despontaram por volta do século XVI e XVII. A incidência sobre estes temas permitiu também aferir a importância que os espaços verdes no mundo urbano têm no bem-estar dos cidadãos e as suas funções. Por último, devido à sua ligação à conceção do Parque da Cidade, procurou-se também fazer um estudo mais aprofundado sobre a cultura ecológica portuguesa na viragem e início do século XXI e o desenvolvimento das políticas urbanas portuguesas pós - 25 de abril 1974. Neste enquadramento foram fundamentais os inquéritos coordenados por João Almeida, referentes ao final do século XX e ao início do século XXI. Para um estudo mais apurado do Movimento pelo Parque da Cidade foi também fundamental a recolha e análise breve de algumas lutas pelo saneamento básico, pela água potável, por habitações com condições de salubridade, contra a proliferação de lixos e lixeiras nos espaços residenciais. Contudo, não sendo esse o objetivo da nossa investigação, por não se enquadrar na luta do Movimento em estudo, esta investigação não será colocada neste trabalho. Embora, cremos que pudesse ter contribuído, em algumas situações, para uma mais profunda compreensão das ações do Movimento pelo Parque da Cidade.

Neste sentido, consideramos ser importante definir algumas questões pertinentes:

1. Como nasce o Movimento pelo Parque da Cidade? Porque nasce?

Colocamo-la no sentido de elencarmos as preocupações enunciadas pelo Movimento nos vários periódicos consultados e da resposta que se propõem dar-lhes. Com a segunda questão

procuramos dirigir-nos ao contexto, local e nacional, em que este movimento popular surge e ao papel que almejou ter no desenho urbano do Porto.

2.Demagogia, direito de participação coletiva ou falta de transparência?

Importa-nos perceber se podemos falar de demagogia ecológica quando analisamos o conjunto de ações, informações ou debates promovidos pelo Movimento pelo Parque da Cidade ou se, por outro lado, estamos perante uma causa que beneficiou da falta de transparência de um executivo municipal para levar avante as suas reivindicações para uma cidade "mais verde". Por outro lado, queremos também perceber como o direito de participação coletiva impulsionou o Movimento pelo Parque da Cidade e se este impulso surgiu da falta de transparência da Câmara Municipal do Porto. Embora o objetivo não seja uma resposta a esta pergunta, queremos analisar estes três pontos que, por facilidade de trabalho, enumeramos como: análise da evolução do projeto para o Parque da Cidade no executivo portuense, as suas funções na cidade do Porto e o propósito do Movimento pelo Parque da Cidade.

3. Como é que o projeto do Parque Ocidental da Cidade foi afetado (pelo quê?)?

Pretendemos, nas diversas cronologias e variações, traçar as influências que ajudaram a definir o Parque Ocidental da Cidade do Porto. Numa primeira fase, os textos que deram origem ao desenho do Parque serão, naturalmente, a forma privilegiada de alcançar esse objetivo. Porque ainda que os urbanistas e paisagistas portugueses tenham também eles desenvolvido pensamento nesta área, o próprio paisagista do Parque Ocidental da Cidade, Sidónio Pardal, afirmou que o seu desenho é inspirado nos grandes artistas dos séculos XVII - XIX. Numa segunda fase, mais associada ao movimento ambiental popular em estudo, iremos estudar como é que as ações da Câmara Municipal do Porto e dos cidadãos que se propuseram defender o espaço tiveram grande influência nos projetos e no desenho atual do Parque. No fundo, e sendo este ponto transversal a todo o trabalho de investigação, trata-se de pôr em perspetiva o Parque da Cidade e o Movimento pelo Parque da Cidade de forma a situá-los no contexto urbanístico e social pelos quais foram influenciados e de cujo mosaico fazem parte.

4. Movimento ecológico ou ação popular?

À primeira vista parece evidente que a estruturação do movimento ambiental popular terá tido a sua origem e fim na sua causa – a defesa dos interesses populares sobre o Parque da Cidade – e não foi de todo um movimento que se originou devido a causa ecológicas. Não obstante

esta afirmação, importa tentar perceber que tipo de influência o Movimento pelo Parque da Cidade pretendeu ter (e teve) no futuro urbano e nos espaços verdes (novos e já construídos) do Porto, como se envolveram no processo político, por mais espontâneos ou informais que possam ter sido, e que contributo este teve para a uniformização e clarificação do então denominado Parque da Cidade. A isto soma-se o intuito de perceber e sistematizar o processo de irradiação do Movimento pelo Parque da Cidade pelos vários estratos sociais e organizações, o seu referendo e como é que se articulavam com a comunicação social. No fundo, tentar-se-á compreender se a sociedade portuense se sentiu impelida a participar nos processos de reivindicação ambiental e urbana do Porto ou esse apoio se verificou porque esta comunidade enfrentou uma ameaça palpável ao seu bem-estar, decorrente de comportamentos urbanos e económicos de indivíduos ou empresas que puseram em causa a sua qualidade de vida. Ou seja, pretendemos perceber se o Movimento pelo Parque da Cidade se sentiu impelido a lutar por intenções ecológicas, rumo ao desenvolvimento sustentável, a uma cidade "verde" e urbanisticamente pensada para alcançar o bem-estar e saúde dos cidadãos ou se terá sido uma reação às supostas intenções imobiliárias sobre o espaço do Parque da Cidade.

5. Grande e pequenas realizações:

Tem-se também por objetivo fazer um levantamento, tão exaustivo quanto possível, de todas as iniciativas promovidas pelo Movimento pelo Parque da Cidade ou a ele ligadas.

6. Cidade verde? Como?

A procura por visões alternativas formou uma "sustentabilidade positiva" que procura construir cidades "verdes" ou "sustentáveis" e garantir o bem-estar, a participação coletiva e a coesão económica, social e ecológica na construção da cidade. Mas, por outro lado, motivou uma vasta produção teórica sobre as vantagens ou desvantagens do consumo excessivo e do crescimento económico, da opção por uma cidade e uma política urbana mais "verde", e outras tantas discussões sobre possíveis alternativas para resolver a crise urbana e ecológica que atualmente vivemos. Ninguém se alheou deste debate e, por isso, merecerá grande atenção no nosso trabalho.

7. Influência eleitoral

Pretendemos perceber se o Movimento pelo Parque da Cidade teve influência na (re)definição das propostas eleitorais dos partidos e como estas mobilizaram o eleitorado

portuense a participar na Marcha de Solidariedade pelo Parque da Cidade e nas eleições autárquicas de 2001. Por outro lado, ao nível das relações institucionais, procurar-se-á estabelecer, se houve alguma intervenção do Movimento pelo Parque da Cidade pós-eleições – que, revestindo-se de importância, não será a prioridade do nosso trabalho.

Para responder a estas questões decidimos estruturar o nosso trabalho em cinco capítulos. O primeiro – O Movimento pelos Parques Urbanos e Escolas Paisagistas – corresponde a um exercício de conjugação do Estado da Arte sobre a investigação acerca do Movimento pelos Parques Urbanos, fundada na bibliografia deste movimento paisagista. Deste modo, faremos uma breve resenha histórica sobre os espaços verdes que influenciaram o desenho do Parque da Cidade, numa linha cronológica que recua ao século XVII e que traremos até ao século XIX, sendo este último o que mais nos interessa e sobre o qual recai o essencial da nossa análise. No fundo, procuramos compreender como a arquitetura paisagística processou o desejo humano de se aproximar de meios naturais e como esta, através de inúmeros espaços verdes (de diferentes tipologias), fez nascer o debate sobre o papel da arquitetura paisagista, do direito à cidade e do direito à natureza na cidade e à formulação de uma ideologia conservacionista, crítica do sistema urbano desorganizado. Iremos também discutir com bastante profundidade a importância dos espaços verdes no espaço urbano, quais as suas funções e perceber quais terão sido os contributos teóricos essenciais que o Movimento pelos Parques Urbanos trouxe ao urbanismo, à ecologia e ao bem-estar e à saúde humana.

No segundo capítulo – A reflexão social e a política ambiental portuguesa – procura-se expor, sinteticamente, o contexto social e a política ambiental e urbana portuguesa após o 25 de abril no sentido de se fazer um enquadramento correto do balanço ambiental, social e urbano, a nível estatal, numa altura em que a luta ecológica portuguesa se desenvolvia. Daqui passamos para uma análise, breve, sobre os movimentos ambientais portugueses e procuramos explicar como se organizavam, o que defendiam, a sua mediatização, o seu impacto, como o localismo e a cultura ecológica portuguesa afetavam as suas ações e quem eram os seus participantes.

No terceiro capítulo – Espaços verdes no Porto – abordamos aquela que foi a principal discussão à volta dos espaços verdes no Porto. Traçamos a história dos horticultores portuenses do século XIX, o papel dos vários planos urbanos da Câmara Municipal do Porto e revelamos a importância que ambos tiveram no arranque da discussão urbanística dos espaços verdes e na reserva e formação daqueles que são as áreas verdes da cidade. Um debate que se abre,

claramente, no século XIX, ainda que com menor ênfase do que teria no século XX, e que conduziu aos múltiplos espaços verdes, ainda hoje, presentes no espaço público portuense.

No quarto capítulo – O Parque da Cidade do Porto – iremos apresentar a história do Parque Ocidental da Cidade, desde os seus primórdios até a sua primeira fase de construção. O papel e a natureza dos vários planos urbanos de Porto e os estudos coordenados por Sidónio Pardal, iniciados na década de 1980, terão especial relevância, não só para o desenho atual do espaço do Parque, como também para perceber o movimento ambiental popular que mais tarde surge em sua defesa. Centrando a nossa análise no Parque da Cidade, ou no que aí antes existia, procuraremos realçar ainda a importância do projeto de Sidónio Pardal na transformação de um espaço outrora degradado num local atualmente adotado e valorizado por todos os cidadãos que o visitam. Assim, apresentamos aquelas que consideramos serem as principais linhas do projeto de Sidónio Pardal para o Parque Ocidental da Cidade e como a arquitetura paisagista é importante para as funções de um espaço verde. Procura-se também evidenciar o impacto do então Parque da Cidade nos cidadãos, nos académicos e no Porto.

Por fim, no quinto capítulo – O Movimento pelo Parque da Cidade e a segunda fase do projeto do Parque da Cidade (1998 - 2002) – acompanhamos toda a segunda fase do projeto do Parque Ocidental da Cidade, antes e depois do Movimento que surge em sua defesa, com o maior rigor descritivo possível. O êxito do Parque da Cidade abriu um conjunto de amplas perspetivas de debate entre os vários projetos e acordos sobre o Parque da Cidade, muitas vezes não coordenados entre si. Além do acompanhamento destes múltiplos projetos ou acordos, procuramos dar uma imagem de como estes foram sendo trabalhados e como se tornaram amplamente criticados. Seguimos com o surgimento da luta do Movimento pelo Parque da Cidade do Porto que vai culminar na Marcha de Solidariedade pelo Parque da Cidade e em múltiplos debates entre os membros do Movimento pelo Parque da Cidade, da Câmara Municipal do Porto, cidadãos, jornalistas e arquitetos. Na sua génese estará a necessidade de instituir um novo tipo de desenvolvimento urbano, apoiado na transparência e no debate. Contudo, e apesar de nas fontes e na bibliografia existentes isso pouco perpassar, a verdade é que os movimentos ambientais populares, e em especial o Movimento pelo Parque da Cidade, se distinguiram na forma como foram capazes de influenciar as políticas públicas das localidades em que atuaram, nem que seja pelo facto de terem aberto essa discussão ao cidadão comum. A prolífica produção mediática associada à atuação popular de diversos cidadãos, com ou sem ligação ao movimento ecológico, e ao Parque da Cidade, após o surgimento do Movimento pelo Parque da Cidade, reflete

e expõe a importância deste grupo. Será esta a análise sobre as ações do Movimento pelo Parque da Cidade, procurando sempre demonstrar a que realizações concretas conduziu e o impacto e sucesso relativo deste movimento.

Como é natural, daremos também importância às diversas opiniões da Câmara Municipal do Porto sobre o debate que se propunha e ao papel que um possível referendo desempenhou, de forma a discutir e demonstrar como as propostas do Movimento pelo Parque da Cidade foram revelantes para o desenvolvimento do Parque Ocidental da Cidade. Por outro lado, a mundividência de várias notícias que danificavam a imagem do executivo portuense, em grande medida devido a acordos, permutas e desenvolvimentos suspeitos (ou pelo menos, não comunicados ao público) serão outra das questões que mais peso representaram nas publicações da comunicação social e nas ações do Movimento pelo Parque da Cidade e, assim sendo, consagramos-lhe também parte considerável da nossa atenção neste capítulo, privilegiando as fontes jornalísticas deste período. Por fim, este quinto capítulo irá tratar ainda o impacto deste movimento ambiental popular na escolha eleitoral dos eleitores para a Câmara Municipal do Porto e como o Parque Ocidental da Cidade assumiu um papel de relevo no desenho urbano e na economia portuense. Uma preocupação que foi ganhando, progressivamente, peso no erário público local.

1 – O Movimento pelos Parques Urbanos e Escolas Paisagistas

Como explicamos, entendemos ser fulcral apresentar uma reflexão introdutória e de enquadramento sobre a importância da inserção de espaços verdes nos meios urbanos e, mais especificamente, sobre as funções que o Parque da Cidade desempenha na cidade do Porto. Além disto, queremos também compreender a razão do surgimento deste tipo de iniciativas, empreendidas em defesa dos espaços verdes e da qualidade de vida a nível local, e, para melhor o fazermos, selecionámos uma bibliografia diversificada e plural que nos permitisse alcançar os objetivos da investigação a que nos propusemos e visualizar quais as políticas que ajudaram a desenhar o espaço urbano do Porto. Assim, as obras, os artigos e as teses consultados correspondem a diferentes cronologias e perspetivas sobre os espaços verdes – onde o Parque Urbano é o exemplo mais destacado –, sobre o "direito à cidade" – como movimento e como corpo teórico, político e ideológico –, sobre a política ambiental e de ordenamento territorial em Portugal e sobre os movimentos ambientais populares portugueses. Dito isto, e tendo em conta que os trabalhos iniciais para o Parque da Cidade do Porto começaram com uma investigação sobre a experiência em parques urbanos, a sua história e a literatura sobre eles produzida, começamos esta investigação com uma breve resenha histórica sobre a arquitetura paisagista que inspirou as funções e o desenho do Parque da Cidade, o que nos levou até ao final do século XVII.

De acordo com Sidónio Pardal (2006, p. 112), a falta de projetos de parques urbanos no século XX "forçou-o" a olhar para os tratados de urbanismo, a literatura e a arquitetura paisagista dos séculos XVIII e XIX, que, segundo este, eram mais coerentes e claros. Apesar da paisagem rural portuguesa, incluindo a arquitetura popular portuense presente ter tido uma pequena influência no plano para o Parque da Cidade, para Sidónio Pardal, "o desafio de projetar o Parque da Cidade exigia o reencontro com as teorias dos mestres" (Pardal, 2006, p. 11). Assim, o paisagista português procurou estudar as principais referências da Escola Paisagista Inglesa, como os parques urbanos desenhados por Lancelot Brown, os *Red Books* que Humphry Repton escreveu ao longo da última década do século XVIII ou princípios paisagísticos e espaços verdes projetados pelo príncipe alemão Hermon von Puckler-Muskau, por Andre Le Nôtre e por Frederick Olmsted. Para o paisagista português, as praças, alamedas, jardins públicos e os parques urbanos, até o início do século XX, eram figuras de uma conceção cívica da cidade – familiar e cosmopolita – e eram entendidos como um todo orgânico, onde se conjugam os valores da sociabilidade com o bem-estar dos habitantes da cidade (Pardal, 2006, p. 12).

Figura 1 Vista do castelo de Vaux-le-Vimconte. Imagem retirada do website: https://www.moretimetotravel.com/ten-reasons-visit-chateau-de-vaux-le-vicomte/

Para Sidónio Pardal (2006, p. 49 - 50), o conceito de jardim paisagístico, ou aquilo a que chamamos hoje parque urbano, surge no século XVII, em França, com Andre Le Nôtre[1] e a sua intenção de criar um desenho compatível com grandes escalas e suscetível de ser aplicado à paisagem, integrando todos os usos que essa paisagem poderia oferecer, ultrapassando os tradicionais jardins enclausurados. Assim, o conceito de parque urbano surge das interpretações e análises arquitetónicas e paisagistas, das emoções estéticas e das condições geomorfológicas que inspiraram o arquiteto a procurar estabelecer uma ordem apropriadora sobre todo o território e a transformá-lo num espaço compreendido e controlado (Pardal, 2006, pp. 49 - 50).

Apesar do Vaux-Le-Vicomte (figura 1), de André Le Nôtre, ser uma mera representação das paisagens rurais envolventes e não ter qualquer função ecológica ou social, Le Nôtre foi dos primeiros a ver o território como uma matéria-prima para a construção de paisagens e a revisitar a relação entre o mundo urbano e a natureza (Pardal, 2006, p. 52). Como podemos observar na figura 1, através da aplicação de princípios geométricos para definir cada jardim formal e a incorporação de elementos naturais, como florestas ou prados que rodeiam o castelo, André Le Nôtre conseguiu conciliar, harmoniosamente, os elementos urbanos e arquitetónicos, isto é, a

[1] André Le Nôtre (1613 - 1700) foi um arquiteto paisagista francês do século XVII conhecido, principalmente, pelo seu trabalho nos jardins do Palácio de Versalhes, encomendado pelo rei absolutista Luís XIV. Le Nôtre é considerado um dos mestres da arquitetura paisagista francesa e é conhecido pelas linhas geométricas, simetria e esculturas ornamentais dos seus jardins.

habitação principal, estátuas, fontes e as avenidas, com a natureza e assim criar um espaço verde onde é possível encontrar a beleza e as formas do mundo natural num espaço construído. Le Nôtre utilizou ainda as avenidas longas para interligar os vários espaços do parque à residência principal e lagos espelhados, *parterres*[2] e a topiária para projetar a ordem humana sobre o mundo natural, a infinitude da paisagem e principalmente a grandiosidade do proprietário. Para além disto, o arquiteto paisagista francês procurou utilizar de forma inteligente o conhecimento das ciências naturais e as dinâmicas dos ecossistemas para observar criticamente os geomorfismos[3] e aprender a usar os seus padrões para planear e projetar novas paisagens que contrastassem com a impermeabilidade cinzenta das construções. Para Sidónio Pardal (2006, p. 52), foi isto que distinguiu o Vaux-Le-Vimconte dos demais espaços verdes existentes até então.

Por sua vez, Ricardo Abreu (2007, p. 27) afirma que os primeiros parques urbanos, com utilidade pública, resultaram da ação do Movimento dos Parques Urbanos, fruto das iniciativas dos arquitetos paisagistas que procuravam aproximar o mundo urbano e a natureza. Ian McHarg, no livro *Design with Nature*, explica a importância da Escola Paisagista Inglesa e do Movimento dos Parques Urbanos:

> começando com a paisagem nua, uma agricultura retrógrada e um padrão medieval atenuado de terras arrendadas, esta tradição de paisagem possibilitou a reabilitação de uma imagem do campo equilibrada que persiste ainda hoje. É um tributo a presciência de Kent, Brown, Repton e aos seus seguidores que, apesar da inexistência da ecologia enquanto ciência, utilizavam os seus materiais de desenho e plantas para criar comunidade que refletem tão bem os processos naturais que perduram e são autossustentáveis (Pardal, 2006, p. 112).

[2] Canteiros de flores e arbustos organizados em padrões geométricos.

[3] Geomorfismos são as formas e estruturas encontradas na superfície terrestre, resultantes dos processos geológicos, como as forças tectónicas, a erosão, a deposição de sedimentos ou o transporte, movimento ou modelação do solo, como montanhas, vales, planícies, colinas, etc. Os geomorfismos são uma parte essencial no estudo da geografia e ajudam a entender a história geológica de uma área, desempenhando um papel importante na determinação da paisagem e na influência do clima e da biodiversidade de uma região.

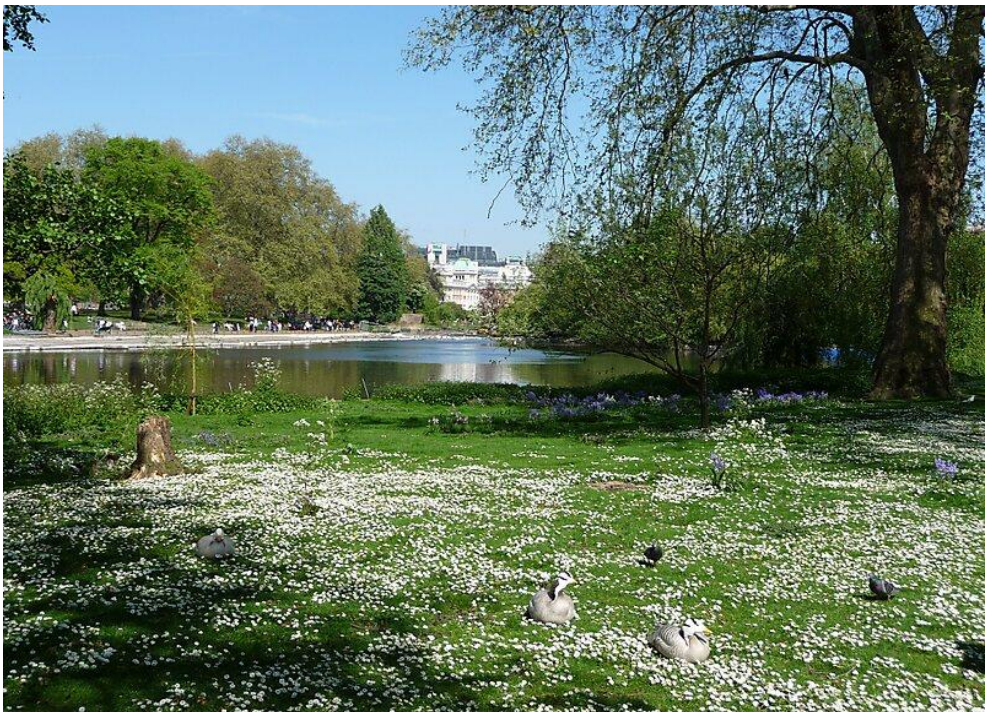


Figura 2. St. James Park. Imagem retirada do website: https://travel.sygic.com/en/poi/st-james-s-park-poi:481

Para Sidónio Pardal (2006, p. 47), a Escola Paisagista Inglesa e o Movimento dos Parques Urbanos contribuíram para que os espaços verdes se tornassem parte integrante do meio que os rodeia. Para além disto, com a Escola Paisagista Inglesa, os processos onde o arquiteto paisagista reabilita a paisagem tornaram-se importantes para a sustentabilidade do solo urbano e para que a paisagem passasse a ser vista como uma criação artística. No fundo, a arte paisagista forma-se quando o artista, compreendendo as leis e as formas da natureza, acelera o processo de regeneração e modela o solo e a paisagem ao ponto de, atualmente, ninguém conseguir distinguir o que é original e o que é artificial (fig. 2) – a arte está, justamente, em criar uma paisagem que se desenvolva harmoniosamente no espaço disponível e em sintonia com espaço urbano existente e circundante.

Figura 3. Parterres dos Jardins de Boboli. Imagem retirada do website: https://www.viator.com/pt-PT/tours/Florence/BOBOLI-THE-GARDEN-OF-WONDERS/d519-35344P37

Figura 4. Jardins de Versailles. Imagem retirada do website: https://messumslondon.com/product/versailles-gardens-1-latone-fountain-and-parterre/

Na sua obra *City and Environment,* Christopher Boone e Ali Modarres (2006, p. 163) explicam que os princípios da escola paisagista inglesa começaram a surgir no início do século XVIII com objetivos e uma visão paisagística diferente (fig. 2) do estilo formal e simétrico dos jardins barrocos franceses ou dos jardins renascentistas italianos (figs. 3 e 4). Como podemos observar nas figuras 3 e 4, a geometria e a matemática eram importantíssimas para os italianos e franceses, principalmente para ordenar e modelar com precisão os diversos caminhos e alamedas retas que organizavam os jardins, pomares e hortas em torno dos eixos principais, geralmente alinhados com a fachada da residência (Boone & Modarres, 2006, p. 27). Destacamos ainda a utilização de topiária e dos *parterres* ou a inserção de fontes, esculturas ou canais como outros elementos arquitetónicos utilizados para interligar as diferentes áreas de contemplação com a habitação (figs. 3 e 4). Já Lisa e John Short (2008, pp. 25 - 26), na sua obra *Cities and Nature,* explicam como os jardins renascentistas italianos e os jardins barrocos franceses eram projetados como parte da residência e serviam como extensões de palácios, *villas* e residências nobres de onde os seus proprietários poderiam contemplar a beleza do seu jardim ou exibir a sua riqueza e poder através da ordem, equilíbrio e proporção que estes espaços verdes apresentavam ou através das festas ou eventos que lá organizavam. Um dos grandes exemplos deste tipo de obras paisagísticas é o Jardim de Boboli (fig. 3) inaugurado em 1766 em Florença pela família Medici ou os jardins de Versailles (figs. 4 e 5), projetado por ordem do rei Luís XIV em 1661.

Figura 5. Vista da entrada do Palácio de Versailles. Imagem retirada do website: https://www.parismania.com.br/passeios-nos-arredores-de-paris/palacio-de-versalhes-e-cidade-de-versailles/

O que distingue os jardins italianos e os jardins franceses é a rutura, por parte dos franceses, com algumas das tradições associadas aos jardins renascentistas, como, por exemplo, a preferência por jardins fechados, privilegiando, de forma tímida, o desenho de paisagens abertas, sem cercas ou muros a delinear os seus limites ou caminhos a interligar as várias zonas de destaque – com os franceses, a paisagem ganha autonomia (Pardal, 2006, pp. 51 - 52). Como podemos observar na figura 5, com exclusão das cercas e dos muros e a introdução de longas alamedas e trilhos, André Le Nôtre – paisagista dos jardins de Versailles – explora a profundidade e a aparente infinitude da paisagem, o que permitiu estender a dimensão do espaço verde para além dos limites já explorados pelos italianos. Segundo Sidónio Pardal (2006, p. 126), os jardins barrocos franceses eram concebidos como verdadeiras obras de arte onde o solo era visto como uma matéria-prima pronta a ser utilizada para produzir paisagens "naturais".

Figura 6. Vaux-Le-Vincomte. Imagem retirada do website: https://br.pinterest.com/pin/536209899376633208/

Com isto, muitas pastagens comuns foram convertidas em grandes jardins que refletiam o gosto pela nova estética naturalista, que mais tarde viria a ser fortemente encorajada pelos românticos e teóricos ingleses. Para além de Vaux-Le-Vicomte (fig. 6), segundo Sidónio Pardal (2006, p. 105), ser o primeiro exemplo de um espaço concebido como um parque, quer pela sua dimensão, quer pela sua estreita união com a natureza e com o meio que o rodeia ou pela exclusão das barreiras físicas que bloqueavam o espaço verde – como as cercas e os muros –, este projeto destaca-se pela forma como Le Nôtre utilizou o conhecimento das ciências naturais para conciliar, cuidadosamente, o seu desenho com as dinâmicas dos ecossistemas. O seu estilo, porém, ainda era muito ligado à simetria, às linhas retas e à matemática típica dos jardins italianos, o que se refletiu na sensação de ordem e controlo sobre a paisagem, no impacto visual e na subordinação da paisagem à habitação e ao poder do proprietário, que continuava a ser um elemento destacado no meio de toda a paisagem, panorâmicas e caminhos do parque (figs. 5 e 6).

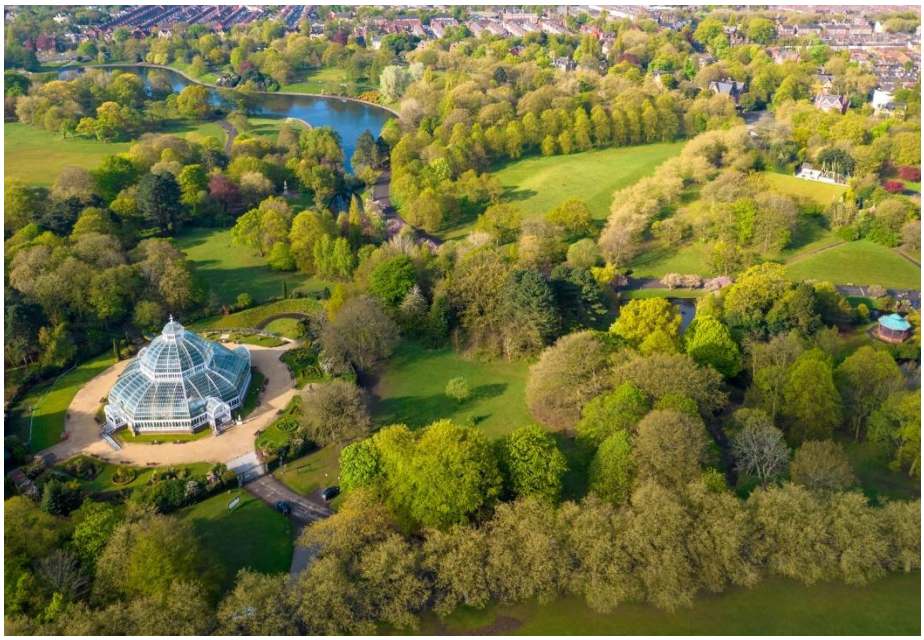


Figura 7. Sefton Park. Imagem retirada do Website: https://pt.hoteis.com/go/england/sefton-park-liverpool?pos=HCOM_PT&locale=pt_PT

Por sua vez, a abordagem da escola paisagista inglesa procurava manter a independência e o aspeto "natural" das suas paisagens, excluindo totalmente a presença humana nos seus jardins e parques (Newton, 1971, p. 207). Para a escola paisagista inglesa, a beleza natural do espaço projetado encontrava-se na forma "desorganizada" como as plantas e as árvores crescem e criam paisagens "originais" quando comparadas com aquelas projetadas matematicamente pelo

homem (figs. 2 e 7). A abordagem inglesa, segundo Norman Newton (1971, p. 209), começa com Joseph Addison e Richard Steele, dois intelectuais ingleses do final do século XVIII. Para ambos, os jardins e os parques deviam ser projetados como espaços promotores da harmonia entre o mundo urbano e o mundo natural, entre o Homem e a natureza (Newton, 1971, p. 208). Para tal, o arquiteto, no seu projeto, deve procurar valorizar a beleza natural do espaço, não o Homem.

Joseph Addison, escritor e político inglês do século XVIII, considerava que a utilização da abordagem paisagística francesa ou italiana tornaria os jardins ingleses numa mera imitação, cheios de "elaborações exageradas, uma rigidez excessiva e, especialmente, uma confiança indiscriminada na criação de corredores que têm pouca ou nenhuma utilidade" (Newton, 1971, p. 210). Ou seja, para Addison os jardins franceses e italianos eram poucos originais devido à aplicação excessiva da geometria e isto levou-o a repudiar este estilo paisagístico e a recusar qualquer tipo de técnica arquitetónica que demonstrasse a presença da ação humana ou que segmentasse o espaço verde em pequenos jardins, hortas e pomares, entre outros. (Newton, 1971, p. 209). Seria mais benéfico utilizar os elementos naturais ou humanos já existentes no espaço verde para criar uma paisagem harmonizada com o espaço que a rodeia (Newton, 1971, p. 209). O excesso de topiária, a subordinação dos jardins à casa do proprietário e as estatuárias (figs. 1, 3, 4, 5 e 8) foram igualmente alvo das críticas de Addison, como podemos observar no comentário feito pelo escritor inglês: "as nossas árvores crescem em forma de cone, globo ou pirâmide. Conseguimos observar a marca das tesouras em todas as plantas e arbustos.... Preferia observar uma árvore com todo o seu esplendor, galhos e troncos" (Newton, 1971, p. 209). No seu ponto de vista, a paisagem "ideal" deveria restringir a presença humana ao mínimo possível, ao ponto de obtermos paisagens "naturais", como as que podemos observar na figura 2 e 7 ou como aquelas que veremos mais à frente.

Figura 8. Jardins da Villa Lante. Imagem retirada do website: https://cc-villas.com/blog/de/reisebericht/villa-lante-in-bagnaia

Por sua vez, Richard Steele, escritor e político inglês do século XVIII e um dos fundadores da revista *The Tatler*, contribuiu para a disseminação de ideias sobre a importância do ambiente natural e dos espaços verdes na vida quotidiana e no bem-estar humano (Newton, 1971, p. 210). O seu maior contributo surge, precisamente, nos vários artigos que fez para a sua revista ou para a revista *The Spectator,* entre os quais destacamos «The Pleasures of Imagination: The Art of Nature», publicado em 1712 e onde, juntamente com Addison, explica o sentido útil dos espaços da paisagem e a necessidade de equilibrar e harmonizar o mundo urbano com a conservação da natureza (Addison e Steele, 1712, pp. 410 - 414). Segundo Newton (1971, pp. 209 - 210), os artigos e estudos de Steele e Addison introduziram uma nova forma de construir paisagens através de uma revisitação da relação entre o mundo natural e o mundo urbano, nomeadamente na forma como as paisagens dos espaços verdes deveriam excluir a ação humana e privilegiar a natureza – agora vista como essencial para uma vida equilibrada e saudável. Para Norman Newton, "é inegável o facto de que a revolução dos espaços verdes britânicos realmente aconteceu e esta revolução espalhou a sua influência por todo o mundo ocidental" (Newton, 1971, p. 210). Esta afirmação não é de todo desmedida, principalmente se tivermos em conta que a introdução de novos conceitos paisagísticos inspirados nos processos naturais, na exploração da profundidade e da infinitude da paisagem, legada por Le Nôtre, ou mesmo as novas funções sociais e sanitárias foram introduzidas nos espaços verdes após o nascimento da escola paisagista inglesa.

Figura 9. Paisagem do jardim e do Palácio de Blenheim. Imagem retirada do website: https://www.getyourguide.pt/palacio-de-blenheim-l4658/historia-y-cultura-tc27/?visitor-id=8STDV4CN815MCZYZI64MT4DCJI1S3AZX&locale_autoredirect_optout=true

As primeiras tentativas de aplicar as teorias e ideias paisagísticas presentes nos ensaios de Addison e Steele surgiram com Sir John Vanbrugh e o seu projeto para os jardins do Palácio de Blenheim (fig. 9). Apesar de ainda haver um certo compromisso com os princípios paisagísticos franceses e italianos, nomeadamente no que diz respeito à organização, ao equilíbrio entre os vários pontos do espaço verde e ao destaque dado à grandeza e imponência ao Palácio do Duque de Marlbourough, Vanbrugh empregou, com sucesso, o "novo estilo" inglês (Newton, 1971, p. 210). Podemos verificar alguns traços do estilo paisagístico inglês como, por exemplo, a utilização de ruínas para compor a paisagem e criar trilhos e pontes, a preferência por paisagens naturalistas, o aproveitamento dos elementos naturais para compor o espaço do jardim (isto se excluirmos os canteiros dos jardins "formais" presentes na entrada do Palácio), a "abertura" da paisagem de forma a proporcionar uma sensação de infinitude do espaço ou até mesmo o reaproveitamento dos recursos naturais presentes para criar riachos, lagos ou novas paisagens "naturais" para o Palácio (fig. 9). Porém, como veremos mais adiante, serão Charles Bridgeman, William Kent, Lancelot Brown e Humphry Repton os maiores impulsionadores dos princípios da escola paisagista inglesa e os que mais contribuíram para desenvolver o novo estilo de arquitetura paisagística que viria a marcar o Movimento dos Parques Urbanos (Newton, 1971, pp. 211 - 218).

Figura 10. Ha-ha situado no jardim de Berrigton Hall. Imagem retirada do website: https://www.nationaltrust.org.uk/discover/history/gardens-landscapes/what-is-a-ha-ha

Do novo estilo inglês destacamos a obliteração dos princípios geométricos, da topiária ou da ação humana, a introdução definitiva de projetos paisagísticos que dão privilégio à construção de uma paisagem "natural", à cultura e à história do espaço e não aos edifícios que a rodeiam ou à aristocracia que a manda construir, a introdução de novos conceitos como o "*ha-ha*" – vedação em fosso rebaixado (fig. 10) – ou ao que seria apelidado de "paisagem idealizada", que deu origem

aos parques urbanos, mas que já tinha sido levemente explorada por Addison, Sir John Vanbrugh e Steele (Newton, 1971, pp. 212 - 215). Por paisagem idealizada referimo-nos à conceção de uma paisagem imaginada da natureza, geralmente criada por artistas, arquitetos paisagistas ou escritores. Essa representação pode envolver elementos naturais ou estilizados, seleção minuciosa de certas caraterísticas do espaço ou dar ênfase aos aspetos estéticos ou simbólicos presentes no espaço verde, como podemos observar nas figuras 9 e 10. É importante realçar que uma paisagem ideal não é necessariamente uma representação realista da natureza, apesar de poder ser inspirada em paisagens naturais (Pardal, 2006, pp. 109 - 112). Em vez disso, a paisagem idealizada busca atender às preferências estéticas do criador e transmitir uma visão subjetiva da natureza, muitas vezes destinada a estimular a imaginação e a evocar emoções no utente do espaço verde (Pardal, 2006, pp. 121 - 122). Porém, como podemos observar nas paisagens presentes nas figuras 2, 7 e 9, para os paisagistas ingleses, a paisagem idealizada seria aquela que mais se aproximava de uma paisagem natural. Desta forma, mesmo que o espaço verde fosse projetado e moldado pelo homem, a paisagem idealizada teria sempre como objetivo oferecer um ambiente harmonioso e "natural" ao cidadão, sem que este tenha de se deslocar para fora da cidade ou "invadir" os ambientes verdadeiramente naturais (Pardal, 2006, p. 122). Daí a preferência inglesa por curvas suaves e irregulares, caminhos sinuosos ou formas semelhantes às que encontramos na natureza.

1.1 – Espaços verdes públicos e utilização social do espaço

Figura 11. Parque da Cidade do Porto. Arquivo pessoal

Dito isto, torna-se agora importante distinguir os vários espaços verdes, principalmente os parques urbanos e os jardins. Segundo Sidónio Pardal (2006, p. 14), a principal diferença entre

um parque e um jardim está no tamanho, desenho, propósito e infraestrutura. Enquanto os jardins são espaços menores e fechados ligados a uma infraestrutura principal (casa, bloco de apartamentos, centros cívicos e/ou de investigação botânica, avenidas ou rotundas, entre outros), focados mais na seleção e tratamento de elementos naturais específicos, na estética da arquitetura humana e na geometria, o parque urbano trata-se de uma paisagem selvagem, geralmente extensa e aberta, cuidadosamente arquitetada em harmonia com o ambiente urbano de forma a proporcionar um ambiente tranquilo e natural para os seus utentes poderem relaxar e descansar (Pardal, 2006, pp. 12 - 14).

Figura 12. Jardins do Tivoli, Copenhaga. Imagem retirada do website: https://www.istockphoto.com/pt/fotos/copenhagen-tivoli-gardens

Os parques são caraterizados por Schipperijn *et al* (2010) como um espaço público com alto grau de cobertura vegetal, natural ou planeada, onde o utilizador comum foge da confusão urbana e se refugia na tranquilidade proporcionada pela natureza. Para além disto, um parque pode incluir outras criações humanas ou naturais, como bosques, florestas, lagos, áreas de piquenique, espaços para animais de estimação ou instalações para eventos. No fundo, um parque explora a perspetiva e a dimensão do seu espaço para criar um local com funções socioculturais que resultam da paisagem idealizada pelo paisagista e dos processos naturais explorados inteligentemente para proporcionar um espaço de lazer e de reflexão sobre o ambiente, a cultura, a diversão e a biodiversidade da cidade ao maior número de pessoas possível (fig. 11). Já um jardim possui uma área mais intimista e dá mais ênfase à beleza estética e ao cuidado dos

elementos, naturais ou humanos, presentes no seu pequeno espaço, "protegendo-os" do contacto humano (fig. 4). Estes espaços verdes são projetados para serem espaços tranquilos e serenos onde as pessoas podem apreciar, relaxar e contemplar as várias criações humanas – fontes, estátuas, castelos, labirintos, atrações, etc. (fig. 12) – ou as várias espécies naturais ou animais tratadas e cuidadas pelo homem. A juntar a isto, ao contrário dos parques urbanos, os jardins não permitem a exploração livre dos seus terrenos, havendo certas zonas interditas ao público de forma a proteger as espécies naturais e animais que podem estar presentes no jardim. Outra diferença está no crescimento "livre" dos seus elementos naturais: os jardins corrigem as "imperfeições" naturais através da topiária ou *parterres* (fig. 3) – estas técnicas estão, maioritariamente, excluídas dos parques urbanos. Sidónio Pardal (2006, pp. 46 e 48) acrescenta ainda que os jardins não possuem autonomia devido ao seu próprio conceito. O jardim depende da utilidade que lhe é dada pelo edificado a que está "anexo", seja ele um centro de investigação botânica, uma rotunda ou um conjunto de habitação, caso contrário torna-se num espaço sem propósito e desligado do resto da cidade. Ou seja, o jardim é um espaço criado com uma função acessória de uma determinada infraestrutura. Um parque, por sua vez, é autónomo e possui um conceito mais abrangente que lhe proporciona mais liberdade nas suas funções, podendo haver parques urbanos com usos múltiplos e sem qualquer relação de proximidade com qualquer infraestrutura.

Em poucas palavras, um parque urbano é um espaço autónomo que pode ou não englobar infraestruturas sem nunca perder a sua autonomia – continua a ser um parque urbano, mesmo que seja instalado um parque de diversões, pois o parque de diversões irá ser só mais uma atração. Um jardim é um espaço acessório a uma infraestrutura e perde significado se esta infraestrutura desaparecer ou caso sejam instalados outros elementos no seu espaço – ao contrário dos parques urbanos, o jardim é acessório ao parque de diversões, veja-se o caso dos jardins do Tivoli em Copenhaga (fig. 12), onde o parque de diversões é o elemento principal e os jardins são espaços acessórios de conforto e descontração. Ricardo Abreu, na sua tese *Alternativas de Financiamento para o Parque da Cidade do Porto* (2007, p. 26) afirma ainda que os parques, ao contrário dos jardins, são autossuficientes no que toca ao cuidado dos elementos naturais do espaço e à utilização de recursos materiais no planeamento, na construção e na manutenção por possuírem

uma infraestrutura mais completa[4]. Falta-nos apenas referir outros tipos de jardins igualmente importantes para a preservação e conservação ambiental, como, por exemplo, os jardins botânicos, onde são cultivadas, estudadas e exibidas diversas espécies de plantas nativas, exóticas e/ou raras de diferentes origens e caraterísticas ou o jardim doméstico que no fundo é o quintal da habitação do cidadão comum, onde se pode incluir o pomar e a horta (Pardal, 2006, p. 46).

Figura 13. The Leasowes pintado por William Shenstone. Pintura retirada do website: https://heritagecalling.com/2014/11/18/7-things-you-should-know-about-landscape-gardener-william-shenstone/

Voltando ao campo de influências, em «O Parque da Cidade do Porto: Inspiração nas Tramas Douradas da História», Lynn Miller diz-nos que o legado do Movimento dos Parques Urbanos e das várias escolas paisagistas pode ser encontrado nos vários espaços verdes que foram reintegrados nas cidades e que formaram uma paisagem que valoriza o bem-estar dos cidadãos, a saúde pública, a economia local, a ecologia e o saneamento (Pardal, 2006, p. 104). Segundo E. Lynn Miller, o conceito de jardim paisagístico inglês forma-se no século XVII, quando o filósofo William Shenstone refletiu sobre a utilidade estética e social dos espaços verdes e desenvolveu, em Inglaterra, a teoria da *ferme ornée* (quinta ornamental) (Pardal, 2006, p. 108).

[4] Os parques urbanos, apesar de a sua construção ser mais dispendiosa e contribuir para a valorização das zonas envolventes, não dependem dos edifícios que o rodeiam devido às suas funções múltiplas, e no longo prazo, são mais "lucrativos" devido às atividades que são desenvolvidas no espaço e que financiam a manutenção dos parques. Um jardim ou uma avenida verde, apesar da sua importância, não têm autonomia, já que estes espaços só fazem sentido quando estão perto de um conjunto de edifícios, nem se autofinanciam.

Os escritos e desenhos de Shenstone (fig. 13) serviriam como uma das principais referências e fontes de inspiração para o desenvolvimento da arquitetura paisagista inglesa por este ter sido um dos primeiros intelectuais a projetar espaços públicos onde a prioridade não se centrava na produção agrícola, mas sim na criação de áreas para a observação estética (Pardal, 2006, p. 108). Mais tarde, também em Inglaterra, como vimos, Joseph Addison viria a desenvolver um trabalho pioneiro ao propor uma síntese entre o jardim e a floresta, salientado o sentido útil dos espaços da paisagem quando estas integram os fins da produção económica agro-silvo-pastoril com os valores estéticos e sociais (Pardal, 2006, p. 56).

Figura 14. Ruínas dos jardins do Castelo de Howard. Imagem retirada do website: https://www.gardenvisit.com/gardens/castle_howard_garden

Por sua vez, Alexander Pope, considerava que as caraterísticas do meio natural deveriam ser harmonizadas com a autonomia da arte. Pope não era um arquiteto, mas as suas ideias e poesia ajudaram a valorizar a paisagem dos campos e a beleza do mundo natural (Pardal, 2006, pp. 107 - 108). O seu contributo está especialmente relacionado com a sua crítica à dicotomia entre o mundo rural e o mundo urbano, onde procurou idealizar os espaços verdes como os últimos refúgios do stress e da devastação urbana. Tal como Addison e Steele, Pope foi um crítico da rigidez e da ordem presente nas técnicas dos jardins italianos e ingleses, sendo um defensor de paisagens mais naturais e informais, que refletissem a beleza da natureza no seu estado mais selvagem (Newton, 1971, pp. 209 - 210). Outro expoente da escola paisagista inglesa foi Stephen

Switzer que se destacou pela forma como utilizava vários elementos arquitetónicos, como as pérgulas, gazebos, ruínas ou fontes, para adicionar um interesse visual sobre determinado espaço da paisagem e oferecer vários pontos focais nos seus jardins, de forma a estendê-los e conciliá-los com a natureza (fig. 14) (Pardal, 2006, p. 57). Para este teórico inglês, um jardim deveria ser projetado como uma pintura, com cuidado na escolha e colocação dos elementos naturais e decorativos – vejam-se os jardins do Castelo de Howard (fig. 14).

De acordo com Sidónio Pardal (Pardal, 2006, p. 57), os jardins de Stephen Switzer, juntamente com os parques de Charles Bridgeman e William Kent, representam uma transição importante na história do paisagismo. Destacamos ainda William Gilpin que, nos seus volumes intitulados *Forest Scenery*, ofereceu uma metodologia onde a paisagem era vista de uma forma analítica e funcional, de forma a poderem-se aferir as qualidades existentes na paisagem e a melhor forma de reabilitar uma paisagem degradada (Pardal, 2006, p. 109). Gilpin refere-se a uma paisagem degradada como aquela que sofreu alterações negativas causadas pela intervenção humana que resultaram numa perda da sua beleza natural, como a exploração excessiva dos recursos naturais, a poluição, o desmatamento ou a urbanização desordenada (Gilpin, 1791, pp. 20 - 30, 50 - 55 e 250 - 260). Uma paisagem degradada era uma preocupação particularmente importante para este autor, já que ele acreditava que a beleza das paisagens naturais possuía uma harmonia e uma ordem intrínseca que deviam ser preservadas e que eram essenciais para apreciação estética, para conservação ambiental e para saúde emocional das pessoas (Gilpin, 1791, p. 8 - 15).

Figura 15. Hyde Park. Imagem retirada do website: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hyde_Park

Passando da teoria à prática, no século XVIII, Charles Bridgeman e William Kent foram os primeiros, após a experiência de Le Nôtre, a alargar os horizontes do jardim, dando-lhe a escala e a infinitude de um parque (Pardal, 2006, p. 58). Nos projetos de Bridgeman e Kent encontramos os primeiros grandes exemplos do novo estilo paisagístico da escola paisagista inglesa, já que ambos se afastaram da tradição francesa e renascentista ao rejeitarem a rigidez do desenho ortogonal e a simetria,[5] tomando como únicos alinhamentos retos as alamedas e os trechos que "entram" pelas florestas do parque de maneira informal e o mais "natural" possível (veja-se o Hyde Park de Bridgeman – figura 15). Para além disto, os parques desenhados por Bridgeman reutilizavam a maior parte das formas, dos recursos e do solo previamente existentes no espaço para modelar o terreno do parque, tornando as suas obras mais baratas e fáceis de trabalhar (Pardal, 2006, p. 60). O paisagista inglês destacava-se ainda pela forma como utilizava a paisagem aberta e natural, sem muros ou construções visíveis, e enquadrava o solo, as águas dos rios e dos lagos na sua composição paisagística (fig. 15). Já William Kent era um seguidor das ideias românticas e valorizava a beleza natural. Tal como os seus antecessores, Kent procurava criar paisagens "naturais", eliminando por completo todos os elementos que pudessem demonstrar a ação humana na paisagem, como os *parterres* e os jardins formais (Pardal, 2006, p. 109).

Figura 16. Grecian Valley, Parque de Stowe. Imagem retirada do website: https://www.visitthames.co.uk/things-to-do/stowe-p49353

[5] Os jardins formais franceses caracterizam-se por assumir, maioritariamente, uma abordagem simétrica e geométrica, com linhas retas, formas precisas e ênfase na estética do jardim. Em contraste, os desenhos de Charles Bridgeman e William Kent são mais naturalistas e pitorescos, incorporando curvas suaves, irregularidades e uma integração mais orgânica com o meio-ambiente que rodeia o espaço verde. Enquanto os jardins franceses destacam-se pela formalidade e ordem geométrica, os projetos de Kent e Bridgeman buscam uma estética mais relaxada e próxima à natureza.

Por sua vez, Lancelot Brown, nos parques projetados por si, procurou potencializar as caraterísticas do local ao explorar a estrutura geomorfológica do terreno e a rede hidrográfica de forma simples e harmoniosa (Pardal, 2006, p. 59). A forma, a dimensão e o posicionamento dos lagos artificiais, a combinação entre o arvoredo e o relevo e os percursos que se integram na paisagem de Stowe foram aspetos inovadores que, segundo Sidónio Pardal (2006, p. 59), se aproximavam a uma proposta de ordenamento do território. A modelação do Grecian Valley (fig. 16) foi outro gesto inovador em Stowe devido à técnica de drenagem utilizada, fundamental para assegurar a continuidade e a escala do espaço, que seria destruída pela divisória criada pela linha de água (Pardal, 2006, 61)[6]. Na opinião de Sylvia Crowe, o desenho de Brown em Stowe corresponde a uma paisagem "idealizada", uma paisagem projetada pelo Homem como em Vaux-Le-Vicomte, mas agora com espaços "naturais" organizados e compostos que contrastavam com a paisagem humana envolvente de Stowe – as cercas, as ruínas ou os campos cultivados (Pardal, 2006, p. 110).

Figura 17. Paisagem do Warley Woods. Imagem retirada do website: https://www.tripadvisor.co.uk/LocationPhotoDirectLink-g967133-d8628334-i179536302-Warley_Woods-Smethwick_Sandwell_West_Midlands_England.html

Sidónio Pardal (2006, p. 61) destaca ainda Humphry Repton, discípulo de Brown, por ter sido capaz de englobar toda a paisagem, rústica ou urbana, numa só composição paisagística. Repton seguiu a linha de Brown, mas a sua teoria sobre o desenho e a paisagem do parque urbano

[6] Segundo Sidónio Pardal, este padrão de vale inspirou a modelação do vale lateral do Parque da Cidade do Porto junto à Av. da Boavista, no enfiamento da estadia da entrada das colunas que é contido por duas orlas de pinheiros-mansos unidos com *Betula pendula* (vidoeiro-branco).

torna os seus projetos mais claros, o que os destaca dos restantes espaços sociais que uma cidade possui. Como podemos observar na figura 17, para Repton a principal beleza de um parque urbano está na verdura uniforme, nas linhas ondulantes que contrastam entre si numa variedade de formas e em jogos de luz e sombra. Com isso, os seus parques são criados através do agrupamento adequado das árvores e na reutilização dos vários recursos presentes no espaço para o tornar o mais natural e aberto possível (fig. 17), ao ponto de ninguém perceber que o espaço foi projetado e modelado pela ação humana (Pardal, 2006, p. 113).

Para Charles Eliot, fundador do primeiro curso universitário de arquitetura paisagista, Repton destaca-se por projetar parques livres dos elementos urbanos, revelando-nos que os espaços verdes não necessitam de elementos decorativos ou de estruturas físicas para serem uma obra de arte ou para serem úteis ao mundo urbano que o rodeia (Pardal, 2006, p. 70). Nos seus trabalhos pode-se observar ainda um exercício de ordenamento territorial, semelhante ao existente nas obras de Brown, através da organização, instrumentalização e distribuição dos diversos usos e funções de cada elemento natural ou decorativo que estruturam a paisagem, como as pedreiras, os leitos dos rios ou as ruínas e procuram empregar o sentido útil e a estética "natural" no desenho da paisagem (Pardal, 2006, p. 61). Exemplos claros do "sentido útil" dos elementos da paisagem são a reutilização dos caminhos ou trilhos criados por animais ou pelos cidadãos para facilitar o acesso e a circulação, a instalação de áreas de recreação junto aos leitos dos rios ou até mesmo a utilização de ruínas para delimitar os vários espaços.

Figura 18. Victoria Park. Imagem retirada do website: https://www.adventureballoons.co.uk/picture/aerial-view-of-victoria-park-hackney

Ainda assim, até à segunda metade do século XIX, os espaços verdes eram, maioritariamente, desenvolvidos nas grandes propriedades privadas, não assumindo, diretamente, o conceito de parque urbano "como espaço criado de raiz, assumido como um elemento de composição do tecido urbano" (Pardal, 2006, p. 62), público e aberto à população. A função social, urbana e sanitária, normalmente associada ao conceito de parque urbano, só seria posta em prática com o Victoria Park (fig. 18), situado em Londres e projetado por James Pennerhorne (Pardal, 2006, p. 63). Com isto, o Victoria Park juntamente com o Birkhnhead Park, que analisaremos de seguida, foram os primeiros espaços verdes "detidos" pelos cidadãos (Newton, 1971, p. 267).

Figura 19. Birkenhead Park. Imagem retirada do website: https://www.webbaviation.co.uk/aerial/picture.php?/14932

Porém, o projeto para o Birkenhead Park seria um pouco diferente. Este iniciar-se-ia em 1841 na cidade de Birkenhead quando esta requereu, ao Governo inglês, autorização e financiamento para comprar um terreno e nele desenvolver o primeiro parque urbano financiado por fundos públicos (Pardal, 2006, p. 114).[7] O local adquirido tinha 226 hectares, 125 dos quais seriam destinados ao parque urbano, que foi projetado por Joseph Paxton, enquanto os remanescentes seriam utilizados para construção de habitação. Esta abordagem pioneira tomou um espaço urbano e degradado e transformou-o num espaço comunitário onde os cidadãos

[7] Os parques urbanos anteriormente referidos eram construídos através do financiamento de "privados", normalmente associados a aristocracia europeia – Victoria Park foi uma cedência de terrenos da monarquia inglesa que procurou construir um parque urbano para si, que mais tarde ofereceu aos cidadãos. Por sua vez, os parques urbanos projetados por Le Nôtre pertenciam a realeza francesa.

poderiam reunir-se, socializar e desfrutar dos benefícios da natureza, independentemente da sua origem socioecónomica, rompendo as barreiras sociais e estabelecendo o parque como um espaço comunitário compartilhado. Para além disso, o envolvimento da comunidade na conceção, planeamento, melhorias ou manutenção do parque era incentivado através de consultas públicas, opiniões e necessidades dos cidadãos, reforçando o sentimento de propriedade coletiva do parque e aumentando o vínculo emocional dos cidadãos com o espaço (Newton, 1971, pp. 222 - 235). Por último, quando a cidade requereu autorização para projetar o parque de Birkenhead (fig. 19), fê-lo com a intenção de proporcionar um espaço tranquilo, bonito e acessível, onde poderiam disfrutar de um momento de pausa da agitação urbana, de lazer, relaxamento ou recreação (Newton, 1971, p. 225). A combinação entre o acesso aberto e gratuito, a beleza paisagística, a diversidade de atividades, o envolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida permitiram ao parque urbano de Birkenhead imbuir nos cidadãos o sentimento de que este era um parque de todos e para todos, embora o desenho de Paxton não fosse considerado excecional.

Figura 20. Branitz Park. Imagem retirada do website: https://willkommen.spreewald.de/de/spreewald/streaming/detail/POI/DAMASSpreewaldPoi_12907/fuerst-pueckler-museum-park-und-schloss-branitz-branitzer-park

A aplicação "pública" das ideias da Escola Paisagista Inglesa seria, igualmente, encontrada nas obras do príncipe Puckler na Saxónia (Pardal, 2006, p. 65). Hermon von Puckler-Muskau foi um dos primeiros paisagistas (e aristocratas) a considerar a criação e abertura de parques urbanos como forma de sensibilizar os cidadãos para a conservação e defesa do espaço público (Pardal, 2006, p. 113). O príncipe, paisagista de muitos parques urbanos alemães, envolveu-se na transformação das suas propriedades ancestrais em grandes parques abertos ao

público, como por exemplo o Branitz Park (fig. 20), e procurou demonstrar, através da sua obra, as mais-valias oferecidas pelos parques urbanos, nomeadamente os valores pedagógicos e terapêuticos que lhes estavam ou podiam estar associados (Pardal, 2006, p. 114). Lynn Miller considera ainda mais importante o facto de os parques urbanos de Puckler serem projetados numa escala que lhes permite adquirir significado funcional numa área urbana, nomeadamente ao nível do saneamento e da permeabilidade dos solos e como ferramenta de reforma social[8]. (Pardal, 2006, p.114) Para além disto, como podemos observar na figura 20, os parques de Puckler são projetados em perfeita harmonia com o mundo urbano, parecendo quase natural a sua inserção na cidade, ao ponto de os cidadãos não perceberem que estão a entrar num parque urbano e não numa área natural, muito graças à sua dimensão.

Na perspetiva do príncipe alemão, ao proporcionar um espaço verde grande no qual todas as classes sociais podem interagir e desfrutar da natureza, os parques urbanos mostram-se capazes de atenuar as diferenças sociais e promover a igualdade e a coesão social, através da educação social e ambiental e do desenvolvimento moral dos cidadãos (Pardal, 2006, p. 64). Os parques urbanos do príncipe foram tão inovadores que vários paisagistas, como por exemplo Frederik Olmsted, um dos paisagistas do Central Park, o visitaram como forma de inspiração e tornaram-se numa Meca para outros tantos arquitetos. Puckler, na obra *Hints on Landsacpe Gardening,* deixou ainda alguns princípios que contribuíram para esclarecer e objetivar o conceito de parque urbano (Pardal, 2006, p. 66):

- A impressão geral proporcionada por um parque deve ser a de sossego e simplicidade.
- Um parque deve apresentar uma natureza adaptada ao uso e ao conforto humanos.
- Os caminhos devem ser implantados de forma que os pontos de interesse do parque possam ser visitados de uma forma sequencial.

[8] A área principal do Branitz Park tem cerca de 100 hectares, porém a área total da propriedade tem cerca de 600 hectares. Uma pequena comparação: o Parque Ocidental da Cidade do Porto tem, atualmente, cerca de 90 hectares e o Central Park possui cerca de 341 hectares. Devemos ainda realçar que toda a área da propriedade dos parques urbanos de Puckler era aberta ao público, mas, ao contrário do Victoria Park, do Central Park ou do Birkenhead Park não eram um bem público. Ou seja, os parques projetados por Puckler eram parques urbanos privados. Porém, devido à sua grandeza, os parques urbanos projetados por Puckler adquiriram e desempenharam funções públicas importantíssimas.

- A paisagem de um parque deve harmonizar a natureza selvagem com a paisagem urbana, isto é, a mão do Homem não deve ser muito visível, salvo pelos caminhos bem integrados e pelas construções adequadamente distribuídas (fig. 20).

Figura 21. Prospect Park. Imagem retirada do website: https://www.pinterest.pt/pin/238620480232833414/

Para além da Europa Continental, Sidónio Pardal (2006, p. 67) afirma que os princípios e as ideias da Escola Paisagista Inglesa espalharam-se igualmente para o continente americano, principalmente nos EUA onde paisagistas como Frederick Olmsted ou Andrew Downing estudaram e aplicaram os princípios ingleses. O primeiro, segundo Sidónio Pardal (2006, p. 67), era "um profundo conhecedor da Escola Paisagista Inglesa", tendo sido "particularmente influenciado pela visita que fez ao Birkehnead Park". Graças ao estudo e conhecimento das escolas paisagistas europeias, Olmsted projetou muitos parques notáveis, como o Central Park, em Nova Iorque (fig. 22), ou o Prospect Park, em Brooklyn (fig. 21), e contribuiu imenso para espalhar os princípios paisagísticos ingleses, como a integração harmoniosa entre a paisagem natural e a arquitetura urbana ou o gosto pela natureza, um pouco por todo o norte da América (Short & Short, 2008, p. 61). Olmsted foi também adepto do movimento conservador ambientalista norte-americano, sendo um dos principais impulsionadores da criação das primeiras reservas naturais do Mundo, como o Parque Nacional de Yosemite ou as cataratas do Niagara (Short & Short, 2008, p. 61).

Por sua vez, Andrew Downing escreveu vários livros sobre o paisagismo inglês que tiveram um grande impacto na paisagem urbana dos EUA, como *A treatise on the theory and practive of lanscape gardening, adapted to North America: with a view to the improvement of country residences* ou *Victorian Cottage Residences (Dover Architecture)*, e procurou realçar a importância da harmonia entre a arquitetura, a paisagem e a natureza (Pardal, 2006, p. 115). Downing contribuiu também para promover a ideia de que a paisagem ideal seria aquela que fosse projetada

para o benefício e o prazer de todos os cidadãos, democratizando, desta forma, o espaço verde, prática que na Europa era quase inexistente.[9]

Figura 22. Central Park. Imagem retirada do website: https://www.istockphoto.com/pt/foto/vista-a%C3%A9rea-de-central-park-manhattan-nova-iorque-gm528725265-53649264

Tal como ocorrera dez anos antes na cidade de Birkenhead, o mediático Central Park (fig. 22), cujo desenho também inspirou Sidónio Pardal para o seu projeto do Parque da Cidade do Porto, surgiu de uma petição dirigida à assembleia estadual de Nova Iorque, em 1851, com objetivo de obter autorização para a aquisição pública de terrenos para a construção de um parque urbano que pudesse ser de uso e propriedade públicos (Pardal, 2006, p. 116). A semelhança entre estes dois locais – Birkenhead Park (fig. 19) e Central Park (fig. 22) – não se esgota na forma como adquiriram o solo utilizado pelo parque, já que o modelo de integração urbana utilizado em Birkenhead Park ajudou a consolidar a utilização de parques como elementos de composição urbanística norte-americana (Pardal, 2006, p. 68).

Já o local selecionado para o Central Park não foi escolhido pela sua beleza natural. Inicialmente, tratava-se de um local com grandes afloramentos rochosos, pouco solo superficial e

[9] Na Europa existiam apenas dois os parques "públicos", ambos situados em Inglaterra – o Victoria Park e o Birkenhnead Park. Por sua vez, nos EUA era comum os espaços verdes serem construídos com o intuito de serem públicos – por exemplo, o National Mall em Washigton DC, todos os parques urbanos projetados por Olmsted ou o projeto de Penn que, apesar de não concretizado na sua totalidade, planeava ter vários parques públicos.

poucas árvores, onde existiam várias barracas que eram ocupadas pelos moradores mais pobres da cidade (fig. 23). Como tal, a decisão de seguir em frente com a construção de um parque nova-iorquino naquele local surgiu, somente, da visão política e da vontade de construir um espaço para recreio público no meio da cidade (Pardal, 2006, p. 117). A memória descritiva do projeto de Olmsted e Carlet Vaux, intitulado Plano Greensward, reflete sobre como o projeto para o Central Park se "tornou no manifesto ao direito de todos os cidadãos terem acesso ao ar livre" (Pardal, 2006, p. 117).

Figura 23. Antigas habitações da comunidade de "Seneca Village" que foram realojadas de forma a se criar o Central Park. Imagem retirada do website: https://blackthen.com/seneca-village-the-black-community-that-was-destroyed-to-create-central-park/

Tal como Puckler, Olmsted e Vaux acreditavam que a beleza e a ordem dos parques influenciavam positivamente o comportamento do cidadão (Pardal, 2006, p. 68). Ambos viam os parques urbanos como locais onde os cidadãos, de diferentes classes sociais, interagem num ambiente igualitário, aprendem a apreciar a natureza e a respeitar as regras e os interesses coletivos. Para isso, os paisagistas do Central Park defendiam que os parques deviam ser abertos, públicos e acessíveis a todos, independentemente da sua posição social ou económica, e centrais na cidade onde se inserem – como podemos observar na figura 22, o Central Park situa-se no centro da cidade de Nova Iorque. Desta forma, os parques urbanos tornam-se espaços com a capacidade de cultivar valores morais, como, por exemplo, a apreciação da arte e da cultura, a consciência ambiental ou o sentimento de comunidade, num ambiente saudável e revitalizador (Short e Short, 2008, p. 60). Olmsted defendia ainda que um parque urbano deveria apresentar-

se da forma mais "natural" possível e ser projetado para que fosse quase impossível notar a ação humana nesse espaço (Short e Short, 2008, pp. 60 - 61). Por isso, tal como os espaços verdes da escola paisagista inglesa, o recurso a topiária ou a estátuas nos seus parques era reduzida ou inexistente nas áreas centrais do parque. Contudo, Olmsted acreditava que os parques deveriam oferecer espaços para incentivar o convívio, a coesão social e a educação ambiental, como museus, bibliotecas, teatros ao ar livre ou programas educativos (Pardal, 2006, pp. 117 - 118).

Figura 24. Exemplo de um espaço "vazio" no Central Park criado através da utilização criativa de árvores. Imagem retirada do website: https://www.centralparknyc.org/

O próprio desenho do Central Park é uma pequena representação da filosofia de Olmsted. Para além de ter sido criado como um parque urbano público e acessível a todos, o projeto do Central Park destaca-se por ser um espaço verde onde é possível oferecer áreas abertas para a interação social e recreação, mas também espaços mais privados e resguardados onde o utente pode estar em paz e refugiado da confusão. Isto é possível graças à aplicação criativa dos espaços "vazios" – áreas abertas que oferecem uma sensação de infinitude da paisagem – e dos espaços "sólidos" – elementos construídos como, por exemplo, muros ou vegetação densa que definem e estruturam os espaços vazios (fig. 24). Assim, a abordagem paisagística de Olmsted permitiu que o Central Park se tornasse num parque funcionalmente flexível capaz de ser utilizado de diversas maneiras e de acordo com as necessidades de cada cidadão. A distribuição dos espaços verdes e a sua acessibilidade são importantes nesta matéria, já que um bom arranjo espacial e paisagístico dos acessos aos espaços verdes facilita a aproximação entre os cidadãos e a natureza.

Figura 25. Don Valley Parkway, em Toronto. Imagem retirada do website: https://urbaneer.com/blog/don_river_valley_park

Por último, como já referimos, Frederik Olmsted foi também um entusiasta do movimento conservacionista, tendo contribuído para a criação de Reservas Naturais e para a implementação do conceito de *parkway* (Short e Short, 2008, p. 61). Como podemos observar na figura 25, o *parkway* é nada mais que um espaço verde que acompanha as estradas e interliga os vários pontos da cidade, proporcionando desta forma uma vista agradável a quem utiliza ao automóvel, uma alternativa mais agradável a este meio de transporte e um espaço verde contínuo à cidade. Com este tipo de espaços verdes, Olmsted enfatiza a importância da natureza e da preservação do ambiente, sem descartar a necessidade de projetar vias eficientes (Boone & Modarres, 2006, pp. 170 - 175). Ou seja, ao contrário das estradas comuns que são projetadas apenas para facilitar e controlar o tráfego automóvel, os *parkways* são concebidos como corredores paisagísticos / ambientais que integram a estrada com o ecossistema circundante, sem descartar a necessidade de preservar e realçar as caraterísticas naturais do terreno e a importância da via automóvel. Outra caraterística que os diferencia é a inclusão de elementos que incentivam o seu uso, como florestas, ciclovias ou trilhas para caminhadas (fig. 25), o que facilita a conexão entre as várias áreas urbanas e os espaços sociais da cidade.

Neste ponto, a escola paisagista americana e as escolas paisagistas europeias se distinguem. O destaque dado à conservação e à sustentabilidade do espaço verde assumiu um papel no design dos espaços verdes norte-americanos, sendo importantíssimos para os paisagistas norte-americanos, que defendiam um planeamento cuidadoso e detalhado e baseavam os seus

projetos em estudos do clima, do solo, na topografia do local, na escolha de plantas resistentes, no uso eficiente e criativo da água e na adoção de práticas de manutenção sustentáveis como, por exemplo, a escolha de plantas nativas adaptadas às condições locais ou adoção de novos sistemas de irrigação – irrigação por gotejamento (Boone & Modarres, 2006, pp. 163 - 164). O conforto, a acessibilidade, a sustentabilidade e a utilidade pública da paisagem eram importantes para estes paisagistas, como tal a paisagem deve ser concebida de forma a ser útil à cidade onde se insere, muitas vezes sobrepondo-se à própria estética.

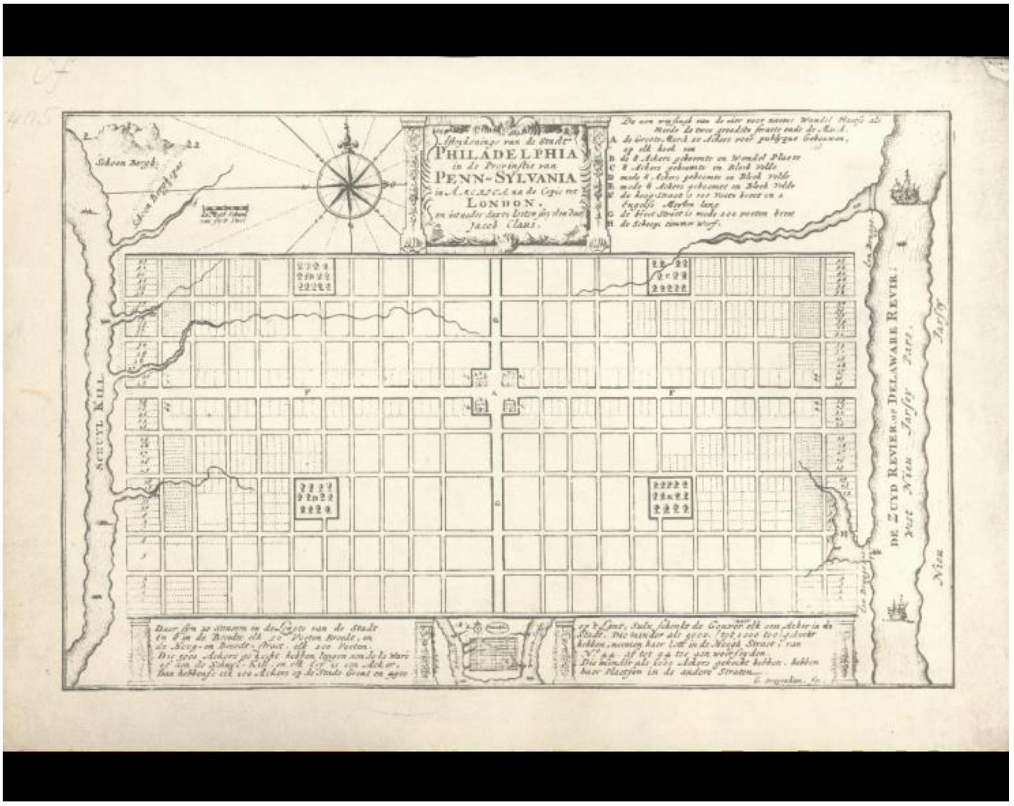


Figura 26. Plano de Penn para a cidade de Filadélfia. Imagem retirada do website: http://libwww.freelibrary.org/digital/?ItemID=75A0158

Lisa e John Short (2008, p. 28) sublinham ainda a importância do projeto de William Penn para Filadélfia, Estados Unidos da América (fig. 26), por ter sido a primeira tentativa de conciliar o mundo urbano, o crescimento populacional e os espaços verdes públicos. William Penn, conhecido por ter sido o fundador da Pensilvânia nos EUA, foi um importante filósofo e político britânico que acreditava na igualdade de todos os seres humanos e defendia que era possível o mundo urbano e o mundo natural coexistirem (Short & Short, 2008, p .28). As ideias de Penn podem ser encontradas no seu projeto mencionado, considerado um plano urbanístico pioneiro por basear o seu desenho numa rede retangular com ruas largas e uma estrutura organizada mais

democrática, saudável e "amiga" do cidadão. Daí o seu plano feito em *Grid* (fig. 26), que ainda permanece na estrutura geral da cidade, conter vários espaços verdes e avenidas largas que organizavam cada quadrante e cinco praças principais que promoviam o convívio social, a igualdade no acesso aos espaços públicos e a realização de atividades cívicas ou festivas – dois exemplos são a Rittenhouse Square e a Washington Square que existem ainda hoje.

Por último referimos ainda as obras de Jean-Charles Alphand e de Jens Jensen, devido à importância que estes arquitetos paisagistas deram às funções ambientais e sanitárias dos espaços verdes. Alphand centrou-se no grande plano de renovação sanitária de Paris concluído em 1889, onde desenvolveu as *promenades publiques* – um sistema sanitário que tinha no topo um bosque-parque (Pardal, 2006, p. 68). Estas avenidas destacaram-se, principalmente, pelas inovações que trouxeram para os planos urbanos e para a engenharia, principalmente na vertente sanitária. Jensen, por sua vez, foi um pioneiro das paisagens de expressão silvestre devido à harmonia entre a grandeza das paisagens naturais e o mundo rural que o seu desenho evidenciava. Este arquiteto, juntamente com Olmsted, foi dos principais impulsionadores das políticas de conservação de habitats naturais para a proteção da vida selvagem e um dos primeiros a equacionar a seriedade dos problemas da poluição e os seus efeitos na degradação dos recursos naturais (Pardal, 2006, p. 70).

1.2 – Espaços verdes e Sustentabilidade

Desta forma, a arquitetura paisagista desenvolveu-se, ao longo do século XIX, em torno destas estéticas e ideias que, indiretamente, introduziram novos usos socioeconómicos do espaço em que a paisagem se insere. Desta evolução, Sidónio Pardal afirma que o desenvolvimento da arquitetura paisagística ao longo do século XIX estabeleceu que a utilidade da paisagem do parque urbano, por mais bela que seja, emerge do suporte territorial e social que este espaço verde fornece à cidade – ao contrário dos jardins, cuja função está interligada à infraestrutura a que está adstrita (Pardal, 2006, p. 40). Na visão do arquiteto paisagista português, a integração social e o uso público de um parque urbano são elementos essenciais para transformar o parque num espaço acolhedor e funcional para a comunidade, onde os cidadãos podem interagir e estabelecer conexões com outros membros da comunidade e com a natureza (Pardal, 2006, p. 40). Por sua vez, este tipo de interações fortalece a ligação com o parque e incentiva a educação acerca da natureza, biodiversidade, conservação ambiental, história e cultura local.

Para Christopher Boone e Ali Modarres (2006, pp. 163 - 166), o Movimento dos Parques Urbanos e as várias escolas paisagistas destacam-se precisamente por terem apresentado os espaços verdes como espaços públicos essenciais para a sustentabilidade social, urbana e ambiental das grandes cidades e por terem sido uma das respostas urbanísticas mais inovadoras para combater a degradação e a poluição urbanas. Deste modo, a utilidade pública de um parque, ou a apropriação plena, como nos descreve Sidónio Pardal (2006, p. 44), não se baseia apenas na beleza do espaço ou na sua capacidade de atrair pessoas para os seus eventos e atrações, mas sim na diversidade de serviços e atividades que é capaz de oferecer à população e nas funções sanitárias, ambientais ou urbanas que são desempenhadas pelo seu espaço na cidade, por exemplo quando a sua construção e manutenção melhora a qualidade de vida de todos os cidadãos, é capaz de atrair novos utentes, promove a saúde, fortalece os laços comunitários e auxilia na conservação e educação ambiental.

Em «Parques verdes urbanos: espaços de sensibilização ambiental e bem estar social», Karoline Fernandes e Maria Higuchi (2017, pp. 28 - 31) afirmam que os espaços verdes se apresentaram no final do século XVIII como infraestruturas cuja única função consistia em proporcionar um lugar de descanso e de contemplação natural no meio urbano, mas que adquiriram, ao longo do século XIX, funções sociais, sanitárias e ambientais que podem contribuir para construir uma consciência ecológica por meio de contacto direto com os diversos elementos da natureza. Porém, o surgimento dos parques urbanos e de novas necessidades sociais levou à introdução de outras funções ao longo do século XX como as desportivas, as de conservação de recursos naturais, revitalização social, qualidade de vida urbana – que foram igualmente (ou mais) importantes para o uso e a frequência da utilização dos espaços verdes (Fernandes e Higuchi, 2017, pp. 29 - 30). Assim, podemos afirmar que, ao longo dos séculos, a construção e o investimento em grandes espaços verdes começaram a ser vistos como um símbolo de uma família (e, mais tarde, cidade) de sucesso e um espaço essencial para amenizar os problemas urbanos, sociais e ambientais vividos pelas grandes cidades (Short e Short, 2008, p. 9).

Por sua vez, Rui Carreira (1998, p. 10) sugere que o empreendimento de vastos programas de florestação ou preservação de espaços verdes no seio da cidade, como os que foram feitos com o Movimento dos Parques Urbanos, ajudou ainda a implementar novos processos de absorção do dióxido de carbono na rede urbana que garantem, em parte, a conservação dos sistemas ecológicos de suporte da vida e da biodiversidade no centro urbano, combatendo de

forma direta os problemas ambientais. Na sua tese *Ambientalismo e Educação Ambiental em Espaços Verdes da Área Metropolitana do Porto,* Rui Carreira (1998, p. 29) defende que uma rede urbana eficiente deverá contar com locais de convívio e de encontro constituídos por praças enquadradas com vegetação, jardins públicos e parques urbanos próximos ou integrados nas infraestruturas urbanas que servem os cidadãos, independentemente de estes poderem pagar ou não por esses espaços. Desta forma, os vários espaços verdes conseguirão influenciar o microclima da sua cidade, minimizar a poluição, harmonizar a paisagem urbana, oferecer um espaço húmido, permeável, fértil e coberto por árvores e proporcionar abrigo para a fauna e a flora existentes na cidade. Por exemplo, segundo Gonçalo Ribeiro Telles, cidades húmidas, litorais e com grandes densidades populacionais como o Porto, devem possuir pelo menos 50% de áreas permeáveis e protegidas por vegetação devido ao papel que os espaços verdes desempenham contra os ventos marítimos e contra as inundações resultantes da excessiva impermeabilização de grandes áreas urbanas (Carreira, 2008, p. 51). Reconhecida é também a ação anti acústica desempenhada pelos espaços verdes que, ao absorver o som das estradas ou de outras estruturas urbanas (escolas, indústrias, hospitais, entre outros), complementam o seu enquadramento paisagístico e promovem a qualidade de vida do cidadão e do ecossistema urbano.

Igualmente importante é a criação de "corredores ambientais" no seio do espaço urbano, isto é, interligar os espaços verdes e os centros históricos que estão "isolados" por toda a cidade através da criação de espaços verdes contínuos (*parkways*) ou mais vias pedonais (Abreu, 2017, p. 13). Com isto, para além de contribuir para uma cidade "mais verde", os corredores ambientais fornecem uma multiplicidade de caminhos naturais, permeáveis e contínuos para os indivíduos poderem visitar os vários espaços da cidade, verdes ou não, e atenuam, em parte, a excessiva construção e poluição associada às densidades demográficas elevadas, quanto mais não seja pelos percursos agradáveis que cria. Para além disto, os corredores ambientais apresentam-se como *habitats* importantes para a vida selvagem, podendo servir igualmente para melhorar as condições sanitárias e a drenagem em toda a cidade, contribuir para a coesão do corpo social, combater a discriminação ambiental e para melhorar as condições de habitação e de vida da população (Boone & Modarres, 2006, pp. 171 - 172).

Como vimos até aqui, muitas são as razões sociais, económicas e ambientais que fundamentam a necessidade de garantir a presença de espaços verdes na cidade. Desde o seu contributo para a harmonia da paisagem urbana até à promoção e manutenção do equilíbrio ecológico, os espaços verdes revelam-se instrumentos urbanos de muito valor. Apesar destes

ocuparem áreas que podiam ser utilizadas para outros fins, como a habitação, Lisa e John Short (2008, p. 259) consideram que uma cidade sustentável possui uma zona central preenchida por espaços públicos e verdes junto de um sistema rodoviário capaz de conectar, em segurança, as pessoas que andam a pé, de bicicleta e de veículo, público ou privado. O sucesso comercial que resultou da criação de avenidas e passeios verdes e de parques urbanos nos centros históricos de cidades como Paris, Copenhaga ou Toronto, é a prova de que restringir o acesso dos carros e aumentar a qualidade das vias pedonais torna as cidades mais atrativas a nível económico, social e ambiental (Short & Short, 2008, p. 246). A evolução histórica descrita na Parte II do livro *O Direito à Natureza na Cidade* de Wendel Henrique (2009, pp. 117 - 172) revela ainda a preocupação universal em utilizar a presença de espaços verdes acessíveis como um verdadeiro direito à natureza na cidade para todos os seus habitantes.

Porém, ao longo do século XX, a guerra, a ideologia de consumo e os riscos inerentes à utilização excessiva e desadequada do território e dos recursos naturais alterou novamente as relações entre o homem e a natureza – a "natureza" urbana que se havia tornado pública com o Movimento dos Parques Urbanos passou, novamente, a ser incorporada no território como espaço produzido para satisfazer as necessidades de quem a pode pagar (Ramos e Pereira, 2021, p. 33). O solo da cidade, a água, o ar puro, as árvores, as plantas e os animais transformaram-se em mercadoria e abriu-se um processo onde o valor de troca (o preço) é o passo mais importante nesta relação, deixando claro que o solo, ou qualquer outro tipo de bem, inscreve-se no valor monetário que alguém lhe coloca (Ramos e Pereira, 2021, p. 34). Face a este cenário, Sidónio Pardal (2006, p. 46) defende que os urbanistas precisam de reconfigurar, de novo, a relação entre o homem e a natureza, principalmente se tivermos em conta que a atual designação de "espaços verdes" serve, somente, para administrar estatísticas ou índices ecológicos, à margem de qualquer critério estético de composição da paisagem urbana e à revelia das necessidades dos cidadãos.

Ao longo das últimas décadas foram inúmeras as convenções, reuniões, conferências e tratados que tentaram alterar o *design* das grandes metrópoles, baixar os níveis de poluição e consumo energético das cidades e aumentar os níveis de qualidade de vida e sustentabilidade através do uso de espaços verdes (Boone & Modarres, 2006, pp. 70 - 76). Por exemplo, a ONU, no Relatório de Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, exprimiu, claramente, que é necessário transfigurar a relação humana com a natureza e repensar a estrutura do mundo urbano de forma a alcançar o progresso, uma economia sustentável e responder às necessidades dos cidadãos (Ramos e Pereira, 2021, p. 37). Nesta

comissão, a ONU procurou afirmar uma nova relação entre o mundo natural e o mundo urbano e realçou o que o movimento ecológico, uma década antes, já reclamava (como veremos no próximo capítulo):

> a necessidade de um equilíbrio ecológico que vise enfrentar a desterritorialização-reterritorialização do nosso modo de civilizar, uma relação radicalmente outra entre natureza e cidade, onde as diferenças e as singularidades constitutivas da vida [...] possam ser afirmadas e potencializados ao serviço da criação da existência ativa (Ramos e Pereira, 2021, p. 37).

Por sua vez, e ainda antes da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987, o estudo *The Limits to Growth*, publicado em 1972 e patrocinado pelo Clube de Roma, demonstrou como a manutenção dos níveis de produção e consumo irão levar ao esgotamento dos recursos naturais, a uma crise económica e ao fim da própria vida humana (Chakrabarty, 2021, pp. 17 - 18). Esta publicação, juntamente com as várias Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, apresentou as deficiências do desenvolvimento urbano e económico do pós-Segunda Guerra Mundial e apelou à cooperação entre os Estados rumo ao que seria o "desenvolvimento sustentável" – um tipo de "desenvolvimento que atendia às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras" (Cidade, Jatobá e Vargas, 2009, p. 61).[10] A Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-Rio 92) reforçou ainda a necessidade de conciliar o desenvolvimento urbano com a proteção ambiental e com a justiça social, estabelecendo ainda um conjunto de iniciativas e objetivos que os Estados deveriam seguir (Cidade, Jatobá e Vargas, 2009, p. 58).[11]

Com o reconhecimento da crise ambiental, as grandes cidades, ou pelo menos as mais prósperas, reconheceram as mais-valias de ter uma infraestrutura urbana eficiente e mais "amiga do ambiente", pois aperceberam-se que o trânsito, o stress, a poluição, o crime e a pouca

[10] Christoph Baumgartner e Johanna Quaas explicam que, atualmente, o desenvolvimento sustentável leva em conta três dimensões – social, económica e ambiental – e procura uma relação positiva entre o ser humano e a natureza, a eficiência económica e ambiental, a qualidade de vida e a justiça social entre as gerações atuais e as gerações futuras (Abreu, 2017, p. 12).

[11] Como exemplo de iniciativas destacamos três tratados que foram assinados com especial relevância para a biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas, uma declaração de princípios, a Agenda 21 que se iniciou nesta conferência, o facto de os países ricos declararem a intenção de contribuir com 0,7% do seu PIB para ajudar os países em desenvolvimento e a criação de um fundo especial para financiar programas ambientais nos países pobres, o *Global Environmental Fund* (GEF).

atratividade turística e habitacional estão, normalmente, associadas às cidades desorganizadas e poluentes. Com isto, um novo processo de reorganização urbana iniciou-se nas últimas décadas do século XX mediante a introdução de pacotes mais atrativos para a sua população (Short & Short, 2008, p. 79). O foco urbano passou para a criação de cidades "saudáveis" e o conforto, o lazer e a qualidade de vida tornaram-se prioridades no planeamento urbano. Como exemplo desta reorganização temos a Carta Europeia de Ordenamento do Território que procurou desenvolver uma perspetiva integrada e interdisciplinar, organizar o espaço e redefinir o ordenamento territorial dos Estados-membros através de políticas económicas, sociais e ecológicas (Cidade, Jatobá e Vargas, 2009, p. 63). Podemos falar igualmente sobre o conceito "cidade saudável" que surge na Convenção para a Saúde realizada em 1984 em Toronto, que definiu um novo modelo de crescimento urbano sustentável "que procura desenvolver os serviços públicos e que recolhe o apoio e a intervenção da sua população nos espaços sociais" (Boone & Modarres, 2006, p. 139). Por sua vez, na Convenção para a Saúde, que aconteceu dois anos depois na cidade de Ottawa, foram delineados os princípios básicos da cidade saudável, sendo eles a paz, a educação social, a alimentação, um ecossistema saudável, a utilização sustentável dos recursos, a equidade e a justiça social (Boone & Modarres, 2006, p. 139).

Para além disto, Rocco Pace *et al* acrescenta que uma cidade "saudável" toma para si a responsabilidade política e social de contribuir para o bem-estar humano e apresenta vários indicadores que servem para avaliar a qualidade do seu ecossistema (Abreu, 2017, p. 13). De entre os indicadores de Pace *et al* destacamos os níveis de utilização do solo, do ar e da água, a qualidade dos meios de transporte e da habitação, a disponibilidade para investir em energias renováveis e as "políticas ambientais", por serem indicadores que levam em conta a avaliação das políticas urbanas e ambientais, a expansão da cidade, o acesso aos espaços verdes, o número de ações verdes na cidade e a participação pública nas políticas locais. Por sua vez, Matthew Kanh, em *Green cities: urban growth and the environment*, reitera a opinião de Pace *et al* e defende que as cidades "saudáveis" apresentam uma melhor qualidade de vida devido ao seu ar puro, à água potável, às várias vias pedonais, aos espaços verdes diversificados e bem distribuídos, à participação pública e por estarem predispostas a combater a degradação ambiental (Abreu, 2017, p. 6).

Lisa e John Short (2008, p. 32) defendem que o conceito de desenvolvimento sustentável e a introdução da "cidade saudável" como modelo ideal de planeamento urbano fortaleceu os argumentos do movimento ecológico, incentivou a presença e a distribuição justa dos espaços verdes nas cidades, agilizou a opinião pública e forçou os Estados a agir no *design* urbano. Por exemplo, até 2008, a União Europeia possuía mais de 2000 iniciativas que tentavam interligar a saúde pública com os problemas de justiça social e degradação ambiental (Short & Short, 2008, p. 234). Por sua vez, em «O Direito à Cidade: Da Transcendência à Imanência. Uma Relação de Confronto entre a Cidade e Natureza», Valéria Ramos e Paula Pereira defendem que as convenções, reuniões, comissões, conferências e tratados internacionais que ocorreram na segunda metade do século XX tentaram reorganizar o espaço urbano e procuraram construir um espaço social que combina o mundo urbano e o mundo natural e que procura garantir a liberdade das futuras gerações, a individualidade nos processos de socialização, a vida comunitária, o progresso económico e a qualidade ambiental num espaço onde "a cidade e a sua própria vida quotidiana se tornam obra, servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica e do domínio sobre a natureza material" (2021, p. 35). Podemos encontrar parte desta tentativa de reorganização urbana na convenção de Aarhus, que ocorreu em 1998 e procurou garantir que todas as pessoas têm o direito de viver num ambiente que promova a sua saúde, bem-estar e o direito ao acesso à informação, à decisão e à justiça no que toca aos assuntos urbanos e ambientais (Short & Short, 2008, p. 221).

Figura 27. Antigo armazém e zona industrial de Docklands, Londres, agora convertido num museu e numa zona comercial. Fonte: Cities and Nature, Lisa e John Short, 2008, p. 231.

Figura 28. Zona industrial situada em Docklands, Londres, depois da reabilitação do antigo armazém da presente na figura 27 (agora um museu – edifício à esquerda). Imagem retirada do website: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g186338-

Lisa e John Short (2008, p. 92) explicam ainda como o reaproveitamento de infraestruturas abandonadas e degradadas pelas indústrias ou de caminhos-de-ferros desativados e envelhecidos foi uma política inteligente e útil que procurou adicionar novos terrenos ao erário

público, regenerar um solo que anteriormente era tóxico, estimular bairros históricos que estavam perdidos e abandonados e projetar espaços públicos e/ou verdes distintos. Ao revitalizarem infraestruturas abandonadas, várias cidades procuraram não só melhorar o meio-ambiente local que se encontrava degradado e a qualidade de vida das populações afetadas, mas também impulsionar o turismo e interligar a cultura e a história destas infraestruturas com a educação ambiental e o bem-estar social, como podemos observar na reconversão do antigo armazém industrial de Docklands (fig. 27) num museu com uma zona comercial rentável e útil para a cidade de Londres (fig. 28)[12]. As cidades europeias foram especialmente adeptas deste tipo de política, principalmente no que se refere à conversão de antigas zonas industriais em espaços verdes (Short & Short, 2008, pp. 85 - 86).

Com a introdução destes conceitos nas suas políticas, os Estados-membros reconheceram ser possível garantir os empregos, afastar ou controlar a poluição e manter ou até melhorar o bem-estar social, a saúde pública e os espaços públicos da cidade através de uma rede urbana eficiente e organizada de acordo com a distribuição justa e equilibrada dos serviços e recursos da cidade (Boone & Modarres, 2006, p. 159. Para além disto, a preservação e revitalização dos espaços degradados e abandonados de uma cidade tornou-se numa ferramenta importante para incentivar a criação de leis e a autorização de fundos que foram essenciais para a renovação/preservação de edifícios históricos e parques nacionais e para a reabilitação e revitalização das cidades (Short & Short, 2008, p. 229). Se, atualmente, muitas cidades consideram a parte histórica da sua cidade como um polo essencial para a economia local e para o turismo foi muito graças ao "movimento da preservação histórica" que procurou realçar a importância deste tipo de política para a sustentabilidade, a cultura e a economia das suas cidades (Short & Short, 2008, pp. 228 - 232).

Na perspetiva deste movimento, a imersão em ambientes históricos, verdes ou não, que foram reabilitados e revitalizados desperta sentimentos diferentes daqueles que encontramos no meio de toda a confusão, stress e barulho das cidades e para apresentar os problemas ambientais que são gerados pelo mundo urbano quando estes espaços degradados não são reaproveitados (Short & Short, 2008, p. 259). Na opinião de Ricardo Abreu (2017, p. 21) este tipo de espaços tem vindo a ocupar uma parte importante no planeamento das cidades por transmitir uma

[12] Numa perspetiva de eficiência ambiental, de utilização de recursos e de coesão social, a reutilização das infraestruturas e a preservação dos espaços já criados, verdes ou não, é muito mais benéfica do que a tentativa, muitas vezes falhada, de criar comunidades compactas ou infraestruturas a partir do zero.

identidade social mais amiga do meio-ambiente e por oferecer experiências que desempenham um papel importante na conservação da biodiversidade e do ecossistema da região em que se inserem.

1.3 – Direito à Cidade e Direito à Natureza na Cidade

Segundo a Carta Mundial pelo Direito à Cidade publicada em 2005, o espaço urbano deve ser construído e planeado com,

> "o fim principal de atender a uma função social, garantindo a todas as pessoas o usufruto pleno da economia e da cultura, a utilização dos recursos e a realização de projetos e investimentos em seu benefício, com base em critérios de equidade distributiva, complementaridade económica, respeito à cultura, à diversidade e à sustentabilidade ambiental" (Fernandes & Michelon, 2021, p. 38).

Com isto, a comunidade internacional procurou estabelecer, de forma mais concreta, uma ligação entre o mundo urbano, a qualidade de vida, a saúde pública e o meio-ambiente que "pertencem" ao indivíduo local e exigiu que os Estados e os seus municípios se tornassem os "mediadores" entre o mundo natural e as populações e fortalecessem as solidariedades urbanas. As entidades locais e regionais deviam assim recorrer a todos os meios políticos, económicos, legais e administrativos para estabelecer vários corredores ecológicos interligados e harmonizados com os diversos elementos construídos na cidade, conservar os espaços verdes já existentes, lutar pela justiça social e incentivar a cultura local (Henrique, 2009, p. 170).

Tudo isto processar-se-ia como se existisse um sistema urbano planeado e alicerçado na relação estabelecida entre as zonas verdes presentes na cidade e as outras zonas naturais localizadas fora dos limites urbanos, através do uso de corredores ambientais que privilegiam as ciclovias ou as vias pedonais ao invés do automóvel. Wendel Henrique (2009, p. 179) afirma que é necessário incentivar a relação entre o urbanismo e a ecologia e criar cidades "saudáveis" orientadas para a utilização coletiva dos espaços verdes e não para o seu valor de troca.[13] Ao valorizar o solo, a mercadoria, a infraestrutura ou qualquer bem público pelo seu uso, cultura e história, e não pelo seu preço (valor de troca), fará com que estes bens não possam ser trocados ou vendidos. Desta forma, a transformação urbana da natureza passaria a ser entendida como um processo integrado na vida social, fruto de uma história social onde o direito à cidade e o dever

[13] Segundo Wendel Henrique (2009, p. 179), o valor de troca trata-se do valor pelo qual um artigo ou bem é trocado no mercado, enquanto a utilização coletiva desse artigo, que podemos definir como valor de uso, define-se como uma "utilidade de uma mercadoria para satisfação de uma necessidade específica dos seus utilizadores".

de preservação do espaço social se tornam imprescindíveis para o Estado e para os cidadãos (Henrique, 2009, p. 169).

Segundo Henri Lefebvre, a revolução urbana que começou no século XIX havia estabelecido um tipo de cidade, com um certo nível de segregação social e espacial, degradação urbana e ambiental e de periferização, onde o consumismo e a especulação capitalista se apoderaram do solo e o transformaram numa mercadoria (Ramos e Pereira, 2021, p. 28). Para este autor, uma revolução urbana não se completou, pois, uma verdadeira revolução urbana englobaria também o direito à cidade, a justiça social e a qualidade de vida, teria mais atenção as necessidades urbanas específicas de cada comunidade e reconfiguraria as formas e as funções do mundo urbano nas suas dimensões económicas, políticas, sociais e culturais (Ramos e Pereira, 2021, p. 30).

Wendel Henrique (2009, p. 170) acredita que o direito à natureza na cidade pode desempenhar um papel essencial para a implementação efetiva do direito à cidade, sendo um complemento a este e um direito igualitário que une os homens e a natureza e que tem um papel social útil diretamente ligado ao estatuto e uso do solo disponível. Contudo, é preciso repensar a cidade não como uma máquina, mas como um local construído para o homem, capaz de incorporar eficientemente os espaços verdes no mundo urbano e eliminar a dicotomia entre ambiente construído e o ambiente natural (Henrique, 2009, p. 170). Desta forma, o ser humano conseguirá reconfigurar a relação entre estes dois ambientes e tornar a natureza na cidade num direito social, numa obra construída pelo homem para o homem, independentemente da camada social a que pertence. O direito à natureza na cidade, sendo um direito instituído e garantido pelos Estados, serve ainda como uma garantia de cumprimento das várias legislações que não possuem mecanismos para assegurar a qualidade do ar, da água, da vida em comunidade ou da fauna e flora urbanas.

Por último, Dipesh Chakrabarty (2009, p. 208), em «The Climate of History: Four Thesis», afirma que as políticas e propostas de desenvolvimento que procuram combinar as culturas, a história, o progresso, a sustentabilidade e a liberdade humana que temos vindo a enumerar até aqui – desenvolvimento sustentável, ecologia urbana ou as cidades "verdes" – são pouco práticas e insustentáveis no longo prazo, devido ao facto de vivermos num mundo globalizado onde a elasticidade destes conceitos varia de pessoa para pessoa e de região para região. Peguemos no conceito de "progresso": para um escravo progredir significaria poder decidir, livremente, o seu destino e a sua maneira de viver, no entanto para um indivíduo livre a sua busca seria outra, pois

já é livre e possui a capacidade de decidir o seu destino – a disparidade entre os objetivos impede a sua conjugação natural rumo a um progresso comum onde ambos avançam em direção ao mesmo objetivo. A nível global, estes conceitos – liberdade, progresso, sustentabilidade e qualidade de vida – terão valores e significados ainda mais díspares, o que torna a sua conjugação quase impossível. Porém, não podemos negar que as ideias dos paisagistas do século XIX e os acordos internacionais que resultaram das várias crises sociais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial contribuíram para moldar uma paisagem urbana mais verde, para um melhor bem-estar social, qualidade de vida e saúde pública e tornaram-se aspetos importantes nos contextos sociais e ambientais.

2 – A reflexão social e a política ambiental portuguesa

Segundo o *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, elaborado pela Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1990, os espaços verdes urbanos são um importante recurso para as atividades educativas ambientais (Carreira, 1998, p. 60). Porém, Maria Inês Mansinho e Luísa Schmidt (1994, pp. 447 - 448) afirmam que a incorporação de áreas verdes reservadas para o lazer às várias populações presentes no espaço urbano não existe em Portugal, nem assumiu um papel mediador importante entre as relações sociais do mundo natural e o mundo urbano, apesar da reflexão social sobre o ambiente no país ter surgido, com grande densidade e intensidade, no final do século XIX, com obras que se inspiram na tradição disciplinar dos engenheiros florestais ligados ao Instituto Superior de Agronomia e ao romantismo das obras paisagísticas feitas no século XIX.[14] Isto deve-se, em parte, a institucionalização do Estado Novo e a consolidação do regime que tornou cada vez mais "difícil encontrar estudos que façam apelo a uma verdadeira incorporação de variáveis biológicas ou físicas na análise económica e social" (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 477).

No entanto, aos poucos foram-se realizando alguns trabalhos sobre a população, o território ou as florestas, como os que foram desenvolvidos por Orlando Ribeiro e Francisco Xavier da Silva Teles, que foram importantes para explicar como os fatores hidrológicos e humanos afetam a paisagem e a diversidade ecológica do país, principalmente em matéria de ordenamento do território e no domínio da produção teórica e das práticas profissionais (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 449). De entre todos os trabalhos, destacamos as monografias publicadas no contexto do Congresso de Geografia de 1949 por se terem tornado peças importantes para explicar as realidades regionais do país na primeira metade do século XX e por terem apresentado os conceitos "meio geográfico e região geográfica" como conceitos operatórios no planeamento rural, ao integrar as diferentes dimensões físicas e humanas no desenho das localidades (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 450).

Já a contribuição da Antropologia nos estudos do ambiente foi igualmente importante para recuperar os estudos da escola romântica, recolher elementos orais da tradição rural portuguesa e reconhecer a importância da diversidade, da profusão dos detalhes e do significado antropológico

[14] Dentro desta tradição, realçamos as primeiras cartas de caraterização ecológica do país de Andrada e Silva e Barros Gomes que inspiraram futuros investigadores do século XX, como Mimoso Flores, a desenvolver o conceito de proteção de natureza e de ambiente.

dos quadros de vida do mundo rural onde o conceito de "cultura ambiental" assumia o papel de mediador nas relações sociais (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 451). Neste ponto, Inês Mansinho e Luísa Schmidt (1994, p. 452) destacam a interconexão entre cultura, ambiente e relações sociais, evidenciando como a compreensão da cultura ambiental é essencial para analisar e interpretar as dinâmicas sociais em contextos rurais, ou seja, ao colocar a cultura ambiental como um conceito mediador, os antropólogos procuram investigar a forma como as comunidades rurais interagem e percebem o seu ambiente, a importância da cultura material destas populações e as práticas quotidianas no contexto ambiental.

Após a queda do regime ditatorial português, as ciências sociais sentiram e tiveram finalmente abertura para estudar as relações entre o meio-ambiente e os problemas ligados à transformação social, urbana, tecnológica e cultural dos campos e das cidades (Mansinho e Schmidt, 1994, pp. 447 - 448). Porém, apesar do aumento das investigações ambientais promovidas pelo Estado, Inês Mansinho e Luísa Schmidt (1994, p. 475) afirmam que as investigações possuíam uma qualidade reduzida devido à falta de informações que comprovassem os factos que alegavam e centravam-se na realização de estudos ambientais com o objetivo de obter os índices ambientais necessários, o que pode ter prejudicado a capacidade e a liberdade dos pesquisadores para realizar análises rigorosas e conclusivas. Como referem as autoras,

> os exemplos mais flagrantes desta desqualificação têm sido alguns planos de ordenamento das autarquias, mas sobretudo os casos dos estudos de impacto ambiental — nos quais a abordagem ou avaliação sociológicas praticamente não figuram, reduzindo-se as mais das vezes à mera apresentação de variáveis sociodemográficas (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 471).

Em suma, durante grande parte do século XX, não existiram grandes estímulos para o estudo sobre as questões e os problemas ambientais do nosso país e isso retardou imenso a evolução dos mesmos. Apesar da tradição florestal, hortícola e conservadora portuguesa remontar ao final do século XIX, o regime ditatorial que se prolongou durante grande parte do século XX deixou-nos um país rural, iletrado, com pouca organização civil e com marcas de desenvolvimento no litoral. Não houve entre nós o equivalente ao que ocorreu em outros países no domínio das investigações sobre as relações entre a qualidade de vida, o meio biofísico e o comportamento dos agentes sociais. Mesmo após a queda do regime do Estado Novo, o fascínio das ciências sociais por temas como as questões sociais camponesas, as estruturas agrárias da reforma agrária, os contrates regionais, a transformação urbana e tecnológica, secundarizam, de certo modo, os problemas ambientais como objeto de estudos sociais a todos os níveis, o que é normal tendo em

conta as necessidades de saneamento e desenvolvimento de uma população saída de um regime ditatorial e regressivo (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 447).

Por sua vez, a carência de informações confiáveis (devido a qualidade e o número reduzido de investigações anteriores) limitou ainda mais a validade e a credibilidade das pesquisas (Mansinho e Schmidt, 1994, pp. 466 - 467). Mesmo a nível universitário, a temática ambiental só começa a ser desenvolvida, com mais premência e intensidade, na década de 1990, não possuindo uma agenda de investigação nem uma estratégia de ensino coerente (Mansinho e Schmidt, 1994, pp. 468 - 470). Contudo, notamos um desenvolvimento impressionante nos últimos 20 anos, muito devido à procura externa por investigações universitárias e ao aumento do número de trabalhos e de publicações regulares e independentes que procuram sensibilizar e educar as populações quanto ao estado da natureza, das áreas protegidas e dos recursos hídricos.[15]

2.1 – Os Movimentos Ambientais Populares Portugueses

Após a queda do Estado Novo, a conciliação entre as políticas ecológica e urbanas ficaram um pouco de lado. Mesmo a modernização urbana que ocorreu em Portugal após a entrada na CEE não alterou, em grande parte, o comportamento dos agentes políticos que privilegiaram resultados imediatos na vida da população portuguesa em detrimento de um desenvolvimento longo e sustentável. Ou seja, o divórcio entre as políticas ambientais e a política de ordenamento do território não permitiu que o desenvolvimento urbano e industrial fosse conduzido, em conjunto, com políticas ambientais eficientes e sustentáveis. Mas, a modernização contribuiu sem dúvida alguma para uma melhoria da qualidade de vida, para o desenvolvimento social e para catapultar o conhecimento e a literacia.

Por sua vez, os trabalhos das ciências sociais foram orientados, em grande parte, para a estratificação social e para os problemas das classes, enquanto os trabalhos de investigação sobre ambiente focavam-se quase exclusivamente a defesa do mundo rural e a preservação do meio-ambiente (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 11). Para além disto, segundo Maria Kousis, na maior parte dos casos, o dever de preservação do ambiente por parte do Estado surge apenas quando existe a possibilidade de troca benéfica para o Estado, mesmo nos casos onde a população deseja

[15] Se formos comparar a quantidade de UC's, cursos, investigações ou encontros ambientais, só na UMinho, verificamos que o número é quase equivalente aos dados apresentados pelas autoras para todo o país em 1994.

uma maior intervenção, eficiência e fiscalização em matérias que implicam os seus direitos, o seu "quintal" (Fernandes e Fidélis, 2003, p. 17).

Ainda ocorreram algumas tentativas de debater questões ambientais relacionadas com o ordenamento do território, porém, a escolha política recaiu, na maior parte das vezes, sobre a necessidade urgente de encurtar a distância entre os países desenvolvidos e Portugal, mesmo que isso acarreta-se riscos ecológicos e a utilização excessiva do território e dos recursos naturais.[16] Por sua vez, grandes temas, como alterações climáticas, a dimensão do buraco da camada do ozono ou ordenamento do território, continuavam à margem de grande parte da população[17] (Almeida *et al*, 1997, p. 27). Quando questionados sobre como autoavaliam o seu grau de informação e conhecimento sobre questões de ambiente, a maioria dos inquiridos por João Almeida *et Al* (1997, p. 34) se considera "pouco/nada informados" (63% dos inquiridos), apesar do grau de informação aumentar quando esse conhecimento se torna útil para o seu quotidiano.[18]

Apesar de tudo o que foi dito, existiu interesse social sobre as questões ligadas ao meio-ambiente e a ação popular ambiental foi um meio importantíssimo para educar as populações sobre estas questões. Por exemplo, ao longo do século XX fomentaram-se alguns debates universais – envolvendo e influenciando a maioria da população, independentemente da sua formação profissional, ocupação, origem geográfica ou classe social – como aquele que existiu – e existe ainda – sobre a eucaliptização e a exploração das indústrias de celulose, de onde surgiram as primeiras teorias de desenvolvimento económico (Madeira, 2016, p. 36). Com efeito, foram elaborados estudos sobre os riscos da utilização excessiva ou desadequada dos recursos naturais

[16] Apesar da necessidade de modernizar o país, impulsionada pelos fundos comunitários e pelos investimentos públicos ou privados que se fizeram nos diferentes sectores da economia, a falta de avaliação e de fiscalização dos respetivos efeitos fez-se em detrimento da qualidade ambiental. Para além disto, de todos os planos definidos em conjunto com a CEE, o único a ser cumprido na totalidade terá sido o plano rodoviário.

[17] O quadro 1 elaborado por João Almeida *et al* (1997, p. 27) permite perceber o quão fraca era a cultura ambiental do país: apenas 23% dos inquiridos escolheram a resposta correta sobre o aparecimento do buraco do ozono, outros 26% acertaram na definição correta de Plano Diretor Municipal e cerca de 60% não acertou em qualquer resposta correta. Porém, uma parte dos portugueses, no final do século XX, (valores entre 59,5% - 73,9% dos inquiridos) já haviam aderido a práticas ambientais que se associam às motivações económicas ou poupança.

[18] Ao analisar o I inquérito Nacional de João Almeida *et al* (1997, p. 34) notamos que a desinformação e a falta de informação são duas das principais razões para "as pessoas em geral" não fazerem "mais pela proteção do ambiente" - todos os inquiridos classificaram como "insuficiente" a quantidade de notícias e programas sobre ambiente na televisão (65% no País e 82,1% em Lisboa).

que traduziam as perspetivas técnicas, económicas e ecológicas de indivíduos com formações intelectuais e profissionais diferentes e textos marcados por distintas visões da sociedade e da vida e conceções acerca da práxis do progresso naturalmente conflituais (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 448). O I Encontro Nacional de Ecologistas em 1984 - 1985 foi capaz de reunir várias ONG's com o propósito de encontrar novas modalidades de organização que permitissem ampliar a sinergia e aumentar a capacidade de intervir nas políticas ecológicas do país (Soromenho-Marques, 2005, p. 3). A luta contra a energia nuclear foi outro fator catalisador para o aparecimento de nova literatura portuguesa sobre os fundamentos conceptuais do desenvolvimento sustentável (Madeira, 2016, p. 60). Por sua vez, as ações ambientais populares contribuíram para sensibilizar e educar a população quanto às questões ambientais que afetam o ecossistema urbano e a saúde pública. (Soromenho-Marques, 2005, p. 4)

Assim, face a um Estado ainda um pouco inerte e uma opinião pública quase nada informada sobre temas ambientais, os movimentos ambientais populares e as associações ambientalistas aumentaram a sua área de influência junto das populações e desempenharam um papel social e educativo complementar, tornando-se, desta forma, num elemento de credível nestas questões (Almeida *et al*, 1997, p. 26).[19] O maior acesso a informação e o impacto mediático que as causas ecológicas alcançam permitiu ainda ao desenvolvimento de uma rede de influências em torno das preocupações urbanas e ecológicas e a criação de pequenas experiências que irão apresentar o movimento ambiental português e levar grande parte dos portugueses a simpatizar e a apoiar as ações deste movimento social (Fernandes e Fidélis, 2003, p. 9). Para além disto, os movimentos ambientais populares contribuíram também para aumentar a participação coletiva ao formular estratégias e lutas capazes adaptar o discurso político às necessidades das populações.

Desta forma, a ação popular, por surgir no interior das comunidades, passa a fazer parte do capital social e histórico das comunidades e desempenha um papel importante para modernizar a região, fortalecer a comunidade e educar a sociedade civil.[20] Aqui, a explicação do "porquê" e "como" estas práticas ambientais são importantes para o quotidiano, saúde, economia pessoal e para o meio-ambiente português foi de enorme ajuda para o aumento da cultura ambiental

[19] Os inquéritos realizados que foram realizados por João Almeida *et al* (1997) mostram que grande parte dos inquiridos estão bastante ou algo preocupados com a qualidade do ambiente, nomeadamente quanto aos problemas que lhes são próximos (envenenamento das águas, poluição do ar, incêndios, poluição urbana ou industrial, etc.).

[20] Não raras as vezes, os movimentos populares ambientais surgiram de batalhas sociais, como o racismo ambiental ou a discriminação urbana, que ajudaram a fortalecer os laços e as solidariedades urbanas.

portuguesa e para o sucesso deste tipo de movimentos populares.[21] Neste ponto, iremos focar no longo processo que levou ao porquê de o movimento ambiental popular surgir e não no "como", de forma a percebermos o objetivo que o movimento popular se propôs a atingir e os assuntos particulares que o criaram. Isto porque cada movimento ambiental popular irá ter o seu próprio motivo, evolução, discurso ou ideias, que o irá diferenciar de todos os outros. Mesmo os seus objetivos e métodos de ação irão evoluir de forma diferente, daí ser mais importante entender o "porquê" de o movimento popular surgir.

Contudo, temos de ter em atenção o facto de que os ativistas estão em constante desenvolvimento, debate e aprendizagem. Podemos mesmo considerar a aprendizagem coletiva como uma caraterística importante do movimento ecológico, uma parte do movimento social que nos ajuda a formar uma ideia de porquê que o movimento popular surgiu e se desenvolveu. É importante os ativistas serem autodidatas nas questões importantes da sua campanha, até porque o próprio argumento ecológico para a descentralização foca-se em procurar discutir os problemas da região junto de toda a comunidade, de maneira informada e clara, mesmo quando os níveis os cidadãos mostram uma certa desconfiança nas entidades públicas (Figueiredo e Fidélis, 2003, p. 10). E num mundo de recursos finitos e cheio de ameaças ecológicas, o uso da ciência ou da informação é fundamental para comprovar como os seus "adversários" não entendem as suas próprias limitações, nem o dano ecológico que estão a causar, principalmente quando o problema é complexo. Certamente que a aprendizagem não é linear e algumas das questões continuam sem resposta, no entanto a junção desta aprendizagem com o corpo de experiências alternativas que foram partilhadas através de notícias ou eventos fornece um meio importante para quem estuda os movimentos ambientais populares.

Quanto a análise dos participantes notamos que apesar destes serem de várias classes sociais, a adesão de agentes não-locais é quase inexistente (Figueiredo e Fidélis, 2003, p. 12).

[21] Convém distinguir a cultura ecológica da ideologia ecológica portuguesa (que já existia e se organizava em associações no final da década de 1980). A ideologia ecológica é uma das condições da ação coletiva - o que cria o "nós" - e uma das condições para definir qualquer movimento social. Ela é fruto das tradições que se formam nos contextos apresentados e nas ações que acontecem dentro do movimento social (Doherty, 2002, p. 85). A cultura ecológica, por sua vez, irá desenvolver-se com as respostas aos conflitos ou através das experiências dos seus ativistas, procurando sempre manter o compromisso entre a racionalidade ecológica, a igualdade, as necessidades sociais e a democracia popular – princípios que se encontram implícitos nas ações dos grupos ecológicos e moldam a mentalidade dos seus ativistas (Doherty, 2002, p. 67).

Segundo Elisabete Figueiredo e Teresa Fidélis (1994, p. 12), isto deve-se ao contexto materialista que é normalmente associado a defesa de um bem natural que "pertence" ao "quintal" dos protestantes (*Nimby – Not in My Backyard)*. Ou seja, para as autoras os movimentos ambientais portugueses não são lutas "atrativas" para os agentes não-locais porque estes associam as causas do movimento ambiental popular à proteção da fauna e flora do espaço por parte dos locais, que o vê como uma área verde recreacional de caráter coletivo útil para a comunidade local, esquecendo todas as outras funções sanitárias, económicas e urbanas que estes espaços desempenham na cidade e no país (Figueiredo e Fidélis, 2003, p. 12). Já Doherty (2002, p. 183) considera o horizonte político limitado do protesto popular como uma fraqueza nada excitante quando comparado, por exemplo, com a agenda ecológica radical, o que excluí muitos ativistas deste tipo de lutas e aproxima o movimento ambiental popular das instituições locais.

No entanto, generalizar as ações dos movimentos ambientais populares é uma tarefa complicada devido à sua rápida evolução e história, principalmente em Portugal. É certo que as poucas lutas ambientais que surgiram no país deram origem a vários pequenos grupos ecologistas (como o Movimento Ecológico Português (MEP)) e alimentaram os primeiros encontros nacionais de ecologistas onde se vislumbraram uma mistura de indivíduos com princípios, origem e interesses divergentes. Porém, a ausência de tradições associativas a todos os níveis da sociedade portuguesa é uma condicionante que causa dificuldades a quem tenta generalizar as ações e o protagonismo deste tipo de movimentos populares (Fernandes e Fidélis, 2003, p. 7). Para além disto, o facto de não haver fontes ou estudos suficientes sobre este tipo de ações populares dificulta a análise entre a criação do movimento ambiental popular e o contexto social, económico e político que o movimento em questão atravessou, já que os debates são pouco mediáticos e as informações são escassas ou muito difíceis de serem adquiridas (por estarem espalhadas em várias instituições).

Apesar disto, uma caraterística que queremos salientar que ocorre nos casos analisados por Wolfgang Rudig ou Bryan Doherty (Doherty, 2002, pp. 201 - 203)[22], nos casos analisados por Elisabete Figueiredo e Teresa Fidélis (2003) e no Movimento pelo Parque da Cidade do Porto, que iremos analisar mais a frente, é: todos estes movimentos ambientais populares escalam quando a falta de informação divulgada e a pouca participação civil nos processos de decisão, muitas

[22] Vejamos os grupos contra o lixo tóxico nos EUA e na Austrália ou os as lutas locais pela justiça ambiental na Grã-Bretanha.

vezes mais importante do que o próprio conteúdo do processo, são quase nulas ou nebulosas. Para além disto, todos os movimentos ambientais populares referidos tiveram sucesso porque o movimento ambiental popular em questão conseguiu interligar a falta de informação disponível com outras preocupações sociais (saúde pública, justiça social, espaços verdes, entre outras). Dito isto, sugiro cinco caraterísticas que podem ajudar a caraterizar os movimentos ambientais populares dos países desenvolvidos (no qual podemos incorporar Portugal):

- Começam de iniciativas populares.
- A mobilização popular é provocada por um novo desenvolvimento local que pode originar riscos imediatos ou custos ambientais.
- Oposição local torna-se conflituosa quando as oportunidades políticas são restritas e a oposição é vista como arrogante ou injusta.
- O movimento ambiental popular eventualmente irá recorrer a estudos técnicos e com isso definir a sua atitude perante a ciência e a tecnologia.
- O argumento do movimento ambiental popular depende da conceção socialmente contruída daquilo que são os interesses da comunidade local.

2.2 – Evolução da política ambiental portuguesa

Margarida Queirós (2002, p. 36) em «O Ambiente nas Políticas Públicas em Portugal» explica que a política do ambiental portuguesa começa a consolidar-se em 1970 com uma lógica de proteção ambiental pouco clara e hesitante. A primeira estrutura do Estado dedicada exclusivamente às questões do ambiente seria a Comissão Nacional do Ambiente (CNA), criada em 1971 pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – JNICT – com o propósito de preparar a participação portuguesa na Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano de 1972 em Estocolmo. Nesta conferência, Portugal apresentou o primeiro documento oficial sobre os problemas ambientais que afetavam o país – a *Monografia Nacional sobre os Problemas Relativos ao Ambiente* (Queirós, 2002, p. 37). Com a CNA nasceram também as primeiras realizações públicas, os primeiros corpos especializados que iriam viabilizar a operacionalização dos serviços públicos dedicados ao ambiente, o primeiro Parque Nacional português – Peneda-Gerês – e algumas políticas sobre a poluição dos mares e das praias.[23] Todos estas realizações são fruto do Programa de Ação e o Relatório da CNA, elaborado pela JNICT em 1971 por portaria do Governo

[23] Exemplos: Decreto-Lei n.° 90/71, de 22 de março de 1971 - poluição das águas do mar, praias e margens - e Decreto-Lei n.° 502/71, de 18 de novembro de 1971— zonas de proteção às albufeiras de águas públicas.

poucos meses após a criação da CNA (*Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 143, 19 de junho de 1971; ACT-FCT, Comissão Nacional do Ambiente, *Relatório de Actividades – 1971*, JNICT, Lisboa).

Dando sequência àquilo que já vinha sendo desenvolvido para a Conferência mencionada, o JNICT e o CNA realizaram uma intensa atividade que pretendeu traduzir as linhas gerais de uma política de preservação do ambiente e situar essa política numa perspetiva de longo prazo e num contexto de relações internacionais. Em particular, no período anterior a sua criação, a organização do evento de Estocolmo, a CNA entendeu que "já nos [tínhamos comprometido] o suficiente para não poder ignorar um acontecimento que [ficaria] a marcar, na história da humanidade, um passo decisivo para a sua sobrevivência." (*Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 143, 19 de junho de 1971; ACT-FCT, Comissão Nacional do Ambiente, *Relatório de Actividades – 1971*, JNICT, Lisboa, p. 7) A CNA pretendia intensificar e coordenar em Portugal as atividades direta ou indiretamente relacionadas com a preservação e melhoria do ambiente, a conservação da Natureza e a proteção e valorização dos recursos naturais, tendo presente, inclusive, o recurso e o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica para resolução desses problemas. A colaboração na elaboração do projeto do IV Plano de Fomento, bem como o problema das estações de tratamento de esgotos ou a questão da monitorização da evolução dos níveis de poluição foram outros tópicos que foram merecendo a atenção da CNA.

No entanto não deixa de ser interessante notar que o pressuposto orientador da política ambiental e urbana portuguesa refletia aquilo que as economias em vias de desenvolvimento vinham reclamando nos fóruns internacionais, ou seja, a responsabilização dos danos ambientais provocados pelos países desenvolvidos e a não limitação dos que se querem desenvolver:

> Seria certamente inconveniente pretender-se, em pleno esforço de crescimento económico, quando todo um povo aspira por melhores condições de vida, limitar os benefícios a auferir por essa via. O que parece fundamental é imprimir qualidade a esse desenvolvimento, em termos de lhe assegurar validade para o futuro. Ele não pode ser encarado como uma solução momentânea para as insuficiências do presente. E sabe-se como, em cada dia, através de decisões quantas vezes irreversíveis, é possível hipotecar esse futuro. Esta preocupação com o porvir não está muito nos hábitos de um povo que constantemente se remira no passado (*Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 143, 19 de junho de 1971; ACT-FCT, Comissão Nacional do Ambiente, *Relatório de Actividades – 1971*, JNICT, Lisboa, p. 3).

Contudo, o facto da CNA estar sob a tutela do Ministério das Obras Públicas e da Economia, e não num Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, fez com que a execução da política ambiental fosse descoordenada e com resultados práticos mínimos. Acrescentamos que a

Administração Pública (AP), antes do 25 de abril, estava mais vocacionada para os domínios da economia e, como tal, a nível de "orçamento ambiental" privilegiaram os grandes investimentos públicos que estimulassem a economia e o desenvolvimento urbano (Queirós, 2002, p. 38). Será por esta razão – e porque o país necessitava de melhorar as condições de vida dos cidadãos - que a maior parte das intervenções realizadas relacionadas com a política ambiental ao longo dos anos foram, principalmente, empreendimentos produtores de energia hidroelétrica ou infraestruturas capazes de armazenar água, apesar das mudanças ministeriais e da abertura democrática.

Por outro lado, há que ter em conta que, até ao final da década de 1980, a maioria dos agentes públicos e privados ainda relacionava a defesa do ambiente com a conservação dos parques, das florestas, dos cursos de água doce e da diversidade florestal e animal. Não existindo ainda uma perceção, tão pouco recursos ou o conhecimento científico como os que temos atualmente, quanto a finitude dos recursos naturais e da crise climática, e tendo em consideração que o país era muito atrasado e pobre relativamente aos outros Estados europeus (comparando-se até aos países do "em desenvolvimento"), o privilégio era (quase) sempre dado ao desenvolvimento, à modernização, à industrialização e ao aumento da produtividade e do produto. Por essa razão, não é de estranhar que grande parte das políticas, do orçamento e da preocupação social seja a produção hidroelétrica, a salvaguarda dos recursos hídricos, a industrialização, a expansão urbana, a melhoria da rede elétrica do país – que ao longo do tempo cobre áreas cada vez mais extensas e chega a cada vez mais locais - e os problemas de abastecimento de água potável às comunidades e à agricultura (Queirós, 2002, p. 56).

Já em 1974, com a criação da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), surgem os primeiros regulamentos e decretos inseridos numa política de proteção ambiental mais coerente e sólida. A este respeito, destacamos o papel de Gonçalo Ribeiro Telles[24] que tomou as primeiras iniciativas legislativas e administrativas rumo a uma política de conservação da natureza articulada com o ordenamento do território (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 455). Os objetivos das medidas de Ribeiro Telles, ainda inscritas num plano conservacionista, "vão no sentido de regular e disciplinar a atividade humana sobre a paisagem, defendendo bolsas de preservação obrigatória da natureza e determinados valores" (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 455).

[24] Gonçalo Ribeiro Telles foi secretário de Estado do Ambiente, sob tutela do Ministério do Equipamento Social e Ambiente, entre o 1.º e o 4.º Governos Provisórios. Voltaria a ocupar o mesmo cargo no 6.º Governo Provisório, chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo.

Em 1975 foi criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagista e uns meses depois, já em 1976 e através de um decreto-lei, promulgou-se um novo regime de proteção da natureza e institui-se a rede nacional de áreas protegidas (RNAP), que abrange, em 2023, cerca de 8% do território continental terrestre.[25] É igualmente neste período que surgem as primeiras políticas-chave para o ordenamento do território e da paisagem do país, nomeadamente a obrigatoriedade dos Planos Diretores Municipais e a criação das Reservas Nacionais Agrícola e Ecológica em 1982 e 1983 respetivamente (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 455).[26][27] Nesta altura surge também o grande momento legislativo português com a consagração constitucional, em 2

[25] Dados recolhidos do website: https://rea.apambiente.pt/content/sistema-nacional-de-%C3%A1reas-classificadas. Se considerarmos a integração de outras redes de proteção que, entretanto, foram criadas, como a Rede Natura 2000 (iniciativa da União Europeia) ou o SNAC (Sistema Nacional de Áreas Classificadas), os valores são consideravelmente superiores, situando-se entre os 20-30% - isto sem contabilizar as regiões ultramarinas e o espaço marítimo português.

[26] A Reserva Agrícola Nacional viria a ser regulamentada em 1989 com o Decreto-Lei n.º 196/89. Esta reserva tinha como maiores preocupações o desenvolvimento da agricultura nacional e a proteção, conservação e melhoramento das áreas de maior aptidão agrícola do país (cerca de 12% da superfície total do país em 1982). Atualmente esta reserva divide-se em várias entidades regionais que em conjunto visam promover medidas de defesa da RAN, assegurar o cumprimento das normas estabelecidas, propor medidas legislativas, pareceres ou regulamentos considerados necessárias para o desenvolvimento rural do país, proferir decisões sobre a delimitação da RAN no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal e emitir pareceres sobre os pedidos de reconhecimento de ação de relevante interesse público nas áreas da RAN para utilizações não agrícolas excecionalmente permitidas.

[27] A Reserva Ecológica Nacional viria a ser regulamentada em 1992 com o Decreto-Lei n.º 213/92 e tinha como objetivo a preservação de determinadas áreas ecologicamente sensíveis e a recuperação de determinadas capacidades que foram degradadas devido a exploração e a utilização excessiva do solo. De acordo com Decreto-lei n.º 321/83, esta reserva, em conjunto com a RNA, é "um instrumento fundamental do ordenamento do território à escala nacional", importantíssimo para a conservação da natureza e a biodiversidade, para a utilização racional dos recursos naturais e para o correto ordenamento do território (*Diário da República* n.º 152/1983, Série I de 05 de julho de 1983). Já em 2008, esta reserva sofreu alterações significativas em matéria de objetivação dos conceitos, de agilização e simplificação dos procedimentos administrativos, bem como de partilha de competências e de responsabilidades entre várias entidades intervenientes ao nível nacional, regional e municipal. Com efeito, a REN compromete-se agora em contribuir para a adaptação dos territórios e para a sua maior resiliência, para precisar a delimitação dos sistemas dunares, reincorporar as cabeceiras de linhas de água enquanto áreas estratégicas de infiltração de água no solo, considerando a delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo, e em clarificar as definições e os critérios de delimitação de cada uma das áreas que integram a REN no contexto da diversidade geográfica e na adequação dos respetivos usos e ações compatíveis.

de abril de 1976, do direito do ambiente (atualmente consagrado no artigo 9º, 52º e 66º da Constituição da República Portuguesa), através do qual o acesso a um ambiente saudável e cuidado passou a ser um direito essencial de cada cidadão português, tendo o Estado a obrigação de garantir e proteger os ecossistemas nacionais.

Por último, tendo em conta a urgência por uma política eficaz de ordenamento do território, os planos locais e regionais foram instrumentos de planeamento criados pelo Ministérios da Qualidade de Vida, da Administração Interna, da Agricultura, Comércio e Pescas e da Habitação, Obras Públicas e Transporte para promover, instituir e coordenar um correto ordenamento do território, tendo em conta "a caracterização biofísica e geográfica do território" e "critérios espaciais de salvaguarda do património cultural impresso nas paisagens" (Decreto-Lei n.º 337/83*, Diário da República* n.º 165/1983, Série I de 20 de julho de 1983). Estes planos definiram ainda as bases biofísicas e as circunstâncias culturais impressas no seu território de ação tendo como base (Decreto-Lei n.º 337/83*, Diário da República* n.º 165/1983, Série I de 20 de julho de 1983):

- Os limites do uso e as ações necessárias ao equilíbrio das paisagens, indispensáveis às ações de planeamento concretizadas nos planos e estudos de nível inferior.

- Caracterização e o desenvolvimento necessário para diferentes parcelas do território nacional através da otimização do uso do espaço e do aproveitamento racional dos seus recursos.

- Os aspetos biofísicos, geográficos, paisagísticos e culturais do território e as normas gerais de ordenamento do território que permitirão fundamentar um zonamento correto do espaço, tendo em vista a salvaguarda dos valores culturais, o desenvolvimento integrado das diferentes áreas geográficas e o uso múltiplo do território.

Após estas mudanças, a despesa com o ambiente centrou-se nos objetivos políticos de melhorar a qualidade de vida da população, de disciplinar a expansão urbana e de construção de infraestruturas, interligando os problemas ambientais com o ordenamento do território e mitigando os efeitos negativos do crescimento (Queirós, 2002, p. 39). Na orgânica do II Governo Constitucional (1978), resultado da coligação entre o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, a Secretaria de Estado do Ambiente transforma-se em Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente e transita para a tutela do Ministério da Habitação e Obras Públicas, o que reduziu ainda mais a política de ambiente aos grandes projetos públicos, agora

mais diretamente voltados e vocacionados para o saneamento básico, um problema estrutural do país, e o aproveitamento dos recursos hídricos (Queirós, 2002, p. 40).

Infelizmente o resultado, nos primeiros anos de democracia em Portugal, foi uma proliferação de construções clandestinas, aglomeradas ou dispersas, o incremento da indústria da construção civil, onde as componentes e as consequências desta indústria não foram devidamente acauteladas na sua vertente ambiental, o desenvolvimento «selvagem» do turismo e a permanência e acumulação anárquica dos resíduos tóxicos e sólidos urbanos no solo e na paisagem (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 453). A este respeito, Margarida Queirós (2002, p. 40) realça a fraca prestação da Direção-Geral de Saneamento Básico, cujo papel era essencial para assegurar a política de saneamento básico e para promover estudos regionais de planeamento do sector. Quanto à conservação e recuperação de paisagens naturais, o Ministério da Habitação e Obras Públicas ficou-se pelos diagnósticos ambientais.

A partir de 1980, a Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente passa para a tutela do Primeiro-Ministro e, em 1981, com o VII Governo Constitucional, é criado o Ministério da Qualidade de Vida (MQV) que integra a Secretaria de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente e passa a tutelar a qualidade do ambiente, o ordenamento do território e a defesa do consumidor, adquirindo, finalmente, as competências necessárias para a defesa do ambiente[28] (Queirós, 2002, p. 40). Com o Ministério da Qualidade de Vida nasce também a Direção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA), dotada de competências para incentivar o desenvolvimento de tecnologias menos poluentes (Queirós, 2002, p. 40). Devemos ainda acrescentar que, durante a década de 1980, os poderes políticos começaram a refletir mais seriamente sobre a questão ambiental e a necessidade de reestruturar a política urbana devido às pressões comunitárias e sociais, às consequências da falta de planeamento urbano – como as cheias ou a degradação urbana – e à delapidação do património natural.

Contudo, o desenvolvimento da política de ambiente continuou com um orçamento modesto e as diversas competências dos domínios do ambiente continuaram dispersas por vários ministérios, o que foi, mais uma vez, importante para o fracasso de grande parte dos objetivos definidos (Queirós, 2002, p. 41). Para além disto, a política pública ambiental portuguesa, durante a década de 1980, não foi estrategicamente direcionada como as restantes políticas do país, o

[28] O MQV, ao obter as competências necessárias para organizar o espaço e utilizar os recursos naturais e construídos, iniciou vários estudos e projetos interdisciplinares públicos que refletiam sobre a relação entre o ambiente e o ordenamento do território.

que acarretou consequências urbanas e ambientais que não podiam ser suportadas pelos portugueses, que viam a sua qualidade de vida em níveis consideravelmente baixos quando comparados com os seus vizinhos europeus (Soromenho-Marques, 1998, p. 89).[29]

Mesmo assim, o Ministério da Qualidade de Vida desempenhou um papel importante na gestão de áreas protegidas e no controlo da poluição, principalmente após a centralização da política ambiental no Ministério do Planeamento e Administração do Território. Neste contexto foi importante a reestruturação dos serviços do ambiente do Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT) e a criação orgânica do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) em 1986, alterações significativas que contribuíram para o salto qualitativo que ocorreu no percurso da política ambiental durante a década de 1990 (Queirós, 2002, p. 40). No entanto, Schmidt e Mansinho (1994, p. 456) consideram que a legislação portuguesa ainda era muito pouco pragmática, lenta e dava muita atenção à proteção da natureza, negligenciando outras questões ambientais essenciais.[30]

Foi só na década de 1990, impulsionado pela adesão de Portugal à CEE e pela centralidade que os problemas e os temas ambientais adquiriram um pouco por todo o mundo, que o Estado português tenta, finalmente, interligar as questões ambientais com as dimensões sociais, urbanas e culturais da gestão política do território. Realizaram-se reformas institucionais que reordenaram as responsabilidades e estabeleceram uma política de ambiente coordenada e em 1990, a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais dá lugar ao Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, órgão governamental dotado de maior capacidade de intervenção (Queirós, 2002, p. 43). A ação deste ministério foi fundamental para estabelecer as primeiras parcerias público-privadas para a gestão ambiental e introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável na Constituição da República Portuguesa em 1997 – art.º 66 nº 2 (Queirós, 2002, p. 57). Para além disto, no período entre 1987 e 1992, a legislação portuguesa procurou definir uma verdadeira política ambiental abrangente e integrante (Mansinho e Schmidt, 1994, p. 457 - 458):

[29] Segundo Teresa Fidélis e Elisabete Figueiredo (2003, p. 169), foi nesta altura que se verificou, um pouco por todo o país, ao aumento das lutas populares ambientais fruto do surgimento novas fontes poluentes que implicavam novas agressões qualidade de vida das populações, o que comprova a teoria de Viriato Soromenho Marques.

[30] A maioria dos decretos e diplomas aprovados na década de 1980 só se viriam a concretizar depois de 1990. É de realçar ainda o pouco poder interventivo que o MPAT possuía, ficando-se somente com poder consultivo não podendo interferir na decisão final.

- Aprovação de 80 diplomas sobre a proteção da natureza, o urbanismo, a poluição da água e do ar, o ordenamento do território e a gestão de recursos naturais.

- Aprovação da Lei de Bases do Ambiente.

- Criação do Instituto Nacional do Ambiente.

- Elaboração do relatório sobre o estado do ambiente (Livro Branco sobre o Ambiente).

Com a Lei de Bases do Ambiente, o meio-ambiente urbano passou a ser definido no artigo 5º, nº2, al. a) desta lei como um "conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e as suas relações e dos fatores económicos, sociais e culturais com efeito direto ou indireto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do Homem". Por sua vez, o art.º 15 da Lei de Bases do Ambiente consagra a proteção e valorização da flora, enunciando que "serão adotadas medidas que visem a salvaguarda e valorização das formações vegetais espontâneas, do património florestal e dos espaços verdes e periurbanos" e encara a conservação da natureza e a valorização do património natural e da paisagem "como pressupostos de um modelo de desenvolvimento mais sólido".

No Plano Nacional da Política do Ambiente, a Lei nº11/87, de 7 de abril de 1987, reconhece-se ainda a importância da "estruturação da utilização do espaço de uma forma ambientalmente adequada e para a proteção dos valores ambientais e paisagísticos", onde o *Continuum Naturale* assume um papel de destaque ao ser definido como um "sistema de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e da manutenção do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território". Ainda neste contexto e no âmbito dos «Objetivos e Ações Programáticas Específicas do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais relativos à promoção da Qualidade Ambiental da Zona Urbana» desta lei, a valorização de estruturas ecológicas e patrimoniais integradas no tecido urbano é assumida como uma medida fundamental a aplicar no território português, nomeadamente através do incentivo à criação de corredores ecológicos e da edição e publicação de obras técnicas e de divulgação ambiental. Por último, no quadro dos «Objetivos e Ações Programáticas Intersectoriais» referentes ao ordenamento do território afirma-se que "será valorizada a presença de valores ecológicos no tecido urbano na elaboração ou apreciação de planos de ordenamento" (Carreira, 1998, p. 57).

Como explica Rui Carreira (1998, p. 59) na sua dissertação *Ambientalismo e Educação Ambiental em Espaços Verdes da Área Metropolitana do Porto*, com estas alterações legislativas, o Estado passou a dispor de um leque diversificado de instrumentos que o levaria a assumir um papel pedagógico sobre as questões ambientais, ensinando os cidadãos a encarar a proteção da

natureza e a criação de espaços verdes como essenciais para melhorar a qualidade de vida local e desenvolver o sentimento de pertença. O próprio Plano Nacional da Política do Ambiente enuncia que deverão ser "desenvolvidas ou apoiadas (até 1999) iniciativas que visem a informação e a sensibilização da população para os problemas do ambiente urbano e que propiciem alterações do comportamento dos cidadãos relativamente a esses problemas" sendo que "será dada elevada prioridade aos apoios a projetos de iniciativa local que visem a melhoria da qualidade de vida nos meios urbanos" (Carreira, 1998, p. 64).

Nesta dimensão destacamos o papel da CEE por ter lançado as bases para as preocupações políticas sobre o ambiente e aparecer como instrumento político e social orientador dos processos de produção, construção e gestão local a ser utilizado pelos cidadãos quando a legislação nacional se revelava insuficiente (Queirós, 2002, p. 57).[31] Para além disto, face ao atraso português quando relacionado com outros países que pertenciam à CEE, as diretivas europeias forçaram uma nova regulamentação legislativa que se propôs a melhorar os índices ambientais e a lentidão institucional. Assim, devido ao impulso legislativo europeu, durante esta última fase (1990 - 2000) destacam-se (Queirós, 2002, pp. 57 - 58):

- A criação de limites de poluição industriais através de contratos-programa estabelecidos pelo Estado.

- A fixação de prazos-limite para a aprovação dos planos diretores municipais.

- A criminalização do atentado contra a natureza.

- A promoção, o estudo e a colaboração de ações nacionais e europeias suscetíveis de contribuir para o equilíbrio e a estabilidade ambiental, juntamente com vários serviços que procuravam melhorar a qualidade da água e do ar, diminuir o ruído e a poluição industrial, desenvolver um centro de investigação e coordenar iniciativas da política ambiental.

2.3 – Reflexão social e legislativa

Com estas alterações e a nova dimensão legal que foi dada ao ambiente ao longo da década de 1990, os recursos que estimulariam o surgimento de possíveis soluções para os problemas ambientais portugueses, num espaço formal e legislativo, estavam criadas. No entanto, apesar dos problemas ambientais se irem tornando cada vez mais visíveis, as causas e o combate às mesmas foram colocados em segundo plano e não existiu uma prática coerente por parte do

[31] A CEE foi importante para dinamizar o investimento público nacional, principalmente na forma como ajudou a construir plataformas para preservar o ambiente e os interesses da população.

Estado. Desta forma, concluímos que o maior problema em Portugal não foi a produção legislativa ambiental, mas sim a aplicação ou a regulamentação dos diplomas fundamentais que muitas vezes foi morosa ou inexistente, o que, juntamente com a falta de cultura e educação ecológica dos seus cidadãos, levou a uma ineficácia das estruturas do Estado responsáveis pela fiscalização das questões ambientais. Margarida Queirós afirma que esta situação não é surpreendente, já que o Estado português se focou no desenvolvimento urbano e, de certa forma, abandonou a política ambiental e as investigações sociais sobre o meio-ambiente português porque "as medidas de proteção e recuperação ambiental são muito dispendiosas e Portugal é um país de fracos recursos económicos" (Queirós, 2002, p. 47).

Para além disto, o facto de não haver coordenação entre o ordenamento do território e o ordenamento ambiental nos ministérios do Estado fez com que as ações ambientais se limitassem aos parceiros regionais e/ou municípios e que qualquer projeto de grande envergadura, para além do enquadramento urbano, dependesse do financiamento dos municípios em que está inserido ou dos seus parceiros, sendo que grande parte deles não possui recursos para tal. Estes problemas terão contribuído muito para que diversos projetos idealizados nunca chegassem a ser concretizados e postos em prática. Apesar de tudo o que foi dito e mesmo com orçamentos modestos, o poder local não deixou de desempenhar um papel importante na gestão e educação ambiental devido às atribuições e competências de que dispõem, cabendo no âmbito da sua ação:

- Matérias de domínio da gestão e proteção ambiental.
- Localizar atividades condicionantes do ordenamento do território.
- Responsabilidades no fornecimento e tratamento de água.
- Recolher os resíduos urbanos.
- Conservar os espaços verdes.

Uma demonstração do quão prejudicial se torna a falta de regulamentação das políticas ambientais e sua conciliação com as políticas de ordenamento do território são os resultados dos Inquéritos Nacionais sobre o Ambiente, coordenados por João Almeida, que destaca fraca qualidade de vida no mundo urbano português na última década do século XX (Almeida *et al*, 1997, pp. 20 - 21).[32] Para além disto, os autores destes estudos concluem que existe um grande cansaço das condições de vida que as metrópoles oferecem e isto verifica-se na péssima posição

[32] Apenas 7% dos inquiridos refere as grandes cidades como bons sítios para viver e quando são perguntados sobre onde existe o melhor ambiente em Portugal as cidades quase nem aparecem - mesmo a pequena cidade tem uma referência muito diminuta.

em que estas cidades se encontram quando os inquiridos são questionados sobre qual "o melhor ambiente em Portugal" (Almeida *et al*, 2004, p. 22). De destacar ainda o pessimismo ambiental dos inquiridos, que aumentou face aos resultados de 1992: em 1992, 67% dos inquiridos classificava o ambiente da sua região como positivo, em 1997 este valor desce para 50% (Almeida *et al*, 1997, p. 16)[33].

Aqui, a distribuição dos espaços verdes e a facilidade de acesso aos mesmos podem se torna fatores chave para a realização das funções ecológicas e sociais num ambiente urbanizado, para combater o sedentarismo, para o bem-estar psicológico, para a saúde pública em geral e, principalmente, para sensibilizar a população sobre os problemas ambientais. Para além do bem-estar e saúde dos cidadãos, a natureza, os parques e jardins urbanos locais podem ser espaços úteis e importantíssimos para a adoção de planos urbanos sustentáveis por parte das autarquias, contribuindo ainda para aumentar o potencial económico e social deste tipo de espaços e para o envolvimento de cada cidadão na promoção da qualidade de vida urbana.

Apesar de todos os contratempos, houve, pelo menos, o desejo de instalar uma ambiciosa "política verde" concebida para a cidade moderna e voltada para o futuro, na qual o primado da sustentabilidade e os preceitos da Educação Ambiental se evidenciam. No caso do Porto, Rui Carreira (1998, p. 26) explica que os espaços verdes se tornaram espaços insubstituíveis para os cidadãos. As múltiplas intervenções municipais que ocorreram no final dos séculos XIX e XX e no início do século XXI com o intuito de ampliar tais espaços e as múltiplas iniciativas do poder local, como o cultivo de hortas sociais, ajudaram a "levar a natureza à cidade" e foram importantíssimas para restabelecer ligações entre os habitantes portuenses e o meio natural. Para além disto, os quintais, jardins e os vinhedos ocupam um papel de destaque no interior dos quarteirões urbanos da cidade, constituindo uma interessante herança dos horticultores que os cidadãos do Porto souberam preservar. A concretização deste tipo de iniciativas trouxe, sem dúvida alguma, uma mais-valia para a imagem pública da cidade e concedeu um amplo protagonismo aos vários espaços verdes, incentivando a adoção boas práticas ambientais e servindo de mote ao incremento das visitas e usufruto das áreas verdes.

[33] Ao fazer o balanço geral, os portugueses consideram que quase todos os problemas ambientais nas suas localidades pioraram, sobretudo a poluição urbana, a situação dos lixos e a qualidade do ar e da água.

3 – Espaços verdes no Porto

Teresa Marques, em *Dos Jardineiros Paisagistas e Horticultores do Porto de Oitocentos ao Modernismo na Arquitetura Paisagista em Portugal* (2009), considera que existe um património significativo de parques e jardins instalados no século XIX e no início do século XX que influenciaram a forma de construir jardins e parques em Portugal, apesar da falta de referências sobre o pensamento e a obra das figuras que contribuíram para a reforma da paisagem urbana portuguesa do século XIX e XX e para a construção dos primeiros jardins públicos ser muito reduzido. Marcado pelo contexto cultural da época, este património "verde" português vai revelar uma certa preferência estética pelo pitoresco e pelo *gardenesque*[34] (Marques, 2009, pp. 373 - 374).

No caso do Porto, até à chegada de Emílio David e a construção dos jardins do Palácio de Cristal, que, segundo Teresa Marques, era uma "verdadeira novidade quer pela sua forma quer pela sua dimensão" (2009, p. 124), a cidade portuense não possuía jardins ou parques suficientes que pudessem suscitar o debate de ideias e o avanço da horticultura paisagística ou que constituíssem uma oportunidade para divulgar o gosto pela arte dos jardins. Por inúmeras vezes, José Duarte de Oliveira Júnior lamentou o baixo nível dos jardins municipais, tecendo críticas ao estado de conservação lastimável dos mesmos, à escolha desadequada das plantas, à poda radical das árvores e, principalmente, ao facto de ser vedada a entrada nos jardins públicos ao proletariado (Marques, 2009, p. 124).

Como tal, seriam os jardins do Palácio de Cristal e o conhecimento dos princípios e das obras paisagísticas europeias por parte de Emílio David que iriam revolucionar o espaço público portuense, muito graças ao seu desenho de traçado e composição semelhante aos jardins formais franceses e a apresentação dos modelos de base paisagista que correspondiam à modernidade na arte dos jardins franceses e italianos (Marques, 2009, pp. 189 - 190). Porém, os jardins e parques portugueses deram também preferência ao caráter naturalista do estilo inglês e acompanharam, embora de forma tardia, o processo de conceção de jardins e parques "paisagem"

[34] Deste tipo de jardim destacamos o facto de o seu desenho ser uma mescla, muito interessante, dos estilos ingleses e franceses, *i.e*, os jardins no seu traçado geral combinam a feição naturalista típica do estilo inglês – os caminhos irregulares, espaços abertos, variações topográficas do terrenos, etc. – com a formalidade típica do classicismo francês – pavimentos em lajes irregulares de pedras, lagos de formas retilíneas, inserção de canteiros e/ou *parterres* para definir os caminhos e de estatuárias ou de caixas para vasos de plantas de grandes dimensões para organizar os vários espaços do jardim.

– espaços que baseiam a sua paisagem na apreciação e imitação da natureza. A preferência pelo caráter pitoresco da paisagem é enaltecida nos periódicos portuenses, que exaltavam os caminhos irregulares de feição naturalista ou os lagos que pontuavam os relvados dos parques e jardins:

> As perspectivas sempre novas e variadas, a disposição dos massiços e bosques, enfim a cópia fiel da natureza, são as bases pricipaes da creação d'um jardim paysagista. E que mais é um jardim do que um verdadeiro quadro da natureza? [...] É por isso que os jardins paysagistas ou inglezes tem attractivos e encantos que nenhum outro género de jardins apresenta (Marques, 2009, p. 126).

Dos horticultores e jardineiros paisagistas portuenses, destacamos o papel do estabelecimento de Marques Loureiro e Jerónimo Monteiro da Costa – a Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense - instalado na Quinta das Virtudes e que terá projetado, entre 1912 e 1919, 348 projetos de parques e jardins, entre eles o Parque do Gerês, o Parque da Penha, o Parque do Santuário de N. Sr.ª dos Remédios, o Parque do Castelo de Guimarães, o Parque das Termas de Vizela, o horto de José Martins Branco e a nova gruta em cimento e toda a zona envolvente do parque do Bom Jesus do Monte em Braga (Marques, 2009, p. 272). Para além disto, Jerónimo Monteiro da Costa desempenhou um papel fundamental na reforma urbana do Porto enquanto chefe da divisão de jardins da Câmara Municipal do Porto entre 1889 e 1910, nomeadamente através da construção de um número expressivo de praças ajardinadas e jardins públicos conforme conta o número de setembro de 1892 do *Jornal de Horticultura Prática*:

> Graças, porém aos inteligentes e incansáveis esforços do digníssimo vereador da Câmara Municipal do Porto, snr. João Batista de Lima Junior, auxiliado por um jardineiro de alto mérito, o snr. Jeronymo Monteiro da Costa, em poucos anos a nossa cidade transformou-se radicalmente. [...] os numerosos largos da cidade, abandonados, cheios de erva e de lixo, estão hoje transformados em graciosos jardins, alegria e encanto de nacionais e estranhos (Marques, 2009, p. 241).

Assim, ao nível do espaço público do Porto, Jerónimo Monteiro da Costa demonstrou um grande pragmatismo na transformação da cidade através do ajardinamento de vários espaços livres da cidade seguindo os modelos postos em prática na Europa, como por exemplo o Jardim da Praça do Duque de Beja, o Jardim do Passeio Alegre, o Jardim da Rotunda da Boavista, o Jardim da Praça do Marquês de Pombal, o Jardim da Praça 24 de agosto, o Jardim da Praça da Alegria e o Jardim da Praça da República. Segundo Teresa Marques (2009, pp. 241 – 242), o objetivo destas intervenções terá sido o "de contribuir para a continuação dos melhoramentos, do ponto de vista higiénico e paisagístico, do espaço urbano, [...] transformando-os, simultaneamente, em novas áreas de passeio", o que originou "o maior impulso alguma vez verificado na cidade do Porto ao nível da construção de jardins públicos", principalmente se tivermos em conta que, nesta

altura, a cidade enfrentava problemas básicos de funcionamento, de saneamento, de distribuição de água, entre outros, não tendo ruas ou passeios calcetados.

De destacar ainda o papel da Horticultura Costa&Costa e dos hortos da família Gomes, de Jacinto de Matos e de Alfredo Moreira da Silva por se terem lançado na área do projeto e construção de jardins, no comércio de plantas e, principalmente, por terem aberto o debate sobre a arte de projetar jardins através da publicação de alguns periódicos (*Jornal de Horticultura Prática* ou o *Jornal Hortícola-Agrícola*), de catálogos e de outros documentos que se constituíram como o ponto de partida para a propagação dos princípios paisagísticos europeus no jardim público e privado português (Marques, 2009, pp. 73 - 76). Quanto aos restantes estabelecimentos hortícolas do Porto, encontramos muito pouca informação, sendo apenas de destacar alguns que se dedicavam, maioritariamente, ao comércio de plantas, não podendo descurar a sua influência na arte dos jardins e no progresso da horticultura. O brilhantismo dos horticultores e jardineiros paisagistas portugueses não passou despercebida numa conferência realizada no Instituto Superior de Agronomia, em junho de 1940, sobre o tema "Jardins", na qual Francisco Caldeira Cabral defendeu a herança deixada pelos horticultores portugueses do século XIX e encorajou a que os arquitetos paisagistas contemporâneos aprendessem com a capacidade botânica e técnica dos seus antecessores:

> O nosso ofício é de jardineiros e por isso a nossa arte é [...] "uma arte que coopera com a natureza" e não apenas lhe impõe a sua forma. Por isso nós aprendemos na nossa prática [...] de cada um dos factores naturais ou das plantas e a fazê-las jogar livremente num conjunto harmonioso. [...] Este nosso ofício de jardineiro trouxe-nos ainda outros aspectos muito marcados na formação do espírito (Cabral, 1940, p. 8).

Desta forma, o século XIX corresponde ao período de afirmação da botânica, da horticultura e da arte de projetar jardins em Portugal. Ao longo deste século verificou-se o aumento dos interesses ornamentais, agrícolas e silvícolas dos jardins e parques, o avanço no estudo e na descrição das caraterísticas botânicas, geográficas e geológicas e o desenvolvimento de novos métodos e técnicas paisagísticos, como, por exemplo, técnicas de produção, nutrição e fertilização vegetal necessárias para a aclimatação, reprodução e criação de novas variedades botânicas ou a introdução do cimento dos jardins, o que veio a permitir a criação de novos artefactos com objetivos funcionais e ornamentais que viriam a diferenciar os jardins e parques portugueses daqueles que existiam no resto da Europa, nomeadamente no que toca à criação de rochedos, lagos de traçados naturalizados, floreiras, pavilhões, coretos e grutas artificiais (Marques, 2009, p. 45). Também a experimentação com as plantas – controle de doenças, podas, hibridação, etc.

– animou quer botânicos quer horticultores e alargou as fronteiras do conhecimento sobre a arte dos jardins (Marques, 2009, p. 120). Para isso exigia-se uma formação abrangente e multifacetada nestes domínios e o sucesso obtido pelos horticultores nos seus projetos resultava desse mesmo conhecimento, como explicava Henri Lusseau no *Jornal de Horticultura Prática* de 1878:

> Os tempos têm mudado, e aquilo que se convencionou chamar "arquitetura dos jardins" está sujeita a regras [...]. A um certo número de homens, aliás muito hábeis, falta-lhes uma condição importante, para não chamar indispensável: entender alguma coisa de plantas [...]. É mister combinar a associação das diferentes folhagens, altura que atingem as árvores, quais são aquelas que poderão servir vantajosamente para fundo, e quais serão aquelas que, destas, se destacarão melhor; é necessário que saiba que tal arbusto, verde durante o estio, torna-se avermelhado no Outono. Numa palavra – e ninguém deixará de o compreender – é necessário que o arquiteto paisagista tenha passado a sua vida na convivência da horticultura (Marques, 2009, pp. 70 - 71).

Por conseguinte, a proximidade e a cooperação entre os horticultores portuenses e os botânicos era importantíssima para o desenvolvimento da horticultura e da botânica. Era também comum a formação de jardineiros paisagistas ocorrer nos estabelecimentos botânicos onde o contacto com as plantas permitia a aquisição de um conhecimento empírico aprofundado acerca das mesmas e o estudo do comportamento e desenvolvimento vegetativo (Marques, 2009, pp. 93 - 94). Por sua vez, a publicação de periódicos e catálogos por parte destes estabelecimentos hortícolas foi fundamental para a permanente atualização dos temas relacionados com essa área de saber e para elevar a horticultura nacional a um nível mais próximo daquele que se atingira noutros países (Marques, 2009, p. 97). Ao servir como veículo de divulgação de imagens dos vários espaços verdes nacionais e internacionais, de eventos, notícias, livros e volumes estrangeiros – como é o caso do livro *Les Promenades de Paris* de Alphand – estes periódicos apresentaram várias publicações estrangeiras, traçados de jardins e modos de os ornamentar, plantas a utilizar e a sua aclimatação de acordo com objetivos estéticos específicos, novos parques e jardins que se iam construindo pelo mundo, as patologias vegetais, as técnicas, os utensílios, as ferramentas modernas utilizadas ou o valor económico e social dos espaços verdes (Marques, 2009, p. 77). Também não são de descartar os vários temas abordados e que foram essenciais para a horticultura e arquitetura paisagística portuguesa, como, por exemplo: a criação de viveiros botânicos; as críticas sobre o estado da agricultura, da pecuária e da floresta portuguesa; o ensino da arte dos jardins, da horticultura e da jardinagem; os levantamentos florísticos e dos jardins botânicos portugueses; e, finalmente, a reflexão sobre importância dos jardins públicos na

melhoria da qualidade estética das cidades e na qualidade de vida dos cidadãos (Marques, 2009, p. 97).

Neste capítulo, o *Jornal de Horticultura Prática* assumiu um papel de referência e uma dimensão intelectual e informativa ao nível dos mais importantes jornais estrangeiros sobre a matéria, tanto do ponto de vista da diversidade de assuntos e da organização da informação, como do ponto de vista gráfico (Marques, 2009, p. 96). É também no *Jornal de Horticultura Prática* que conseguimos encontrar os intelectuais que contribuíram para a difusão dos valores e princípios da arquitetura paisagística e da botânica em Portugal. Entre muitos outros, destacamos José Duarte de Oliveira Júnior, profundo conhecedor de plantas, crítico informado da arte dos jardins e um defensor dos jardins públicos urbanos e do direito à utilização pública por todos os estratos sociais como fator essencial para o progresso económico e social (Marques, 2009, p. 90). Neste último tópico, Oliveira Júnior denuncia, de forma consistente, a postura da Câmara Municipal do Porto que impunha uma apresentação formal para se poder aceder aos jardins:

> Acabemos, portanto, com uma distincção de toilette que ainda existe nos regulamentos dos nossos passeios públicos. [...] Tornemos democráticos esses recintos; eduquemos o povo. Quem tivesse a paciência de percorrer com a vista as paginas d'este jornal, de há doze anos, veria que já então advogávamos estes princípios democráticos (?), que são os mesmos que hoje defendemos; mas nada conseguimos (Marques, 2009, p. 90).

Desta forma, Oliveira Júnior contribuiu para apresentar e desenvolver em Portugal e, especialmente, no Porto as várias funções sociais e sanitárias que um espaço verde possui, nomeadamente insistindo em como o acesso público aos parques, jardins e praças ajuda a melhorar a saúde pública, diminui as despesas sociais do município e alivia o *stress* pessoal depois de um longo dia de trabalho. Os seus textos revelavam também uma certa proximidade entre a evolução verificada no número de jardins e parques criados e o pensamento e prática do movimento hortícola portuense, em particular no impacto causado pela diversidade florística de valor ornamental, no interesse pela experimentação, pelos novos materiais e pelas técnicas de jardinagem (Marques, 2009, p. 91).

Oliveira Júnior contribuiu para a construção de toda uma ideologia social e cultural que atravessou esse período e que impôs formas próprias de utilização do jardim com fins sociais e recreativos, nomeadamente através da construção de jardins públicos como um elemento urbano essencial de recreio, bem-estar físico e mental e apaziguamento social (Marques, 2009, p. 121). Por último, para este horticultor, "a arte em si é Natureza" e, por mais do que uma vez, argumentou a favor da desejada imitação da natureza, pois só esta poderia servir de modelo à

conceção de um espaço verde, razão pela qual o ser humano deve procurar respeitar a natureza "modificando-a, todavia, por modo que essa modificação cause uma impressão agradável, e sobretudo artística" (Marques, 2009, p. 233).

Foi este o debate em torno da questão da arte paisagística, da natureza e do uso social dos espaços verdes que permaneceu ao longo do século XIX, levantando questões sobre a consciência do caráter artificial e social do jardim. Como afirmou Teresa Andresen: "concebidos no século dezoito como paisagens ideais e cenários de sentimentos de liberdade e amor, assumiram-se depois como espaços funcionais ajustados ao novo estilo de vida da sociedade industrial/urbana/lúdica" (Andresen, 1992, p. 94). Este tipo de pensamento, segundo Teresa Marques (2009, p. 287), explica em parte a obsessão pela criação de lagos "naturais" presente nas paisagens portugueses: a sua utilização ia para além da estética pitoresca que empregava na paisagem, o lago servia igualmente para gerar oportunidades de recreio como passeios de barco ou mergulhos.

Neste ponto destacamos o trabalho desempenhado pelo também horticultor Jacinto de Matos, que mostrou uma certa preferência pelos jardins de traçado fundamentalmente informal, caminhos de traços sinuosos e longos relvados junto às alamedas. Este horticultor foi dos primeiros em Portugal a revelar interesse no uso social do jardim, através da criação de espaços que facilitavam as atividades recreativas e sociais, como avenidas circulatórias, espaços desportivos – como o court de ténis presente no Parque de Joaquim Pinto da Fonseca em Braga –, lagos onde era possível realizar passeios de barco ou longos relvados onde os cidadãos passeavam, praticavam desporto, estavam com a família ou simplesmente relaxavam (Marques, 2009, p. 341). Destacamos ainda o uso de pedras para facilitar a criação de estruturas que formavam rochedos, grutas, muros a ladear caminhos ou canteiros de flores, ou a utilização do cimento para criar objetos ou formas pensadas e projetadas para o recreio ativo e bem-estar da população. Os trabalhos e a ideologia de Jacinto de Matos podem ser encontrados no Parque do Palácio da Brejoeira e nos inúmeros jardins e parques públicos e privados que este horticultor paisagista projetou ao longo dos séculos XIX e XX, de entre os quais destacamos o Jardim de Joaquim Aires de Gouveia Allen, no Porto, e o Parque da Costilha, em Lousada (Marques, 2009, p. 340).

Porém, o debate informado sobre as questões da arquitetura paisagista ou a horticultura ornamental e o traçado e a composição dos jardins ocorriam entre um número reduzido de pessoas ligadas, direta ou indiretamente, a um dos estabelecimentos ou jornais anteriormente

referidos. Apesar das diversas tentativas de estender o conhecimento botânico, paisagístico e hortícola a toda a população, entre os agentes fundamentais para o debate sobre os espaços verdes urbanos, a agricultura e a botânica, durante o século XIX e o início do século XX, contavam-se as sociedades de horticultura, agricultura e botânica que, formadas com bases em estatutos próprios, tinham como missão promover e desenvolver estas ciências das mais diversas formas (Marques, 2009, p. 101). Destacamos ainda o artigo «Bases ou Pensamentos Fundamentaes para a organização de uma Sociedade de Cultura e Recreio no Porto» publicado em 1844 no jornal *Jardim Portuense*, redigido com o objetivo de promover a cultura útil, económica, recreativa e ornamental dos jardins, assim como estender, facilitar e dirigir o comércio das plantas e mais produtos hortícolas de forma a inspirar o gosto pelos estudos, trabalhos e amenidades campestres e hortícolas, e a Sociedade de Horticultura do Porto, a primeira sociedade hortícola em Portugal, formada em 1897, que viria a realizar algumas conferências e publicações, participando igualmente na arborização de algumas ruas da cidade do Porto e em alguns planos para jardins, como é o caso do jardim do Infante D. Henrique (Marques, 2009, pp. 101 - 103). Em 1899, constituir-se-ia uma outra associação, composta pelos principais jardineiros do Porto – a União dos Jardineiros do Porto –, com o objetivo de promover conferências, organizar exposições e criar escolas e bibliotecas para o uso dos sócios (Marques, 2009, p. 106).

3.1 – Prólogo ao Plano da Cidade do Porto de Ezequiel Campos (1932)

Após este entusiasmo portuense no final do século XIX seguiu-se uma apatia tanto no desenvolvimento de novos espaços verdes, como também na organização do crescimento da cidade. Ezequiel Campos (1932, p. 20), no seu prólogo ao Plano da Cidade do Porto de 1932, afirma mesmo que não houve, até então, uma arrumação do centro da cidade com grandes orientações para organizar o seu crescimento, como em Paris, Berlim ou Barcelona. Para este, o Porto era "um agregado de aldeias, mais ou menos densamente povoadas, à volta da aldeia inicial de S. Nicolau" (Campos, 1932, p. 20). De salientar que o único "plano" que se fez no grande conjunto urbano do Porto foram as suas principais avenidas, nomeadamente a dos Aliados, que foram configuradas pelo urbanista inglês Barry Parker em 1915, apesar do único alinhamento primitivo deste projeto ser a Praça do Município (Auzelle, 1962, p. 17). Assim, e de forma a preparar um futuro plano para a cidade, o Prólogo ao Plano da Cidade procurou definir um programa que promovesse a individualidade, a história do Porto, o bem-estar e a saúde pública (Campos, 1932, p. 39). No fundo, Ezequiel Campos (1932, p. 33) procurou prever para que zonas

da cidade a urbanização crescia, ordenar a expansão caótica que se sentia na altura e tentar tirar proveito para a população.

Um pouco crítico era o facto de não haver bairros industriais propriamente ditos, já que as fábricas estavam dispersas um pouco por toda a cidade, muito menos centros universitário, municipal ou administrativo pelas mesmas razões – a falta de planificação anteriormente referida (Campos, 1932, p. 33) Tendo isto em conta, Ezequiel Campos (1932, pp. 19 - 26) propõe que se comece a planear um Plano Regional de Urbanização de forma a reorganizar a urbe portuense, controlar o seu crescimento, melhorar as estradas, coordenar os lugares de recreio e habitação e encadear atividades dos núcleos urbanos de Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Leça da Palmeira, Gondomar e Leixões, entre outros, ao plano da cidade do Porto. Campos (1932, pp. 30 - 31) evidenciou ainda a necessidade de preparar todo o plano de ruas, praças e jardins para estes centros habitacionais. De notar que esse plano de ruas, praças e jardins pretendia também ligar o centro do Porto ao "Porto desconhecido – campos, pinheirais, pedreiras, dunas – que a maior parte da gente que vive no Porto jamais viu", o que permitiria, segundo Ezequiel Campos (1932, p. 29) traçar uma cidade cheia de vida, de perspetivas diferentes e única.

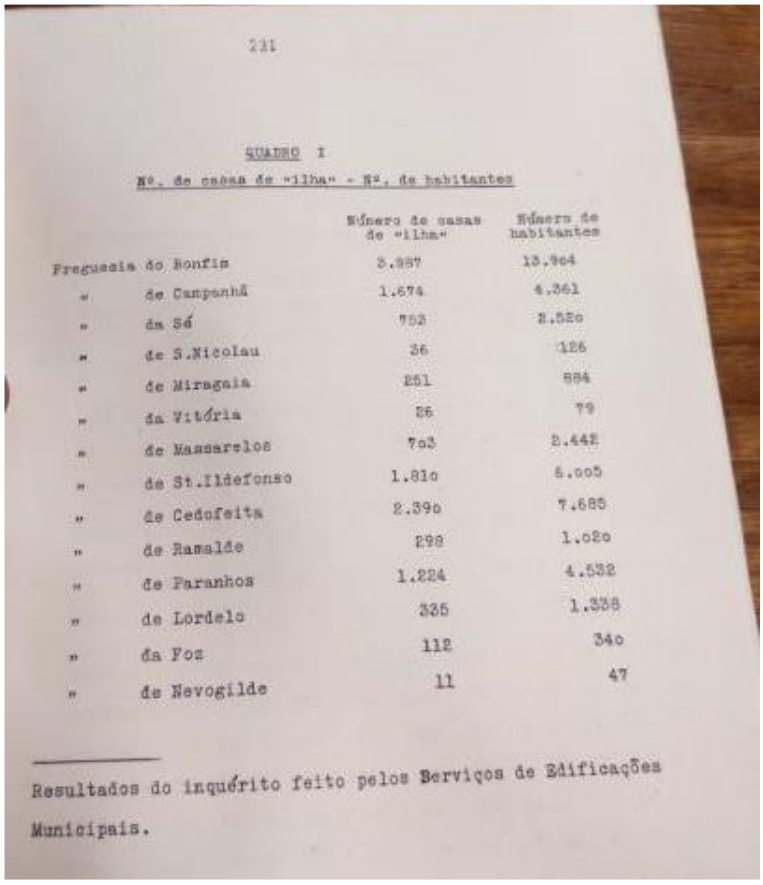
Indo especificamente aos jardins e parques urbanos, Ezequiel Campos (1932, p. 31) diz que falta todo um plano para organizar os espaços verdes da cidade. Os pequenos retoques que se foram fazendo ao longo dos últimos anos da década de 1920 nos espaços verdes do Porto não eram suficientes para tornar estes espaços relevantes no seu espaço público. O Porto, na década de 1930, possuía "somente amostras de jardins", reiterando a necessidade de aproveitar os vários campos e pinheirais da cidade para construir jardins e os parques urbanos futuros, nomeadamente (Campos, 1932, p. 31):[35]

- Na linha Praça Mouzinho de Albuquerque - Leixões e na Avenida Ouro - Leixões, bem como ao Noroeste junto a Estrada da Circunvalação (parte do atual terreno do Parque Ocidental da Cidade) e em Areínho junto a estrada marginal do tabuleiro inferior da Ponte D. Luís. No contorno pelo Norte destas linhas, aplica-se o mesmo.

- Renovar os jardins das escolas, demais edifícios públicos e a zona antiga da cidade e adaptar do terreno do Porto de forma a proporcionar alguns pontos de miradouro verdes e

[35] Ezequiel campos considera os jardins do Palácio de Cristal, o Monte do Covelo e a Mata da Prelada exceções.

embelezados, nomeadamente no Alto da Lapa, no Monte dos Congregados, na Bateria da Vitória e na varanda da Sé.



231

QUADRO I

Nº. de casas de "ilha" - Nº. de habitantes

	Número de casas de "ilha"	Número de habitantes
Freguesia do Bonfim	3.887	13.9o4
" de Campanhã	1.674	6.361
" da Sé	752	2.52o
" de S.Nicolau	36	126
" de Miragaia	251	884
" da Vitória	26	79
" de Massarelos	7o3	2.442
" de St.Ildefonso	1.81o	6.oo5
" de Cedofeita	2.39o	7.685
" de Ramalde	299	1.o2o
" de Paranhos	1.224	4.532
" de Lordelo	325	1.338
" da Foz	112	34o
" de Nevogilde	11	47

Resultados do inquérito feito pelos Serviços de Edificações Municipais.

Figura 29. Resultados do Inquérito sobre o nº de habitantes a viver em "ilhas" por freguesia realizado pelo SEM em 1941-1942. Fonte: Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral de 1943.

Por último, o prólogo de Ezequiel Campos (1932, pp. 33 - 34) procurou prever como a indústria e os bairros operários se iriam relacionar com os serviços públicos e os espaços verdes da cidade. Este tipo de habitação começava a se aglomerar em zonas de franca expansão do concelho e tinham de ser encarados juntamente com a ordem económica, social e moral de forma a encontrar uma solução para o problema da habitação e bem-estar das classes mais pobres. Ao analisarmos o quadro 1 e a figura 29, podemos observar que, em 1942 (10 anos após o Prólogo feito por Ezequiel Campos), grande parte da população vive na parte oriental do concelho (freguesias da St Ildefonso, Bonfim e Campanhã – 1565 fogos, o que correspondia a 56.3% da população portuense), apesar de haver uma presença interessante também na parte ocidental do concelho – especialmente na freguesia de Cedofeita (864 fogos – a freguesia com mais fogos). Sendo o problema das "ilhas" – arranjo local caraterísticos das habitações dos cidadãos mais pobres do Porto -, um problema sanitário e social, os Serviços de Edificações Municipais (SME)

propõem que se arrase completamente estas habitações e se forme novos bairros operários, com condições dignas e organizadas segundo o plano da cidade (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 77). Para isso seria preciso controlar a construção de novas fábricas e obras para a pavimentação, embelezamento das ruas, habitações, praças, jardins, saneamento e alguns edifícios públicos.

Quadro 1: Nº de fogos por freguesia[36]	
Freguesia	Nº de fogos
St. Ildefonso	419
Bonfim	586
Campanhã	560
Paranhos	744
Ramalde	298
Aldoar	84
Nevogilde	67
Foz	82
Cedofeita	864
Lordelo	155
Massarelos	148
Miragaia	8
Vitória	11
Sé	50
S. Nicolau	3

3.2 – Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral (1942)

De forma a controlar esta expansão que se proliferava de forma desorganizada e de acordo com a preferência do privado, os Serviços de Edificações Municipais da CMP propõem que se reserve os largos terrenos fora da baixa do Porto e que se organize uma urbanização criteriosa, a fim de não continuar a anarquia imobiliária e industrial que tem feito do Porto uma cidade cara (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 92).

[36] Dados recolhidos pelo Inquérito para o Plano de Urbanização Geral do Porto de 1943 (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, pp. 74 - 75)

O mais preocupante para estes serviços municipais era o facto de nesta altura existirem quase 45200 habitantes (fig. 29) que viviam em habitações onde as condições higiénicas são quase nulas e não existia pátio ou terreno livre por mais exíguas que sejam as suas dimensões (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 74).

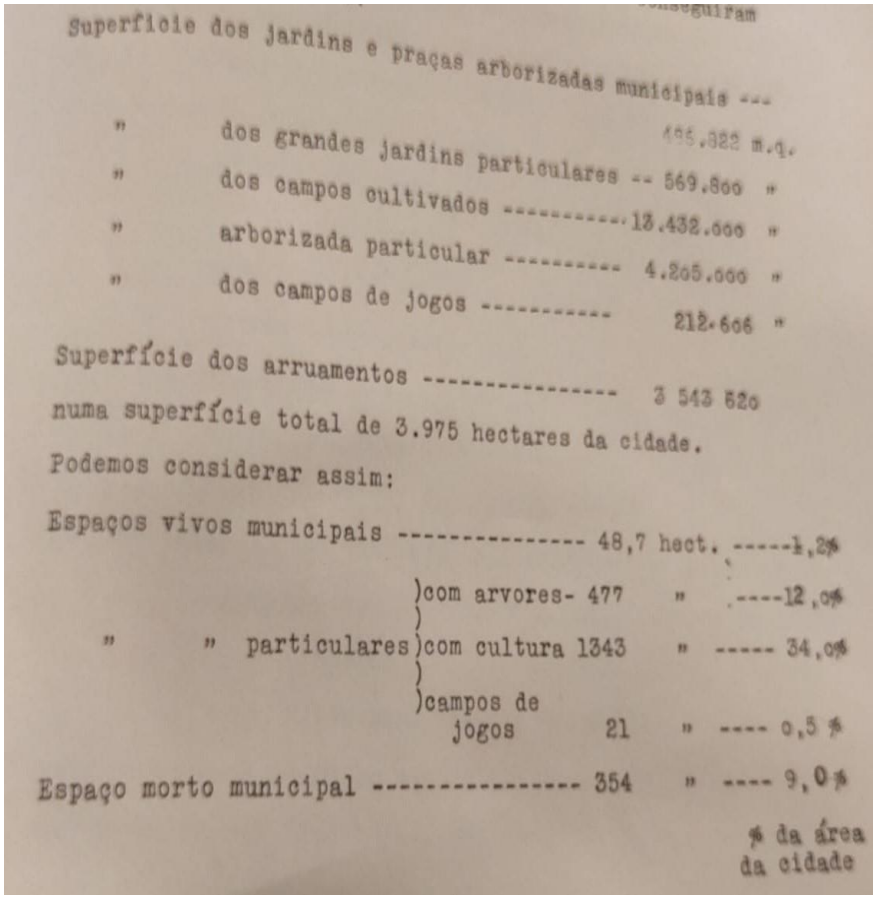
Para o problema das ilhas, os SME fixariam as linhas gerais e os princípios orientadores que iriam construir as primeiras "casas económicas"[37] que substituiriam parte destas habitações (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 213). Definiu-se igualmente que estas construções estariam já ligadas as redes de luz, água e saneamento, e, se possível, junto de serviços públicos e espaços verdes para que os cidadãos não tenham de realizar longas viagens (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 214). Para além disto, os SME concluíram que seria possível higienizar e renovar 3700 casas de ilhas, dotando-as de um quintal e até mesmo, em alguns casos, ampliá-las (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 233). Quando permitido, o mesmo processo seria feito com os bairros insalubres presentes na baixa do Porto, onde as condições de habitualidade são idênticas as das ilhas – não existe circulação do ar, não há luz, nem espaço suficiente para albergar uma família[38] (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 205).

Nos inquéritos realizados para o plano geral de urbanização de 1943 também se procedeu a identificação de monumentos nacionais, arcos, brasões, locais de interesse pitoresco e outros imóveis de interesse público, dos quais destacamos as várias Igrejas (Sé, Sta. Clara, Clérigos, entre outros), as muralhas fernandinas da cidade, a antiga zona intramuros, os Palácios (Freixo, Bolsa, Paço Episcopal, Carrancas, entre outros), algumas casas (Gótica, Castelo do Queijo, Casa do Infante, entre outros) e os chafarizes (Virtudes, Passeio Alegre e o Fontenário do Largo da Sé)

[37] Pequenas casas de família com quintal destinadas a propriedade do morador e com rendas mensais destinadas a amortização da moradia, dentro dos limites das possibilidades económicas daqueles para quem as casas se destinam *(Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 213).

[38] Parte da solução para os bairros insalubres seria a sua constituição em património histórico e artístico da cidade, valorizando-se a estética destas habitações através da sua renovação e deslocação da população que lá habita para outras zonas do Porto, onde poderiam viver em condições dignas *(Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 206).

(*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, pp. 301 - 310).



Superfície dos jardins e praças arborizadas municipais ---

" dos grandes jardins particulares -- 569.800 "

" dos campos cultivados ---------- 13.432.000 "

" arborizada particular ---------- 4.205.000 "

" dos campos de jogos ---------- 212.666 "

Superfície dos arruamentos ---------- 3 543 620

numa superfície total de 3.975 hectares da cidade.

Podemos considerar assim:

Espaços vivos municipais ---------- 48,7 hect. -----1,2%

" " particulares)com arvores- 477 " ----12,0%
)com cultura 1343 " ----- 34,0%
)campos de jogos 21 " ---- 0,5 %

Espaço morto municipal ---------- 354 " ---- 9,0 %

% da área da cidade

Figura 30. Superfície de espaços verdes na Cidade do Porto. Dados recolhidos em 1941-1942 para o Inquérito para o Plano Geral de Urbanização de 1943. Fonte: Inquérito para o Plano Geral de Urbanização de 1943

Quanto as áreas verdes já existentes, ao analisarmos os dados recolhidos pelo Inquérito (fig. 30), podemos observar que são poucos os espaços verdes municipais quando comparados com os campos cultivados e pelos grandes jardins particulares, que, quando comparados com os primeiros, possuem uma grande extensão da área da cidade. Se considerarmos apenas as freguesias dentro de um círculo de 2km a contar a partir da baixa do Porto, os números são ainda mais reduzidos (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 91):

- Jardins públicos – 21.31 hectares – 2.3% da área considerada.

- Jardins particulares – 24.53 hectares.

- Campos cultivados – 146.50 hectares – juntamente com os jardins particulares, correspondem a 22% da área considerada.

- Avenidas arborizadas – 156.75 hectares.

Com isto, resta dizer que havia uma grande necessidade de incorporar no domínio municipal parte dos terrenos que se encontravam livres, isto é, que não se encontravam na mão de particulares. Tendo em conta que na área considerada, o total das áreas verdes públicas não chegava a 1.5 metros quadrados por habitante, é fácil concluir que esta deficiência seria mais facilmente suprida se considerássemos os enormes espaços livres que se encontravam fora da cidade, o que Ezequiel Campos apelidou de "Porto desconhecido – campos, pinheirais, pedreiras, dunas – que a maior parte da gente que vive no Porto jamais viu" (Campos, 1932, p. 29). Só no raio 2km, especulou-se que seria possível chamar a si 14% da área considerada, o que corresponderia a cerca de 26 hectares (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, p. 91). Por último, no Inquérito para o Plano Geral de Urbanização do Porto de 1943, os espaços verdes foram divididos em 2 bairros (*Inquéritos para o Plano de Urbanização Geral*, Serviços de Edificações Municipais, 1942, pp. 291 - 296):

Parte Oriental da Cidade:

- Campanhã – Jardim do Miradouro e Horto da Quinta da Capela.
- Bonfim – Jardim do Largo da Póvoa, Jardim da Praça das Flores, Jardim do Campo 24 de agosto, Jardim da Rua da Alegria e Heróis de Chaves, Jardim do Morêda, Jardim da Praça da Alegria, Jardim da Avenida Camilo C. Branco, Jardim do Largo da Igreja do Bonfim, Jardim do Largo Soares dos Reis, Jardim do Colégio dos Órfãos e Jardim do Barão de S. Cosme.
- Paranhos – Jardim da Praça 9 de abril, Jardim do Largo Carvalho de Araújo, Jardim em frente ao Hospital Conde Ferreira, Jardim do Largo da Igreja de Paranhos e Jardim da Praça do Marquês de Pombal.
- St. Ildefonso – Jardim de S. Lázaro, Jardim da Avenida dos Aliados, Jardim do Largo dos Poveiros, Jardim do Largo do Bom-jardim, Jardim da Biblioteca Municipal e Horto Municipal.
- Sé - Jardim do Largo Actor Dias e Jardim do Largo de 13 de fevereiro.

Parte Ocidental da Cidade:

- Cedofeita – Jardim da Praça da República, Jardim da Praça de Mouzinho de Albuquerque, Jardim do Largo do Coronel Pacheco, Jardim do Largo do Priorado, Jardim do Largo da

Maternidade, Jardim do Liceu Rodrigues de Freitas, Jardim do Largo da Lapa e Jardim da Avenida Júlio Dinis.

- Foz do Douro – Jardim do Passeio Alegre, Jardim da Avenida de Montevideu, Jardim do Castelo do Queijo, Jardim da Avenida do Brasil, Jardim da Praça de Liège, Jardim do Largo de Cadouços, Jardim do Largo do Faro, Jardim da Avenida do Marechal Gomes da Costa, Jardim de Sete Casas e Jardim da Escola n.º 85.
- Lordelo de Louro – Jardim do Largo do Ouro e Jardim do Largo António Calem.
- Massarelos – Jardim do Palácio de Cristal.
- Miragaia – Jardim do Passeio das Virtudes, Jardim da Praça do Duque de Beja e Jardim do Observatório de Música.
- S. Nicolau – Jardim da Praça do Infante D. Henrique e Jardim do Largo de S. Francisco.
- Vitória – Jardim de João Chagas, Jardim do Largo da Cadeia, Jardim da Praça de Carlos Alberto, Jardim do Largo da Escola Médica, Jardim dos Clérigos, Jardim da Praça de Guilherme Gomes Fernandes e Jardim da Praça da Universidade.

3.3 – Plano Regulador de Almeida Garret (1952)

Porém foi preciso esperar até o Plano Regulador de Almeida Garret de 1952 estabelecer, administrativamente, os zoneamentos de acordo com o aproveitamento do solo e as diversas atividades que ocorrem no Porto (Garret, 1952, p. 3). Estes zoneamentos serviriam como um mecanismo para controlar a construção e a expansão urbana no Porto. Focando nos espaços verdes, neste plano, é mais uma vez destacado a pouca percentagem de jardins e parques presentes na cidade do Porto quando comparado com os nossos vizinhos europeus, algo que já fora apontado nos Inquéritos de 1942 e por Ezequiel Campos em 1932 (Garret, 1952, p. 14).[39] Segundo Garret (1952, p. 14), desde a intervenção de Jerónimo da Costa, quando este estava ao serviço da CMP, "a Câmara não fez mais do que comprar o belo Palácio de Cristal que outros haviam feito". Face a pouca quantidade de espaço verde no centro da cidade, o Plano Regulador da Cidade do Porto de 1952 propôs conectar os vários espaços verdes já existentes em várias "cinturas" verdes, através da apropriação de certos jardins particulares, a criação de novos jardins e de avenidas verdes ou uma melhoria/alargamento dos espaços verdes já existentes (Garret, 1952, pp. 14 - 15):

[39] A área verde por habitante nos grandes países europeus (França, Espanha, Inglaterra) era a volta dos 20m por habitante – nunca menos de 20m -, enquanto no Porto era, na altura, de 3.8m por habitante (Garret, 1952, p. 14).

- Primeira cintura - jardins da Cordoaria, Palácio de Cristal, Rotunda da Boavista, juntamente com os parques propostos para a avenida 5 de outubro, Salgueiros e com os jardins que viriam a ser construídos no Marquês, em Santos Pousada e Nova Sintra – Este corredor serviria grande parte da população presente na zona central da cidade, que correspondia, aproximadamente, 50% da população portuense.

- Segunda cintura - Avenida de Cintura, larga avenida arborizada criada para este propósito que começaria na Quinta do Campo Alegre (atualmente Jardim Botânico da Universidade), seguindo pelos parques e jardins propostos para Lordelo, Ramalde, Quinta da Prelada, Monsanto, Asprela, Monte Aventino e Corujeira. Esta cintura ficaria ao alcance de toda a população urbana, tornando-se um "logradouro indispensável à gente pobre das ilhas" (Garret, 1952, p. 14).

- Terceira cintura – composta apenas por parques urbanos e naturais e ligaria a Senhora da Hora ao Ouro, caminhando paralelamente à costa e com ruas de acesso às várias praias e aos pinhais que este corredor atravessa. Nestes parques preconizava-se a criação de vários terrenos de jogos e campos para a atividade desportiva.

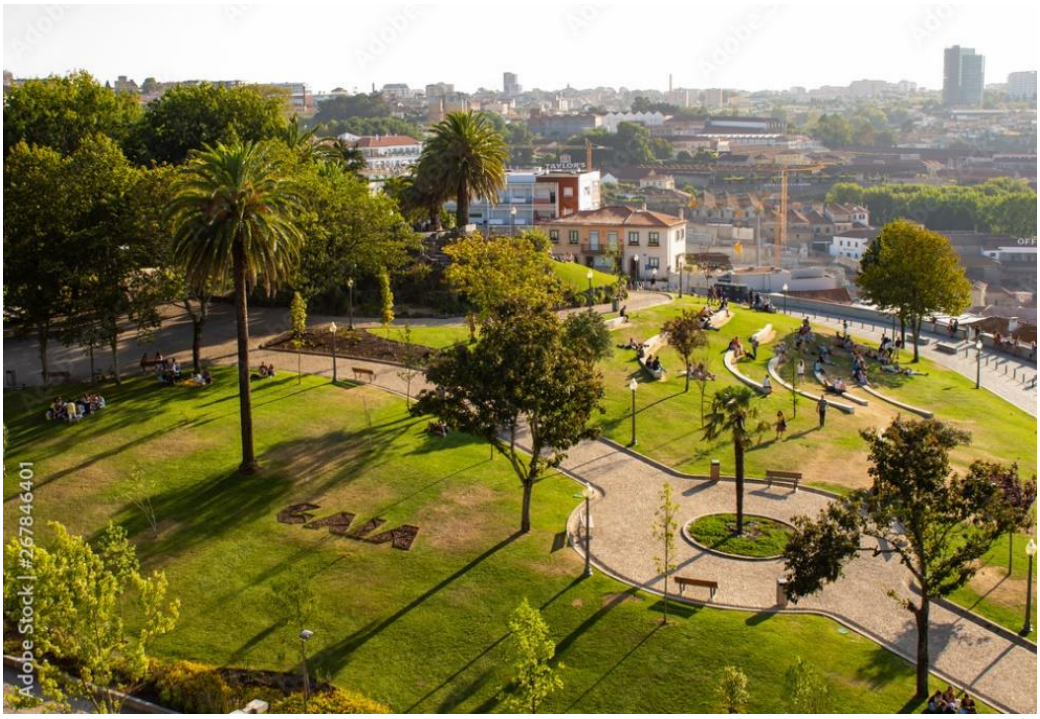


Figura 31. Jardim do Morro das Carvalheiras. Imagem retirada do website: https://stock.adobe.com/ch_fr/images/aerial-view-of-jardim-do-morro-gaia-portugal/267846401

A todo isto, juntar-se-iam a criação de um novo jardim em frente ao Hospital da Trindade, alargando a arborização da rua já existente na Rua de Camões até a Rua de Fonseca Cardoso e

um novo grande jardim no morro das Carvalheiras (fig. 31).[40] É proposto também a criação de pequenos jardins de repouso nos bairros espalhados por toda da cidade e em todas as escolas, de forma "a constituir o fulcro duma vida nova, mais ao ar livre, mais desportiva, mais sã pelo contacto com a beleza e alegria duma Natureza cuidada" (Garret, 1952, p. 15). Procurou-se ainda demarcar espaços nas periferias da cidade para atividade agrícola, machas de arvoredo ou espaços vazios para futuros parques/jardins fora da zona central da cidade, vincular as praças e/ou avenidas verdes aos edifícios públicos que os rodeiam e incorporar certas propriedades particulares no património estético e cultural da cidade devido a sua história e beleza (Garret, 1952, pp. 17 - 18). Tendo em conta que na altura que cerca de um terço do território portuense poderia ser convertido em espaços verdes públicos, era imperativo que as extensões de terreno rural, pela sua natureza ou situação, se mantivessem agrícolas, "a bem da defesa da salubridade urbana", e se convertam no futuro em espaços verdes onde grande parte da população pudesse "respirar o ar que lhe falta nas casas (...) onde as crianças brinquem e os velhos descansem" (Garret, 1952, p. 14). Infelizmente, tal diretiva não foi respeitada na sua totalidade.

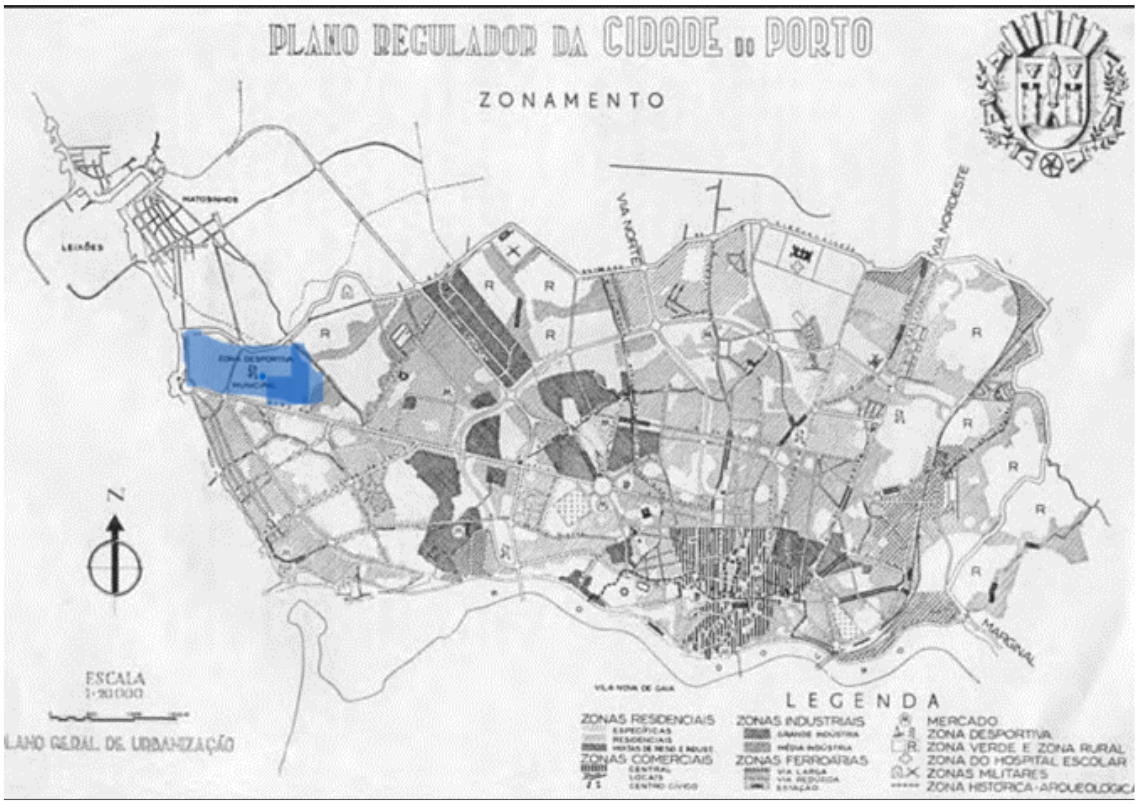


Figura 32. Mapa do Plano Regulador da Cidade do Porto de Almeida Garret. Fonte: Plano Regulador da cidade do Porto, Almeida Garret, 1952.

[40] Ambos os jardins públicos (morro das carvalheiras e em frente do Hospital da Trindade) existem ainda hoje.

A todo este sistema projetado por Plano Regulador de 1952 juntar-se-ia um sistema suburbano de "parques de fins de semana", onde se inclui o projeto mais importante para o nosso trabalho - a "Grande Zona Desportiva do Castelo do Queijo" (zona marcada a azul na figura 32) - e outros como o Mindelo, Ponte da Pedra, Monte Casto ou o Monte da Virgem, como também espaços verdes mais distantes da cidade, nomeadamente reservas regionais (Serra de Valongo, Crestuma e Matinha) e grandes reservas nacionais (Garret, 1952, p. 15). Tendo em conta a complexidade do projeto urbano que se proponha, Garret (1952, p. 4) realça o cuidado que o Plano Regulador teve em espaçar a atividade urbanística e definir novos traçados e normas que iriam permitir a adaptação do plano dentro de cada unidade urbana, rural ou residencial, garantindo uma certa flexibilidade e liberdade aos ajustamentos que no futuro poderiam surgir. Desta feita, a cidade organizar-se-ia do todo (do plano regulador) ao particular (planos locais de urbanização), permitindo uma maior comodidade, eficiência, democraticidade e benefício para todos. Desta feita, a partir do Plano Regulador de Garret, impôs-se que qualquer plano para a cidade fosse revisto de 10 em 10 anos, *i.e*, que fosse adaptado à luz de inquéritos novos e do futuro provável do Porto (Auzelle, 1962, p. 9).

3.4 – Plano Diretor do Porto de Robert Auzelle (1962)

E foi o que aconteceu em 1962, quando Robert Auzelle ficou encarregue de adaptar o Plano Regulador de 1952 e coordenar um novo Plano Diretor para a cidade. De notar que em 1962, a aglomeração portuense já havia agrupado outros concelhos mais próximos, como Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Gondomar, tornando estes, agora, definitivamente parte do plano da urbe portuense (Auzelle, 1962, p. 16). Isto levou a que Auzelle tentasse orientar a planificação da cidade em função do futuro do aglomerado portuense, assegurando o máximo de coordenação com a realidade económica e social dos concelhos vizinhos e os seus próprios planos regionais (Auzelle, 1962, p. 18).

Para além disto, Auzelle considerou que seria aconselhável procurar uma zona ou terrenos que pudessem acolher todas as ampliações necessárias para o desenvolvimento de novos espaços verdes e o reagrupamento dos serviços públicos, deixando assim o centro histórico da cidade somente para escritórios com funções comerciais e administrativas (Auzelle, 1962, p. 20). Tratar-se-ia de uma medida económica e social que permitiria tornar os serviços públicos mais próximos dos cidadãos, que se afastavam da baixa do Porto, mas também como meio de favorecimento ao

desenvolvimento eficiente das periferias. Proibiu-se ainda a instalação de grandes serviços comerciais ou bancários junto de áreas habitacionais, pois impossibilitaria a instalação de serviços públicos intimamente ligados a estes núcleos – escolas, espaços verdes ou centros de saúde por exemplo (Auzelle, 1962, p. 16).

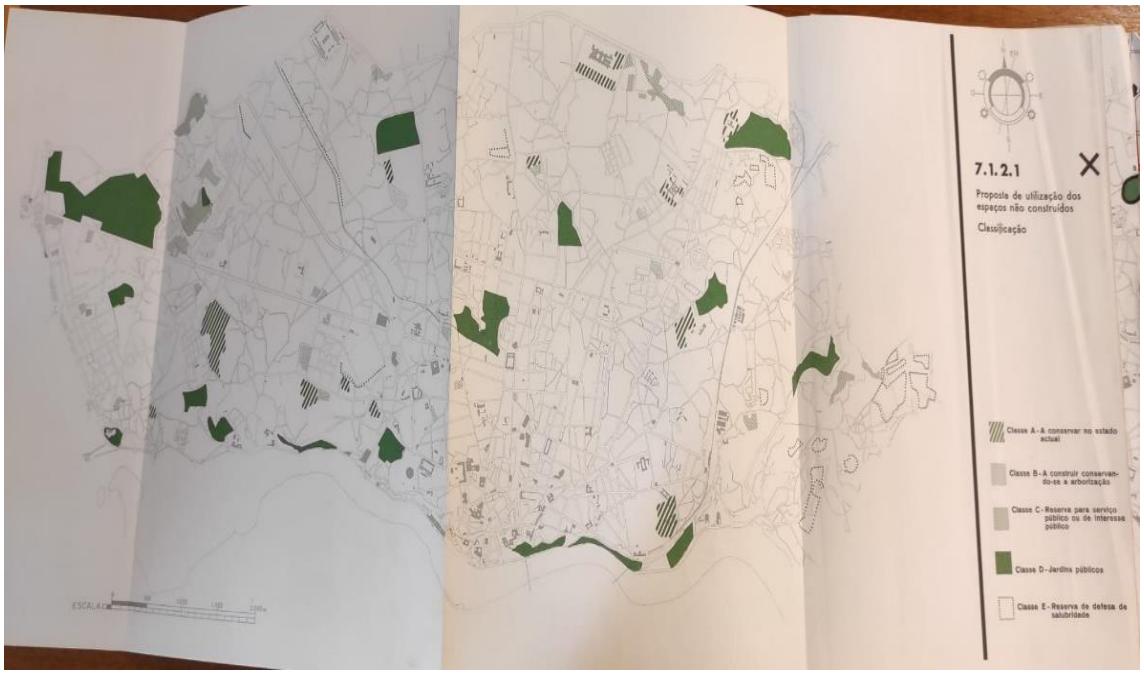


Figura 33. Mapa do concelho Porto com propostas de utilização dos espaços não construídos. Fonte: Plano Diretor do Porto de 1962, Robert Auzelle.

Esta política veio em boa altura, pois grande parte dos espaços públicos, após este plano, foram se desenvolvendo, tarde ou cedo, de forma a responder às necessidades de uma população que estava em clara expansão – todos, menos os parques e jardins, que se mantiveram quase os mesmos desde o início do século. Contudo, é possível notar nos mapas em cima (figura 32 – zonas marcadas com a letra "R" – zona verde e zona rural – e na figura 33) que houve o cuidado de delimitar, dentro dos limites administrativos, grandes áreas de terrenos livres e arborizados que podiam ser adaptados para o fim social a que se destinam – espaços verdes públicos –, mas que, por diversas razões ou prioridades, seriam consecutivamente adiadas ou não concretizadas.

Como tal, o Regulamento do Plano Diretor, no seu artigo 31°, estabeleceu que a CMP desse uso a estas reservas sobre os terrenos livres, especialmente os arborizados, ou que compensasse os proprietários de forma que estes mantenham o seu estado atual, quando não for possível a sua adaptação imediata em espaços verde. De acrescentar que o artigo 31°, n° 1 e 3 do Regulamento do Plano Diretor de 1962 declara que só será permitida a instalação de serviços finalidades de entretenimento, descanso ou diversão nestas zonas e que os maciços de

arborização dos terrenos particulares a incorporar não podem ser destruídos sem prévia autorização da Câmara Municipal, que pode ordenar os proprietários a proceder a nova plantação imediatamente a seguir a destruição efetuada. Foi determinada ainda a criação de 7 parques públicos que devem ser conservados nas áreas arborizadas existentes ou aumentados com os espaços previstos ainda não plantados (Auzelle, 1962, p. 12):

- Antas – 9.12 hectares.

- Covelo – 7.51 hectares.

- Salgueiros – 17.06 hectares.

- Prelada – 16.32 hectares.

- Castelo do Queijo – 42.14 hectares.

- Currais – 27.02 hectares.

- Tirares – 8.02 hectares.

Seriam ainda aumentados os jardins da cordoaria e do Palácio de Cristal e feitos novos arranjos na praça do Infante D. Henrique (Auzelle, 1962, p. 12). Quanto as instalações desportivas, a CMP realça que estas são insuficientes e estão mal equipadas, em ligação direta com a insuficiência de espaços de recreio. Para as zonas desportivas e os parques públicos, após um atento exame, o Plano Diretor de 1962 previu (e nalguns casos realizou, como é o caso foi o caso das Antas) a ampliação das zonas desportivas das Antas (em 14.24 hectares de terreno), da Boavista (em 3.9 hectares de terreno) e do Campo Alegre (em 5.1 hectares de terreno) e a criação de duas outras no Monte dos Burgos (5.96 hectares de terreno) e no Castelo do Queijo (10.88 hectares de terreno – junto a área do atual Parque Ocidental da Cidade) (Auzelle, 1962, p. 13). Pela sua distribuição, o Plano Diretor do Porto de 1962 considerou ainda que as instalações existentes continuarão a ser utilizadas para o seu destino inicial e que o parque de jogos do Oporto Cricket, devido as suas caraterísticas especiais e arborização existente, seria vinculado como espaço verde particular a conservar, embora se continue a prever a sua utilização como parque de jogos (Auzelle, 1962, p. 12). Para além disto, o Plano Diretor considerou integrar o clube Lawn-Tennis da Foz no espaço verde a criar em torno do Castelo da Foz e em adquirir o Clube de Caçadores do Porto de forma a constituir um dos futuros parques da cidade, algo que também não seria realizado (Auzelle, 1962, p. 12).

Quanto a parte central e mais antiga da cidade, somente o núcleo mais importante foi submetido a proteção especial, devido as dificuldades em manter um eficiente controlo sobre toda a zona histórica central (Auzelle, 1962, p. 13). Esta proteção ficou assim restringida a uma zona onde é praticamente impossível separar os edifícios de interesse artístico daqueles que não o tem, sendo quase todos dos séculos XVI e XVIII. Outra zona de interesse arquitetónico situa-se nas proximidades do Castelo da Foz do Douro e compreende a chamada Foz Velha (Auzelle, 1962, p. 13). Aqui não existem edifícios que se distinguem por um traçado artístico ou monumental, mas a rede estreita e sinuosa de pequenas ruas condicionou uma arquitetura de forte expressão popular que seria fatalmente prejudicada pela inserção de novos elementos. Dito isto, e após uma análise e explicação de todos os elementos que tiveram influência, ainda que mínima, no projeto inicial do Parque da Cidade (a segunda fase do projeto será tratada posteriormente), podemos começar a apresentar como e com quem começou o projeto em si.

4 – O Parque da Cidade do Porto

Figura 34. Parque Ocidental da Cidade do Porto. Retirada do website: https://www.pinterest.pt/pin/328270260351226654/

Projetado pelo arquiteto paisagista e professor português Sidónio Pardal e distinguido em 2000 como umas das 100 Obras de Engenharia Civil no Século XX, o Parque Ocidental da Cidade do Porto (fig. 34) localiza-se em Matosinhos, Porto, nas freguesias de Aldoar e Nevogilde. Limitado paralelamente por duas das vias mais movimentadas do Porto – Estrada da Circunvalação e Avenida da Boavista –, este espaço verde é o maior parque urbano português com cerca de 90 hectares de terreno. Dito isto, e tendo maioritariamente por base no livro de Sidónio Pardal, *Parque da Cidade: Ideias e Paisagem* (2006), e como fontes as atas das reuniões camarárias da Câmara Municipal do Porto, vários planos urbanos do Porto, que fizeram menção a zona do Parque Ocidental, e alguns periódicos, iremos explicar como e com quem surge o projeto para o Parque Ocidental da Cidade, o que se propuseram a realizar e como foi sendo enquadrado no plano urbano do Porto.

Ora, a primeira menção a um possível Parque da Cidade entre a Estrada da Circunvalação e a Avenida da Boavista surge a 18 de setembro 1907 quando o Eng. Xavier Esteves, primeiro Presidente da Câmara do Porto após a Revolução do 5 de outubro, apresentou um plano geral de melhoramentos da cidade, entre os quais a construção de "um parque nuns bastos terrenos da Fonte da Moura, ao Norte da Avenida da Boavista, entre esta e a Estrada da Circunvalação" (*ata*

da reunião comissão executiva, Câmara Municipal do Porto, 18 de setembro de 1907). Este projeto viria a ser novamente falado a 18 de fevereiro de 1926 numa reunião camarária quando o vereador Dias da Silva propõe a construção de um grande parque municipal na atual zona do Parque Ocidental da Cidade (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 18 de fevereiro de 1926).

Figura 35. Planta de demarcação dos terrenos de reserva para o futuro Parque da Cidade. Elaborado pela Repartição Térmica Municipal e submetido pelo Vereador Sousa Rosa a 11 de março 1926. Fonte: Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Nesta reunião, a câmara do Porto concluíra que um parque urbano era "indispensável a uma cidade que se moderniza, como o Porto, e que se dispõe a ser um populoso e ativo centro urbano" (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 18 de fevereiro de 1926, p. 6). Dias Silva aponta ainda que quase todas as principais cidades europeias têm um parque urbano e que tal espaço é essencial para os "seus habitantes desfrutarem das variadas distrações que esses amplos recintos podem oferecer", chegando mesmo a considerar que "uma cidade sem parque é, hoje em dia, como um solar sem jardim" (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 18 de fevereiro de 1926, p. 6). Foram ainda estabelecidos os primeiros trabalhos, certas condições e requisitos para este parque urbano, nomeadamente (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 18 de fevereiro de 1926, p. 7):

- A Repartição Térmica Municipal ficaria encarregue de demarcar, em planta topográfica, a área do terreno compreendido entre a Av. da Boavista, ruas de António Aroso, de Vilarinha e do Castelo do Queijo e a Estrada da Circunvalação, que irá servir para a construção do futuro Parque da

Cidade. Estes terrenos tinham de ser reservados de imediato para que não fossem construídos prédios.

- Definiu-se que este parque teria lagos e grutas e teria de ter uma tipologia natural com paisagem variadas.

Várias

JANEIRO, 17

A. S.—Foz do Douro, envia-me ma representação entregue na C. M. P. em 4 de agosto de 1936, e até hoje sem resposta. E pede-me que escreva eu aqui essa representação que é justíssima e interessa muita gente.

Que é que diz a representação entregue? Isto que o leitor vai vêr:

—Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Executiva da Camara Municipal do Porto:—Os abaixo assinados, que constituem a maioria dos habitantes das freguesias de Nevogilde e Aldoar, respeitosamente desejam submeter á esclarecida apreciação e alto criterio de V. Ex.ª o seguinte: Há bastantes anos já que uma resolução camarária proibiu a construção de edificios numa zona da cidade situada nas freguesias acima citadas, sob o fundamento de que essa zona ficaria destinada a um futuro parque. A superficie do terreno a ser destinada abrangeria não só os campos de bôa cultura, que se estendem para o norte da Avenida da Boavista, mas tambem os pobres areais da beira mar, limitados a poente pela nova Avenida que liga o Castelo do Queijo á Circunvalação. Ora a realização de tão importante melhoramento—importante pelo seu sentido social e estético, bem como pela avultada verba que exige—vem arrastando-se há anos e ninguem poderá prever a data do seu início, não só porque outras obras sobrelevam em necessidade esta de que se trata, o que a Ex.ma Camara tem, de certo, em bôa conta, mas ainda porque só o auxilio do Estado a tornará possivel, dada a exiguidade dos orçamentos municipais ordinários. Seja, porém, qual fôr a entidade que fique encarregada de levar a bom termo esse encargo, o ritmo em que marcham os empreendimentos citadinos, ao bem que acabamos de ultimos anos, o montante das despesas a fazer com obra tão dispendiosa e o lugar que a sua realização ocupa na ordem das necessidades levam os algmatários a supôr, com bôas razões, que nem talvez a próxima geração a veja iniciada. Prevendo-se que a cidade longe de ver o comêço desses melhoramentos, os males de que dos vem perante V. Ex.ª expôr os graves inconvenientes que acarreta a citada resolução camarária para proprietários das freguesias designadas os quais na necessidade de os negociarem ou aproveitarem para construções, por serem pobres, como particularmente acontece aos que mais perto estão do mar, constatam que da nada podem dispôr, porque nem a Ex.ma Camara os expropria para o parque, nem ninguem os compra para não ficar na situação dos actuais proprietários, e não se levantam edificios de harmonia com o local porque, a titulo precário, seria remata- da imprevidência. Acresce a, estas circunstancias, bem dolorosa, a desagradavel nota que a nudez dos arruamentos já feitos pela urbanização desta zona á beira mar, agora tão falada e judiciosamente lembrada, a contrastar com a apregoada necessidade de valorização desta magnifica entrada do Porto. Estas razões expendidas, a que se poderia juntar ainda a duvidosa ou, pelo menos, difícil adaptação dos voredos aos terrenos próximos do mar, pela sua pobreza (arenosos e terraplanados a carvão) e pela aspereza daquele e dos ventos dominantes, animaram os signatários a fazer chegar às mãos da Ex.ma Camara esta exposição, certos estas considerações, que esperam sejam ponderadas por quem lhes dá a garantia de distribuir justiça e tudo fazer A Bem da Nação.

O leitor riu? Então conversemos.

* * *

Sem grandes locubrações sobre o assunto parece-me este de atender, porquanto:

1.º—Parece-me deslocado um parque em tal posição e tão fora do centro da cidade.

2.º—Um parque não custa menos de 20 a 30 mil contos, sem vantagem para o municipio e menos ainda para os municipes.

3.º—Ser razoavel a observação dos peticionários, quási todos gente apenas remediada e que tinham nos terrenos em questão uma fonte de receita.

4.º—Ganhar com isso a Camara e o Estado, na construção de novos edificios, no arrecadar de novas contribuições, no desenvolvimento do burgo, e no progresso citadino.

5.º—O ser a proximidade do mar argumento de peso para se pôr de parte a ideia do parque.

Seja, porem, como fôr, e sejam estas razões de aceitar ou não aceitar, o que me parece in-

Figura 36. Recorte de um jornal local de 17 de janeiro de 1937. Fonte: Arquivo Histórico do Porto.

Esta proposta viria reapreciada na deliberação camarária de 26 de novembro de 1926, já com a planta de demarcação anteriormente programada (fig. 35) e o mapa cadastral das propriedades abrangidas pelo Parque da Cidade, ambos submetidos pelo Vereador Doutor Sousa Rosa em 11 de março 1926 (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 26 de novembro de 1926). A compra e reserva dos terrenos, contendo à altura 96 hectares, e a não aprovação de qualquer tipo de licença de construção ou compra das propriedades pelos privados viriam a ser também discutidos – este último ponto teria sido importante se fosse cumprido, como veremos (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 26 de novembro de 1926).

Por último, a então Repartição Técnica Municipal ficaria encarregue formular um "anteprojeto conveniente de aproveitamento daquela área e terrenos do Parque da Cidade, a fim de por ele poder regular-se melhor e definitivamente o destino e aproveitamento de todas essas parcelas e propriedades" (*ata da reunião comissão executiva*, Câmara Municipal do Porto, 26 de novembro de 1926, pp. 10 - 11). Ambos os documentos viriam a ser formalizados em 1932 no Prólogo ao Plano da Cidade do Porto de Ezequiel de Campos, que reitera a necessidade de criação de um parque na área Noroeste da cidade,

junto à Estrada da Circunvalação como forma de promover o desenvolvimento equilibrado da cidade nestas áreas (Campos, 1932, p. 31).

Ou seja, o foco da reserva dos espaços para o Parque ia agora além do lazer e modernização da cidade, tendo como objetivo, também, regularizar o espaço urbano numa zona da cidade que começava a causar muitos transtornos a cidade. Contudo, o número de construções ilegais, as despesas que o projeto acarretaria e queixas sobre ao não uso de um vasto terreno aumentaram, levantou preocupações dentro da comunidade portuense e, acima de tudo, revolta face a inércia camarária e aos custos do projeto para o Parque da Cidade, sugerindo mesmo que fosse permitida a construção nesta zona da cidade (fig. 36).

Isto vir-se-ia a concretizar parcialmente nos Planos Gerais de Urbanização de 1938 e 1943, concebidos em colaboração com Marcello Piacentini e Giovanni Muzio, que adiaram a possibilidade de construir o parque da cidade por questões financeiras e classificaram parte da área para o Parque da Cidade como uma "zona desportiva municipal" (*Público*, Cordeiro, 15 de julho de 2001). Este projeto com o zoneamento feito no extremo noroeste da cidade, junto as "belíssimas avenidas marginais da Foz", havia sido proposto pela Câmara Municipal na reunião de 08 de outubro 1942 com o objetivo de construir o maior centro desportivo do Porto até então e transformar este espaço rural/agrícola num polo que englobaria quase todas as modalidades desportivas e uma feira internacional junto ao Castelo do Queijo (*Público*, Cordeiro, 15 de julho de 2001). A decisão de construir uma zona desportiva municipal seria mais tarde formalizada a 7 de agosto de 1945 nos dois pareceres emitidos pela Comissão de Estudo da Valorização Turística da Foz do Douro que considerou o Parque da Cidade "como inexequível" embora reconheça que, a ser financeiramente possível, a existência do parque seria "um índice insofismável de cultura e civilização" (Cláudio, 2006, p. 4). Apesar de tal projeto nunca ser executado, este viria a ter a sua planta de demarcação aprovada na reunião da Câmara Municipal do Porto realizada em 12 de outubro de 1948 (*Público*, Cordeiro, 15 de julho de 2001).

Já em 1952, Almeida Garret, ao tecer algumas críticas à escassez de espaços verdes no Porto, procurou explicar no seu Plano Regulador que a cidade "tem condições excepcionalmente favoráveis para estabelecer as suas zonas verdes se souber desenvolver-se (...) e faça imperar o interesse de todos sobre o particular" (Garret, 1952, p. 16). Porém, o Plano Regulador da Cidade do Porto de 1952 (fig. 32) não alterou a classificação pertencente ao atual Parque Ocidental e não refere qualquer desenvolvimento acerca desta zona, sendo que a sua única menção sobre a Zona

Desportiva do Queijo foi a sua referência como "grande Centro Desportivo do Porto" (Garret, 1952, p. 15).

No entanto, em 21 de novembro de 1961 viria a ser aprovado o Plano Parcial de Urbanização da Zona do Castelo do Queijo pela Câmara Municipal do Porto que alteraria definitivamente o propósito deste espaço. Agora, o objetivo seria construir um parque urbano de forma a "fixar a sua população e atrair os novos" (*Público*, Cordeiro, 15 de julho de 2001). Mais uma vez, este ambicioso plano não se viria a se concretizar por meios económicos, mas foi importantíssimo para que esta área retornasse, definitivamente, ao propósito de criar um (ou mais) espaços verdes. Segundo Rui Carreira (1998, p. 92), esta reserva de 90 hectares que aconteceu na década de 1960 resulta de uma iniciativa autárquica que teve o intuito de disciplinar o crescimento urbano nesta zona, oferecer uma zona de lazer aos cidadãos do Porto e de certa forma suprir a necessidade urgente da falta de espaços verdes no centro do Porto. No entanto, seria preciso esperar até 1981 para que o objetivo de construir um parque urbano nesta zona avançasse com o Vereador Artur Andrade, que após reunir condições mínimas para a realização do projeto para o Parque da Cidade do Porto, promoveu a realização de estudos e a aquisição dos terrenos que lhes passaram a estar destinados no Plano Diretor de 1962 (fig. 33) (Pardal, 2006, p. 9).

4.1 – Investigação sobre a história dos Parques Urbanos.

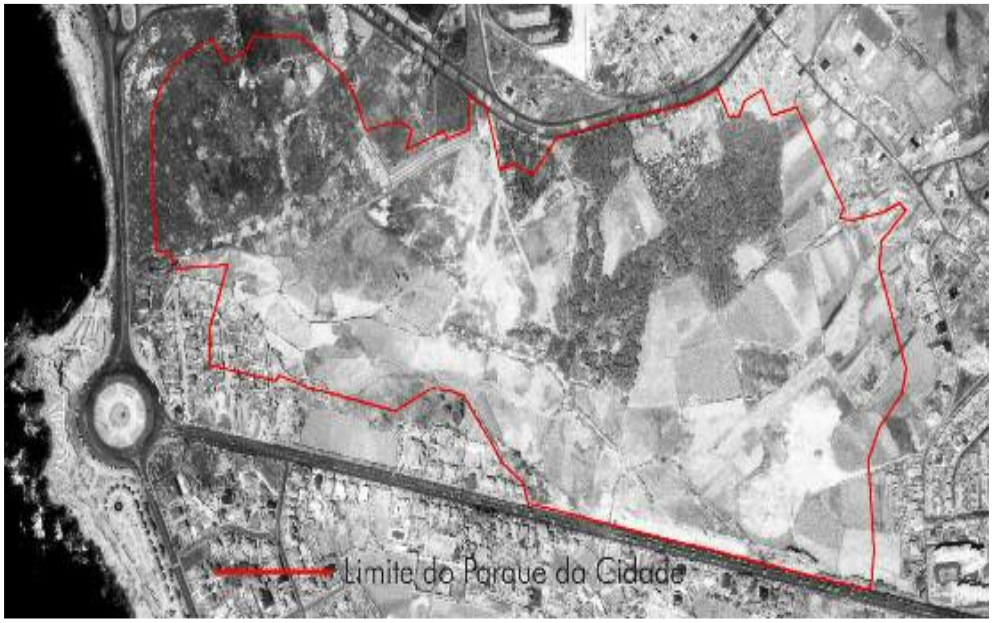


Figura 37. Foto aérea do sítio onde está localizado o Parque Ocidental da Cidade do Porto em 1983. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal do Porto.

O projeto para o Parque da Cidade arranca com os estudos da História dos Parques Urbanos, em 1982, coordenado pelo professor Manuel da Costa Lobo e pelo paisagista Sidónio Pardal (encarregue também de coordenar a conceção e o projeto de execução do parque da cidade). O objetivo deste estudo era criar condições que inspirassem o desenho do novo parque numa paisagem composta por unidades ecológicas bem distintas englobando a praia, o tecido urbano e uma mistura com trechos rurais (fig. 37) que constituíram, desde sempre, uma área privilegiada devido a sua zona baixa junto à praia, a dimensão e a sua boa acessibilidade (Pardal, 2006, p. 9).

Figura 38. Plano Geral do Parque da Cidade apresentado em 1984 na Casa do Infante sob o título "As Catedrais Abertas". Fonte: Pardal, 2006, p. 16.

Os resultados seriam apresentados a 8 de março de 1984 e expostos na Casa do Infante, sob o título "As Catedrais Abertas". Na apresentação foi explicado que o Parque da Cidade seria concebido como um parque urbano aberto e gratuito inspirado nos parques projetados pelos grandes mestres no final do século XVIII e do século XIX (Pardal, 2006, p. 54). Como principais referências para o parque

temos Vaux-Le-Vicmonte de Andrè-Le-Notrê e, principalmente, os vários parques e jardins projetados pela Escola Paisagista Inglesa, pelo Príncipe Hermann von Pückler-Muskau, por Frederick Olmsted, entre outros. Apesar da arquitetura popular portuense presente no parque ter sido aproveitada e ter tido uma pequena influência no plano para o Parque da Cidade – nomeadamente na construção das estadias e das "ruínas" e no reaproveitamento da zona rural de Aldoar -, como vimos, para Sidónio Pardal (2006, p. 11), "o desafio de projetar o Parque da Cidade exigia o reencontro com as teorias dos mestres". Assim, e se considerarmos o que foi dito anteriormente sobre a arquitetura paisagística dos séculos XVIII e XIX, concluímos que o desenho do Parque da Cidade (figs. 34 e 38) é resultado das interpretações e análises arquitetónicas e paisagistas de Sidónio Pardal sobre essa literatura, tratados e arquitetura, juntamente com as emoções estéticas e as condições geomorfológicas que o inspiraram a transformar o Parque da Cidade num espaço compreendido e controlado (Pardal, 2006, pp. 49 - 50).

De apontar desde já que este projeto nunca pretendeu construir na área do Parque da Cidade ou reduzir o tamanho do seu espaço, pois para o paisagista português era fundamental excluir do Parque quaisquer serviços e equipamentos que comprometiam a sua identidade (Pardal, 2006, p. 35). Porém, Sidónio Pardal (2006, p. 38) chama a atenção para que o desenho do Parque se configure de modo a poder confrontar-se com uma alteração futura que pode ser despoletada pela agudização dos problemas provocados pelo trânsito.[41] Não só isso, o próprio Sidónio Pardal previa a construção de frentes urbanas ao redor do Parque da Cidade, nomeadamente na Avenida da Boavista, na Estrada da Circunvalação e em Aldoar, de forma a qualificar o Parque de várias frentes urbanas e assim garantir a sustentabilidade económica do projeto através das rendas dos prédios, limitando a urbanização na parte de fora do Parque e protegendo a sua integridade e o seu espaço dos ventos marítimos e da salinidade do mar (*Público*, Marmelo, 22 de março de 1999). A liberdade de ajustar o projeto inicial sempre procurou ser consentâneo com a peculiaridade da construção de paisagem ser um processo evolutivo e discutível. Ou seja, o sentido útil acrescido que o Parque traz como espaço integrado, representativo e alternativo da cidade só existe se responder às solicitações da cultura urbanística em que se insere, sendo um elo de

[41] Por exemplo, Sidónio Pardal considera que seria preferível a via Av. Nuno Álvares não atravessar o Parque, mas esta questão implica mais do que a perspetiva paisagística, sendo que qualquer evolução urbanística da cidade pode levar a CMP a tomar outras vontades.

agregação, gerador e ordenador de relações de vizinhança e bem-estar, não um impedimento ao desenvolvimento urbano e social.

Mas, o urbanismo português ainda não tinha entendido a real funcionalidade dos espaços verdes e como enquadrá-los nos seus diversos espaços urbanos (Carreira, 1998, p. 100). Isto é, a paisagem do Parque da Cidade do Porto foi inspirada nos parques urbanos dos séculos XVIII e XIX porque Portugal ainda não havia compreendido que uma paisagem surge valorizada, ou desvalorizada, em função da utilidade social ou dos perigos urbanos que representa enquanto elemento descritivo suscetível de ser apropriado e recriado como espaço arquitetado (Pardal, 2006, p. 40). Porquê? Antes demais, Sidónio Pardal (2006, p. 46) defendia que o urbanismo português, na altura, necessitava de aprender a operar o conceito de paisagem, considerando que a designação dada aos espaços verdes servia somente para administrar estatísticas ou índices ecológicos, à margem de qualquer critério estético ou social de composição da paisagem urbana. Ou seja, ao fazer parte do tecido urbano do Porto, o Parque da Cidade deveria, para além de cumprir com índices ecológicos necessários, suscitar novas formas de relacionamento entre as pessoas, contribuir para dar coesão ao corpo social e melhorar as condições de vida da sua população ao oferecer um novo tipo de espaço verde.

Figura 39. Foto do vale lateral a Av. da Boavista (Parque Ocidental da Cidade). Arquivo pessoal

Como tal, a conceção do Parque da Cidade foi inspirada nas paisagens que consideravam os fatores ecológicos e as condições do sítio, mas que não impunham estes restringimentos, ou

seja, em paisagens como as do *Vaux-Le.Vicomte*, onde os padrões das paisagens rurais e o desenho pragmático trabalha as diferenças e nega a repetição, ou nos estudos da Escola Paisagista Inglesa, especialmente aqueles que salientam o sentido útil dos espaços da nova paisagem (Pardal, 2006, p. 57). Por exemplo a modelação do *Grecian Valley* (fig. 16), gesto inovador em Stowe devido à técnica de drenagem utilizada, inspirou a modelação do vale lateral à Av. da Boavista (fig. 39), no enfiamento da estadia da entrada das colunas que é contido por duas orlas de pinheiros-mansos unidos com *Betula pendula* (vidoeiro-branco). Os caminhos do Parque da Cidade foram também desenvolvidos de forma informal, percorrendo as formas naturais do terreno e ligando os vários espaços do Parque. O desdenho pela simetria, a recusa pelo uso da topiária e o gosto pela paisagem natural são outros exemplos de quanto o Movimento pelos Parques Urbanos inspirou a paisagem do Parque da Cidade (Pardal, 2006, p. 58). Podemos falar igualmente das várias paisagens abertas, a ausência de muros visíveis ou da maneira como os lagos foram inseridos na composição paisagística. Na opinião do Lynn Miller, o Parque da Cidade do Porto inscreve-se totalmente na tradição da Escola Paisagista Inglesa, já que, para além do que já foi dito, o seu desenho é orientado no sentido de assegurar o recreio livre e saudável para todos, sem albergar estruturas físicas (Pardal, 2006, p. 115).

Figura 40. Foto do espaço antes de serem feitas as obras para o Parque Ocidental da Cidade. Fonte: arquivo digital da CMP - https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description

Por fim, de referir o projeto para o Central Park em Nova Iorque devido as semelhanças no estado original dos espaços e nas vontades políticas. Tal como o espaço do Parque da Cidade

(fig. 40), o local para o Central Park não foi sido escolhido pela sua beleza natural, já que se tratava de um local degradado, e no caso específico do Central Park, com grandes afloramentos rochosos, pouco solo superficial, poucas árvores e barracas disseminadas. Como também já explicamos anteriormente quanto ao Parque da Cidade, a decisão de seguir em frente com a construção de um parque nova iorquino surgiu, também, da ótica política e da vontade de construir um espaço para recreio. A própria memória descritiva do projeto de Olmsted, tal como o artigo de Sidónio Pardal sobre o Parque da Cidade, reflete sobre esta decisão, onde ambos destacam que um dos maiores propósitos do parque projetado por si é fornecer os melhores meios práticos para um recreio saudável para os habitantes de todas as classes (Pardal, 2006, p. 118).

4.2 – 1º Fase do Projeto do Parque da Cidade (1985 – 1993)

A primeira fase do projeto foi também apresentada na Casa do Infante em 1984 e definiu que a gestão da construção do Parque da Cidade seria fragmentada em múltiplas empreitadas pequenas que permitiriam ajustar o ritmo de construção com às capacidades orçamentais da CMP, assegurar uma eficiente manutenção e avaliação do parque e a abertura prévia ao público (Pardal, 2006, p. 27). Mais uma vez, realçamos que o espaço escolhido era, na altura, uma depressão funda e degradada pelo impacto visual das traseiras dos casarios e da lixeira e pela poluição sonora do tráfego da Avenida da Boavista e da Estrada da Circunvalação (fig. 40). Para além disto possuía 3 ribeiras completamente perdidas - a de Aldoar, a da Boavista e a de Nevogilde – com esgotos a descarregar em céu aberto e fragmentadas por manchas urbanizadas em irreversível expansão (Pardal, 2006, p. 21). Assim, a abordagem usada para reabilitar a paisagem não só tentou tornar o espaço verde numa parte integrante do meio que o rodeia (figs. 34 e 37), como também num centro de organização do sentido comunitário da cidade.

Figura 41. Foto das obras de restauração do terreno do Parque Ocidental da Cidade. Fonte: arquivo digital da CMP - https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description

Como tal, a primeira fase do projeto concentrou-se na restauração e modelação desta zona (fig. 41). Primeiro conduziu-se os esgotos de modo a poderem vir a ser tratados sem perturbar as condições sanitárias necessárias à composição paisagística e aproveitou-se os poucos lençóis de água relativamente limpos para criar os lagos artificiais (Pardal, 2006, pp. 22 - 24). Quanto as obras propriamente ditas, a fase de modelação do Parque da Cidade ajustou-se às condições do sítio, aos materiais disponíveis e às formas mais praticáveis, usando o espaço do parque como vazadouro de terras limpas e selecionadas, o que serviu para reduzir os custos associados (Pardal, 2006, pp. 24 - 25). Introduziram-se ainda alterações importantes na estrutura geomorfológica do terreno e as zonas de relevo mais suave (lamacentos – fig. 41) foram eliminadas com a incorporação da mistura de areia com terra vegetal, o que permitiu repor a regularidade da drenagem (Pardal, 2006, p. 25).

Figura 42. Núcleo casario de Aldoar, Parque da Cidade. Arquivo Pessoal

Depois de restaurar parcialmente a zona, procurou-se modelar o terreno de forma a criar um espaço dinâmico, livre e conectado através de transições suaves, onde se introduziram alterações importantes na estrutura geomorfológica do terreno ao criar três grandes bacias artificiais que estabeleceram a base de compartimentação da paisagem em torno de um lago – veja-se a figura 38 (Pardal, 2006, p. 23). Da arquitetura popular apenas se manteve o núcleo casario do centro de Aldoar, cujos edifícios e pavimentos de calçada portuguesa mereceram ser restaurados (fig. 42). Com isto agregaram-se as diversas partes do parque como um todo, tornando-as imprescindíveis e diferentes uma das outras. Apesar da presença de muros, a entrada no Parque da Cidade é livre e gratuita, sem distinção de qualquer espécie.[42]

Já numa segunda fase da modelação do terreno plantaram-se maciços de vegetação densa em série. As primeiras plantações serviriam para dar proteção às outras espécies indígenas e não indígenas que se plantariam mais tarde, tendo o cuidado de não utilizar espécies exóticas invasoras (Pardal, 2006, p. 32). O projeto do Parque considerou os aspetos ecológicos relevantes, mas Sidónio Pardal (2006, p. 32) rejeita que a sua abordagem seja apelidada de "ecologia da paisagem". Em primeiro lugar esta escolha recaiu somente porque a proximidade do mar não facilitava a instalação da vegetação no Parque da Cidade. A situação era tão difícil que a melhor

[42] De reforçar que o Parque da Cidade possui sete entradas com capacidade e resistência para suportar a elevadas concentrações.

opção foi optar por um processo evolutivo de plantações por séries, onde foram escolhidas plantar primeiro as espécies mais resistentes com a finalidade de dar proteção às outras espécies que se plantariam mais tarde (Pardal, 2006, p. 32). Em segundo lugar, o arquiteto nega qualquer "verdolatria" e refere que os critérios de escolha se basearam somente na adaptabilidade da espécie às condições do sítio e sua expressão estética e formal (Pardal, 2006, p. 32). Para Sidónio Pardal (2006, p. 32) é importante não misturar a ecologia com a arquitetura da paisagem e saber conjugar a aplicação do conhecimento científico com o exercício criativo do arquiteto. Por último, a interpretação de Sidónio Pardal (2006, p. 126) da História da Arquitetura Paisagista determina que os parques não são apenas amplas "zonas verdes", mas equipamentos autónomos e dinâmicos. Tendo isto em conta, a escolha tanto do desenho, como das plantações, é feita através de um trabalho permanente, cultural, estético e evolutivo sobre a composição e a diversidade da flora do Parque, onde se recorre a um leque diversificado de espécies que fazem parte da identidade da cidade do Porto - camélias, tílias, bordos, magnólias, liquidâmbares, liriodendros – e não indígenas (Pardal, 2006, p. 32).

Figura 43. Parque da Cidade. Arquivo Pessoal.

No fundo procurou-se construir um mosaico de paisagens potencializadoras de uma dominância de vistas que enfatizam, orientam e enquadram o próprio parque na cidade do Porto e alicerçam a expressão paisagística do espaço (Pardal, 2006, p. 22). À exceção da vista sobre o mar, que se desfruta a partir de um setor localizado, é nos múltiplos campos panorâmicos que se alicerça a expressão paisagística do Parque (figs. 39 e 43). Segundo Francisco Peixoto, para se

compreender o significado do Parque Ocidental é necessário comparar a paisagem anterior à construção do Parque com a atual paisagem do espaço verde (Pardal, 2006, p. 122).

Posto em termos simples, no início, havia uma paisagem retalhada pelo aterro da Av. da Boavista, pelos lameiros de um vale intransitável, por uma grande lixeira e por algumas machas de pinhal e choupal (figs. 37, 40 e 41). Perante este cenário, Sidónio Pardal optou por compartimentar o espaço do Parque da Cidade em seis unidades principais e segmentar o vale em três unidades de paisagem, cada uma centrada no seu lago e modelado em função das cotas do nível freático (fig. 38). O resultado foi um parque acolhedor com uma paisagem naturalista cuidadosamente arquitetada (figs. 34, 39 e 43). Outro ponto que torna este Parque único é a forma como neutraliza o impacto visual e acústico da Av. da Boavista (fig. 39). O "*ha-ha*"[43] implementado numa das partes, o talude, o revestimento arbóreo e a implantação do caminho curvilíneo paralelo à Avenida consubstanciam como ideais de excelência do Parque Ocidental da Cidade. Para além disso, para resolver, em parte, os problemas sanitários do Parque, diversas charcas foram espalhadas de modo a permitir uma infiltração distribuída da água da chuva, enquanto as margens dos lagos foram contidas através de estacas e canas. Estas ideias quando juntas tornam os lagos autossuficientes e "naturais", enquanto as construções em pedra presentes no Parque são resultado do aproveitamento de pedras de várias épocas, constituindo-se como lembranças do legado histórico carregado pelos visitantes (Pardal, 2006, p. 104). Por último, para Francisco Peixoto, o Parque da Cidade do Porto, juntamente com o Parque Urbano de Almada, está na origem da mudança do conhecimento teórico e da prática da Arquitetura Paisagista portuguesa (Pardal, 2006, p. 122). Para este, no desenho e construção da paisagem destes parques, Sidónio Pardal desenvolveu o seu conhecimento para aplicar os conceitos e técnicas subjacentes à tradição da Arquitetura Paisagista (Pardal, 2006, p. 122).

A prova real do mérito do Parque e das ideias do seu autor revelam-se na forma como foi apropriado pelos seus utilizadores. Nos questionários efetuados por Rui Carreira (1998, p. 108) destacamos que mais de metade dos inquiridos visitam o parque com alguma regularidade (pelo menos uma vez por mês), sendo que 42% dos utentes inquiridos revelam não visitar regularmente qualquer outro espaço verde do Porto. Quando questionados acerca da intenção de voltar ao local visitado, quase todos os inquiridos respondem afirmativamente, já que a grande maioria se revela

[43] Como já foi explicado anteriormente, está técnica paisagista é um tipo de muro desnivelado ou cerca oculta que serve para separar áreas de um jardim ou parque sem interromper a vista do terreno, ou seja, à primeira vista, não é visível.

satisfeita com o Parque (Carreira, 1998, p. 109). No âmbito das várias referências às caraterísticas do parque, Rui Carreira (1998, p. 112) destaca o facto dos inquiridos realçarem o verde dos campos que encontra o azul do mar, numa mistura de odores e impressões visuais que são oferecidas aos visitantes. Os amplos relvados, as zonas arborizadas, o património rural, os lagos e o oceano são outros aspetos muito positivos que elevam, em muito, a experiência dos visitantes do Parque da Cidade do Porto (Carreira, 1998, p. 112). Desde à liberdade de utilização dos diferentes espaços concebidos até a virtuosidade do ordenamento interno do parque, passando pelo tratamento e escolha da vegetação, muitos são os elogios que podem ser feitos (e são) a esta importante estrutura da cidade do Porto. De realçar que o Parque da Cidade do Porto foi inaugurado em 1993, na altura com 45 hectares de terreno, e que o Inquérito de Rui Carreira foi realizado em 1998, o suficiente para tornar este parque como um dos "lugares de descanso" de grande importância na cidade.

5 – O Movimento pelo Parque da Cidade e a segunda fase do projeto do Parque da Cidade (1998 - 2002)

A segunda fase do projeto para o Parque da Cidade do Porto foi marcada pela participação pública, pela falta de transparência da Câmara Municipal do Porto e, sobretudo, pela presença do Movimento pelo Parque da Cidade. Como veremos, o papel do protesto popular portuense não se limitou apenas a discutir o futuro das frentes urbanas no Parque da Cidade, procurando também descobrir quais os direitos reais sobre o Parque, fomentar o interesse público na questão e influenciar os líderes políticos locais.

Como vimos, o Parque da Cidade do Porto é uma das poucas áreas de ambiente natural de grandes dimensões situada em zonas urbanas do país. E, no caso do Porto, os projetos de implantação deste espaço natural registam uma longa história muito ligada aos seus cidadãos. Assim, desde já afirmamos que não nos espanta (nem aos jornalistas de então) que o Movimento pelo Parque da Cidade tenha surgido para promover o debate público sobre o desenvolvimento proposto para o Parque e motivar os cidadãos portuenses a ponderarem sobre o impacto das obras, encorajando-os a envolverem-se nestas questões. E o seu papel, como veremos, revelou-se na forma como contribuiu para esclarecer os portuenses sobre um espaço verde que "pertence" à sua cidade. Numa primeira fase, quem irá registar as ações e a história deste movimento ambiental popular será a comunicação social, por isso importa analisar o percurso do movimento ambiental popular nos *media*, o mediatismo que as suas causas alcançaram, a sua evolução e o seu impacto (ou não) na população local. Para além disto, há que valorizar também o papel do Movimento pelo Parque da Cidade ao uniformizar a maioria da informação relativamente à criação e ao desenvolvimento do Parque da Cidade do Porto, que se encontrava dispersa em periódicos, folhetos, planos municipais ou em gabinetes camarários (*Público*, Queirós, 05 de julho de 2001).

Dito isto, iremos procurar o porquê de o Movimento pelo Parque da Cidade se ter proposto impedir a construção de edifícios nas áreas envolventes do maior espaço verde portuense e como utilizou o debate para esclarecer os seus concidadãos. Iremos também procurar explicar quais foram os objetivos deste movimento ambiental popular, a sua mediatização, o papel do referendo proposto por este movimento e qual foi o seu impacto na criação de uma mentalidade participativa

nos portuenses, numa altura em que a cidade sofria alterações na estrutura urbana devido aos projetos da sociedade Porto 2001 (*Público*, Marmelo, 25 de março de 2000).

5.1 – A Frente de Aldoar

Figura 44. Imagem do mapa do Parque da Cidade junto a Rua António de Airoso (destacada pelas setas). Retirado do website: https://portoarc.blogspot.com/search/label/Parque%20da%20Cidade

O projeto de Sidónio Pardal para o Parque da Cidade, aberto em 1993, rapidamente conquistou os cidadãos portuenses, que adotaram este parque como uns dos seus sítios de lazer e desporto preferidos. No entanto, ainda antes da sua abertura começaram a surgir pequenas dúvidas sobre possíveis frentes urbanas no Parque da Cidade. De realçar desde já que o problema não era a construção dentro e à volta do parque, mas sim qual o propósito público que estas construções serviriam, já que o próprio projeto de Sidónio Pardal impedia futuras construções dentro do parque e propunha a qualificação da área urbana envolvente de forma a preservar e financiar o conceito original do parque urbano portuense (Pardal, 2006, pp. 34 - 35). Porque é que a questão da urbanização ou não no Parque da Cidade iria surgir quase dez anos depois com o Movimento pelo Parque da Cidade? Tal como José Queirós explicou no debate televisivo promovido pela RTP no café Majestic (*Um Café no Majestic*, RTP, 20 de julho de 2001): "Uma das razões que tornou este problema do Parque "um problema complicado" é o facto do processo causar estranheza, e não o facto de construir na orla do parque".

De todos os processos de urbanização do Parque da Cidade, a frente urbana de Aldoar foi o mais longo. O processo em si iniciou-se em 1992, ainda no mandato de Fernando Gomes, quando a Câmara do Porto solicitou a expropriação dos terrenos da frente de Aldoar (fig. 44) para a "realização de infraestruturas, acessos e arranjos exteriores da frente urbana" junto ao núcleo rural de Aldoar (*Comércio do Porto*, Gomes, 2001). Este processo administrativo foi autorizado, mas, em 1997, alguns dos antigos proprietários das parcelas contestaram as expropriações porque aperceberam-se que as mesmas não se destinavam à referida utilização pública. Na verdade, as oito parcelas de terrenos voltadas para a Rua António de Airoso (fig. 44) nunca se destinaram a servir ao parque, como defendia a CMP, mas sim à constituição de lotes que tinham a finalidade de "construção de 500 habitações, algumas unifamiliares com logradouro próprio" (*Público*, Siza*,* 11 de abril de 2001). Com a anulação da expropriação por parte do Pleno do Supremo Tribunal Administrativo a 21 de março de 2001, a Câmara Municipal do Porto viu-se privada da utilização pública, apesar de já ter redefinido os arruamentos das propriedades lá instaladas, e obrigada a devolver os terrenos aos legítimos proprietários (*Público,* Siza, 11 de abril de 2001). Contudo, fruto do uso ilegal dos lotes de terrenos em Aldoar, a Câmara Municipal via-se agora a negociar com os expropriados a compra destes terrenos, o que viria acarretar verbas significativas ao executivo portuense, como referiu Rui Sá (vereador da CDU) na notícia do *Público* de 11 de abril de 2001 (*Público*, Siza, 11 de abril de 2001).

Devemos ainda acrescentar que, à medida que este processo judicial decorria (1993 - 2001), a 29 de julho de 1999, antes da suspensão do mandato de Fernando Gomes, a CMP já havia aprovado a cedência de quatro lotes na frente urbana de Aldoar, anteriormente referida, por permuta, à família Ramalho, em troca da Quinta do Salgueiros nas Antas (*Público,* Gomes, 30 de julho de 1999). Este negócio seria revelado a 29 de julho de 2001, onde se descobria também que Fernando Gomes pretendia “oferecer” ao clube da cidade um imóvel e uma área de 15.517 metros quadrados nas Antas que serviriam as instalações do clube, um centro comercial e uma área imobiliária (tudo projetado por Manuel Solà-Morales). Como contrapartida, a família Ramalho desistiria da ação contra o Futebol Clube do Porto (que havia construído a Torre das Antas para servir como sede da SAD) e receberia quatro lotes de terrenos em Aldoar (2690 metros quadrados) com capacidade construtiva numa zona nobre da cidade. Na reunião camarária que ocorreu no mesmo dia, a permuta viria a ser aprovada e Fernando Gomes viria a passar a Presidência do Município do Porto para Nuno Cardoso (*Público*, Gomes, 30 de julho de 1999).

Ainda em 1999 e antes do negócio ser concluído, o clube da cidade, devido ao diferendo judicial, adquiriu os terrenos das Antas à família Ramalho sem o ter comunicado à Câmara Municipal, invalidando, de certa forma a permuta realizada (*Público*, Faria, 06 de maio de 2004). Contudo, como a decisão de adquirir os terrenos na Quinta do Salgueiros era "importante para o equilíbrio do PPA, cujo arquiteto, Manuel Salgado, entendeu que era importante criar ali uma zona verde", Nuno Cardoso, a 4 janeiro de 2000, agora como Presidente da Câmara Municipal do Porto, aprova outra permuta, desta vez, com o FC Porto (*Público*, Faria, 06 de maio de 2004). Os quatro lotes de terreno em Aldoar pertenciam agora ao clube da cidade, que os venderia definitivamente à empresa Invesprédio em março de 2000, juntamente com a promessa de construção na frente urbana de Aldoar (*Público*, Faria, 06 de maio de 2004). Estes quatro lotes seriam importantíssimos em futuros desenvolvimentos no Parque da Cidade por variadas razões:

- A Câmara Municipal havia expropriado ilegalmente os terrenos e posteriormente cedeu quatro lotes ao FC Porto de forma a facilitar o reparcelamento do solo desenhado para a nova cidade desportiva das Antas.

- Existiram vários negócios que complicaram todo o processo. A permuta só seria definitivamente resolvida através da intermediação de Nuno Cardoso e da empresa Invesprédio, em março de 2000, com graves prejuízos para o executivo portuense, fruto do conteúdo das mesmas e dos processos judiciais que se seguiriam.

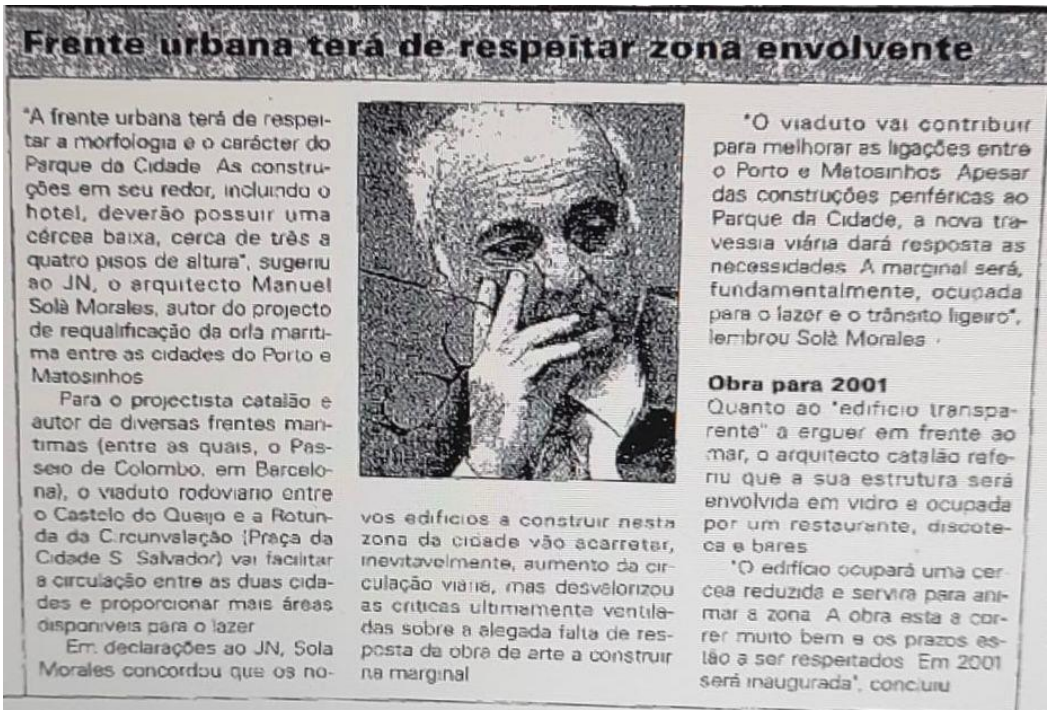
- A Câmara Municipal foi obrigada a ceder outro lote, também na frente urbana de Aldoar, a um dos antigos proprietários expropriados, pois a posse de um dos quatro lotes cedidos ao FC Porto e posteriormente permutados estava a ser disputado em tribunal, que mais tarde daria razão ao antigo proprietário.

Sucede que depois das primeiras convulsões do Movimento pelo Parque da Cidade o processo prolongar-se-ia por mais três anos, mas a Empresa Invesprédio conseguiu construir 48 apartamentos de luxo de luxo e lucrar com os prédios de luxo lá instalados (*Público*, Faria, 06 de maio de 2004). Para além disto, como realça Orlando Gaspar (vereador do Ambiente), foi nesta altura que começou a falta de transparência por parte do executivo portuense:

> Sobre esse assunto, tenho legitimidade para falar, mas, neste momento, não tenho conhecimento suficiente. [...] Em relação ao Parque da Cidade, sei a história toda até há dois anos; sei os pormenores todos, mas agora do que anda nos jornais sobre a chamada especulação das torres não sei de nada, não vi nenhum projecto, nem nenhum desenvolvimento na questão do urbanismo [...] a frente urbana

de Aldoar foi alvo de um concurso público nacional e [...] os estudos desenvolvidos também apontavam para que as vivendas acompanhassem a Avenida da Boavista (*Publico,* Gomes, 27 de junho de 2001).

5.2 – O caso do viaduto e da Frente Marítima



Frente urbana terá de respeitar zona envolvente

"A frente urbana terá de respeitar a morfologia e o carácter do Parque da Cidade. As construções em seu redor, incluindo o hotel, deverão possuir uma cércea baixa, cerca de três a quatro pisos de altura", sugeriu ao JN, o arquitecto Manuel Solà Morales, autor do projecto de requalificação da orla marítima entre as cidades do Porto e Matosinhos.

Para o projectista catalão e autor de diversas frentes marítimas (entre as quais, o Passeio de Colombo, em Barcelona), o viaduto rodoviário entre o Castelo do Queijo e a Rotunda da Circunvalação (Praça da Cidade S. Salvador) vai facilitar a circulação entre as duas cidades e proporcionar mais áreas disponíveis para o lazer.

Em declarações ao JN, Sola Morales concordou que os novos edifícios a construir nesta zona da cidade vão acarretar, inevitavelmente, aumento da circulação viária, mas desvalorizou as críticas ultimamente ventiladas sobre a alegada falta de resposta da obra de arte a construir na marginal.

"O viaduto vai contribuir para melhorar as ligações entre o Porto e Matosinhos. Apesar das construções periféricas ao Parque da Cidade, a nova travessia viária dará resposta às necessidades. A marginal será, fundamentalmente, ocupada para o lazer e o trânsito ligeiro", lembrou Solà Morales.

Obra para 2001

Quanto ao "edifício transparente" a erguer em frente ao mar, o arquitecto catalão referiu que a sua estrutura será envolvida em vidro e ocupada por um restaurante, discoteca e bares.

"O edifício ocupará uma cércea reduzida e servirá para animar a zona. A obra está a correr muito bem e os prazos estão a ser respeitados. Em 2001 será inaugurada", concluiu.

Figura 45. Entrevista a Manuel Solà-Morales sobre o projeto do viaduto para o Parque da Cidade. "Frente urbana terá de respeitar zona envolvente", Jornal de Notícias, novembro 17, 2000.

O projeto da frente marítima começa no início de 1995 com o abandono da frente urbana virada para o mar, proposta pelo paisagista Sidónio Pardal e projetada pelo arquiteto Pedro Guimarães para o Parque da Cidade (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999). Esta proposta de Sidónio Pardal viria a ganhar muitos adeptos, nomeadamente do vereador do Ambiente, Orlando Gaspar, porém encontrou oposição do então presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999). Como tal, seria abandonada e Fernando Gomes apresentou como alternativa o projeto de Manuel Solà-Morales que propunha o "prolongamento do parque até ao mar, excluindo qualquer tipo de construção que funcionasse como uma barreira visual" (*Público,* Fontes e Gomes, 22 de março de 1999).

Porém a discussão viria a prolongar-se e, em julho de 1995, a Câmara adjudicou o plano pormenor da zona de implementação da segunda fase do Parque da Cidade à João Paciência, no qual incluía o remate poente e a frente marítima, excluindo assim o projeto de Solà-Morales

(*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999). Para a frente marítima, João Paciência propôs a construção de um túnel enterrado a começar antes da Rotunda do Castelo do Queijo e da Estrada da Circunvalação, prolongando desta forma o parque num verde contínuo até à orla marítima e sem qualquer obstáculo físico (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999). Este projeto seria complementado com o plano de pormenor encomendado também à João Paciência para a Av. da Boavista e para a Estrada da Circunvalação, onde se previa a construção de frentes urbanas (*Público*, Marmelo, 17 de julho de 1999).

No entanto, já no final de 1998, mais uma vez a convite de Fernando Gomes, Solà-Morales torna-se novamente protagonista e apresenta um novo projeto para a frente marítima (fig. 45) – o atual viaduto implantado na fronteira com a orla marítima –, apesar da CMP já ter pago o plano de pormenor de João Paciência (*Público*, Marmelo, 17 de julho de 1999). Desta feita, Fernando Gomes surpreendia e recuava na sua ideia de não haver qualquer barreira entre o parque e o mar. De realçar que o projeto de Solà-Morales não era de todo unânime entre os arquitetos que estavam envolvidos no projeto do Parque da Cidade, nem dentro do próprio executivo portuense, como podemos verificar na notícia da figura 45. Antes de qualquer debate (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999):

- Orlando Gaspar (Vereador do Ambiente da Câmara do Porto em 1999) acusou o viaduto de ser "um elemento perturbador da paisagem" por se tratar de "uma agressão ambiental para toda a gente" (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999). Para além disto, acusou Nuno Cardoso (Vereador do Urbanismo da Câmara do Porto em 1999) de mudar de opinião quando Orlando Gaspar haveria sugerido a construção de uma passagem enterrada, elaborada no Plano de Pormenor encomendado à João Paciência, a começar na Rotunda do Queijo e a desembocar junto à frente urbana junto à Estrada da Circunvalação (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999).

- Opinião diversa teria Fernando Gomes (Presidente da Câmara do Porto em 1999) e os responsáveis autárquicos matosinhenses que acreditavam que o viaduto poderia servir como "elemento enquadrador da zona envolvente", não existindo qualquer agressão urbanística (*Público*, Fontes e Gomes, 22 de março de 1999).

É neste quadro que surgem os primeiros debates sobre as frentes do Parque, iniciando o seu ciclo a 24 de março de 1999 no café-teatro do Rivoli. Após este debate, Solà-Morales conseguiu levar avante a sua ideia para o remate poente do Parque da Cidade do Porto, apesar

de ainda ser necessário responder a algumas questões, nomeadamente (*Público*, Marmelo, 26 de março de 1999):

- Como seria construído o viaduto.

- Como se iria proteger o parque dos ventos marítimos e das marés.

- Como é que o projeto se iria relacionar com o Plano de Pormenor já encomendado pela Câmara e com o próprio projeto do Parque.

Figura 46 – Foto da frente marítima (frente ao viaduto) do Parque da Cidade. Arquivo Pessoal

No entanto, a ideia de Solà-Morales conseguiu ter sucesso entre os arquitetos e viria a ser aprovada pela Câmara e pela Sociedade Porto 2001, apesar das objeções de Sidónio Pardal e Orlando Gaspar (*Público,* Marmelo, 05 de julho de 2001). O projeto seria posteriormente submetido a aprovação camarária e objeto de um contrato, polémico, celebrado entre a Sociedade Porto 2001 (que pagou as obras), a CMP e o consórcio IMOLOC/ECOP/COFINA, que cedeu os terrenos do viaduto em troca da promessa de construção nos terrenos circundantes do Parque da Cidade junto à Estrada da Circunvalação e na Av. da Boavista. Mesmo sendo apenas uma "posição primitiva", que teria de ser "desenvolvida e compatibilizada com os projetos do parque e com o plano de pormenor que está a ser desenvolvido por João Paciência", a verdade é que o arquiteto português rejeitou qualquer colaboração com Solà-Morales, pois o projeto do viaduto era

totalmente diferente do seu, pelo que não faria sentido continuar com o plano de pormenor encomendado (*Público*, Marmelo, 26 de março de 1999).

De facto, toda a polémica sobre a frente marítima e o viaduto levantou novos desafios urbanos ao executivo portuense. Havia a necessidade de requalificar zonas ainda não trabalhadas do Parque da Cidade e adaptá-las às várias realidades da vida social do Porto e ao projeto do Parque. Todos os intervenientes no projeto do Parque da Cidade estavam de acordo em relação à requalificação da zona junto ao Castelo do Queijo e o problema não se fixou, como pudemos ver, na requalificação ou não da orla marítima do Parque – todos consideravam esta intervenção necessária (*Público*, Marmelo, 26 de março de 1999). O problema ficou a dever-se à recusa em debater o melhor caminho para a frente marítima, mesmo após Sidónio Pardal ter acusado o viaduto de ser um elemento de poluição exposto "a cerca de 40 por cento do parque" (*Público*, Marmelo, 26 de março de 1999). Para além disto, a proposta de Solà-Morales não considerou os princípios paisagísticos incorporados no Parque da Cidade e incluiu demasiada arquitetura, como indica João Paulo Rapagão (*Público,* Marmelo, 26 de março de 1999). Por sua vez, Álvaro Domingues, no artigo que saiu no *Público* de 17 de abril 1999, foi ainda mais longe, contestando não só a escolha do viaduto, como também todas as contradições da Câmara Municipal, que descartou, não um, mas dois projetos encomendados e pagos:

> Isto de parques e frentes de mar não tem nada que se lhes diga, porque o tema já está mais esgotado [...]. O povo gosta dos parques e de praias, ou isto não fora um país de navegantes e de mares [...]. O pior são os viadutos. O povo está atormentado com as obras de arte da nossa engenharia viária que tantos exemplares nos deixou nos últimos tempos, embora com muita mais obra do que arte. Eles são tantos e tão medonhos que até já existe uma associação dos moradores daquela terra chamada trânsito local que por ser muitas vezes servida por tais passadiços já desistiu da reivindicação para passar a concelho e agora o que quer é uns acessos mais dignos, que, se não se puderem fazer a céu aberto, ao menos que se façam em túnel, que é coisa que se vê menos e não estraga o campo visual dos nossos IPs, ICs, ENs, VCs, e outros elementos da tabela periódica desta química asfáltica. Confiai, porém, nos arquitectos. Estes homens (poucas mulheres) são o exemplo da mestria, do virtuosismo. [...] Construí, por fim, dois metros quadrados de calçada perfeita e sobre ela prostrados meditai na dureza do solo e no mistério da transfiguração dos viadutos. Podeis ir agora ver a nova frente marítima do Parque da Cidade e que o viaduto vos seja leve e o mar deixe de arremeter contra o aterro da marginal. Não acrediteis nos que vos enrolam quando vos dizem que quem vai à praia não vai ao parque. Se for Verão e estiver nortada, podeis ir ao mar pela manhã, sem perder o lugar, à tarde, nos recantos do parque. Dizei apenas ao arquitecto que nos deixe uma verdadeira obra de arte

> e que venha a nortada para lançarmos papagaios de papel e, do cimo do parque, o novo viaduto pareça um veleiro a ganhar o céu! (*Publico,* Domingues, 17 de abril de 1999).

Já em junho de 1999, e ainda sem solução técnica para as agressões marítimas, o executivo portuense aprovou o viaduto proposto por Solà-Morales, pondo totalmente de parte o plano de pormenor de João Paciência para esta zona da cidade (*Público*, Corvacho, 02 de junho de 1999). Faltava agora encontrar uma solução técnica para defender o parque das agressões do mar e harmonizar o projeto de Solà-Morales com o projeto elaborado pelo arquiteto Souto Moura para a marginal de Matosinhos-Sul, já que o plano de pormenor de João Paciência não serviria, sendo certa a criação de barreiras de proteção nessa zona de forma a preservar a flora do parque (*Público*, Corvacho, 02 de junho de 1999). Independentemente disto, estava garantido que iria haver a construção de um viaduto destinado a assegurar a continuidade viária entre o Porto e Matosinhos.

O primeiro sinal positivo viria em julho de 1999 com os estudos de hidráulica marítima encomendados pela CMP que atestavam a viabilidade do projeto (*Público*, Marmelo, 17 de julho de 1999). Este, ainda sem consenso, propunha-se assim a reconstituir o vale original numa pendente contínua até ao nível do mar, que, como admite Solà-Morales, poderá, "em certas alturas do ano, inundar parte da área verde, adquirindo um carácter "naturalista"" (*Público*, Marmelo, 17 de julho de 1999). Com esta ideia, Solà-Morales desejava demolir o talude que existia e acentuar ainda mais a ideia de um parque que se estende até ao mar, reconstruindo "a praia primitiva como uma enorme boca de entrada no parque" (*Público*, Marmelo, 17 de julho de 1999). Em termos de equipamento, o arquiteto catalão propôs ainda a construção de dois edifícios, também eles muito polémicos, à margem da parte norte da via, um deles feito em vidro com miradouro no telhado, um nível comercial intermédio e uma área destinada a cafés, restaurantes e esplanadas ao nível da praia (*Público*, Marmelo, *Publico*, 17 de julho de 1999). A partir desta altura, o arranque das obras ficou somente dependente da aprovação camarária, a contragosto de Orlando Gaspar, e do processo de pré-qualificação de empresas de construção civil, a cargo da Sociedade Porto 2001.

Já em maio de 2000 esta intervenção viria a ver os seus terrenos alargados até à zona do Molhe, abrangendo a Avenida de Montevideu (*Público*, Marmelo*,* 10 de maio de 2000). Esta novidade viria a ser partilhada pela Sociedade Porto 2001, responsável pela execução das obras do projeto, junto da informação de que as obras iriam ficar concluídas até fevereiro de 2000 e da concessão do parque de estacionamento e do, carinhosamente apelidado, "Edifício Transparente"

de forma a obter financiamento extraordinário (*Público*, Marmelo*,* 10 de maio de 2000). Tal prazo não se concretizaria e o financiamento não seria suficiente. Primeiro porque os dados de hidráulica marítima recolhidos pela APDL (Administração dos Portos do Douro e Leixões), cedidos e trabalhados por uma equipa de especialistas independentes contratada pela CMP, faziam esta administração questionar os estudos que sustentavam a proposta de Solà-Morales, pois no seu entender estes estudos não tinham em conta a "segurança da empreitada", da qual não exclui "riscos de desmoronamentos" (*Público*, Siza, 27 de janeiro de 2000). Apesar das críticas, Nuno Cardoso afirma que "o projecto está na linha mais moderna das intervenções urbanísticas associadas a zonas costeiras, que passa pela renaturalização do espaço" e declara total confiança nos estudos da empresa WW – Consultores de Hidráulica e Obras Marítimas, Lda., que teve o apoio do Danish Hydraulic Institute (Dinamarca), e no relatório – *Estudo de Viabilidade Técnico-Económica de Estabilização da Linha de Costa* – elaborado pela empresa Ensil – Projectos e Estudos de Engenharia Civil, Lda. (*Público*, Siza, 27 de janeiro de 2000).

Por outro lado, tal como na frente urbana de Aldoar, parte dos terrenos destinados à construção do viaduto (25.340 metros quadrados junto à Praça de São Salvador) não estavam na posse da Câmara Municipal do Porto, mas sim na posse do consórcio IMOLOC/ECOP/COFINA, que os havia comprado aos antigos proprietários (*Público,* Botelho e Rocha, 21 de agosto de 2001). Convém relembrar uma sugestão feita numa reunião executiva na década de 1920: a não autorização da compra dos terrenos do Parque por novos proprietários. Ora, além de a Câmara Municipal já estar ciente do negócio realizado entre o consórcio IMOLOC/ECOP/COFINA e os antigos proprietários, para piorar a situação, durante muito tempo não foi do conhecimento público a natureza do acordo estabelecido à posteriori entre a Câmara Municipal e o consórcio para a construção do viaduto (*Público,* Botelho e Rocha, 21 de agosto de 2001). Na verdade, só se souberam os detalhes do acordo, isto é, que estes foram "concedidos" ao projeto do catalão em troca da promessa de construção de duas frentes urbanas junto à Estrada da Circunvalação e a Avenida da Boavista, após o surgimento do Movimento pelo Parque da Cidade (*Público,* Queirós, 05 de julho de 2001). Ou seja, um ano após o início das obras por parte da Sociedade Porto 2001, colocava-se mais uma vez a questão se a Câmara Municipal do Porto estaria a violar a lei ao avançar com a expropriação com caráter de urgência de parcelas dos terrenos que rodeiam o Parque da Cidade (*Público,* Botelho e Rocha, 21 de agosto de 2001). Até então, o que se sabia é que a Sociedade Porto 2001 havia obtido autorização para prosseguir com as obras, "confirmada por carta de 12 de maio de 2000, no pressuposto de que seria formalizado um protocolo entre a

Câmara Municipal do Porto e as referidas empresas, conforme consta da referida carta" (*Público,* Botelho e Rocha, 21 de agosto de 2001). Como Mário Melo Rocha indica ao *Público* a 21 de agosto de 2001, "o dossier do Parque da Cidade está envolto num nevoeiro monumental" (*Público,* Botelho e Rocha, 21 de agosto de 2001).

Viaduto agride a paisagem

"Não há um estudo urbanístico sobre o envolvimento do Parque da Cidade. Em contrapartida, existem projectos avulsos e sem articulação entre si", lembrou ao JN, o arquitecto Sidónio Pardal, autor do Parque da Cidade.

"A cidade só tem a ganhar com uma frente urbana de qualidade à volta do Parque. Não temos de ter medo das novas construções. O Parque tem de estar integrado dentro do tecido urbano da cidade. Como tal, considero positiva a relação entre o espaço lúdico e o edificado", considerou aquele professor de Urbanismo e Arquitectura Paisagista da Universidade Técnica de Lisboa.

Estrada sem sentido

"Como arquitecto não estou preocupado com o hotel, nem com as torres. O importante é que se respeitem os limites dos equipamentos e que a Arquitectura tenha mérito e qualidade", sublinhou Sidónio Pardal.

Se as futuras construções não lhe merecem críticas substantivas, o mesmo não acontece com o futuro viaduto (que ligará a Praça da Cidade S. Salvador ao

OS ERROS URBANÍSTICOS de Matosinhos poderão ser repetidos no Porto

Castelo do Queijo) desenhado pelo arquitecto catalão Solà Morales.

"O viaduto é um disparate e bastante dispendioso. Rompe com a continuidade da marginal e será um elemento de poluição sonora e ambiental. A cidade ganhava mais em ter uma dupla frente urbana a enquadrar o parque e a praia", defendeu.

Outra ideia defendida por Sidónio Pardal tem a ver com a alteração ao traçado viário da Circunvalação, uma vez que, em seu parecer, de excessiva prioridade ao automóvel em detrimento do peão.

"A Circunvalação é uma estrada sem sentido urbano. Deva ser completamente redesenhada e reconvertida. Os peões deviam ser o centro e a circulação automóvel condicionada", afirmou.

Figura 47. Notícia sobre as obras do viaduto. Jornal de Notícias de 17 de novembro de 2000

Face a isto, a negociação entre o consórcio e o executivo portuense permaneceu um mistério e o projeto avançou sem nunca se entender realmente que tipo de acordo havia sido feito. Isto levaria ao descontentamento público e à revolta dos arquitetos responsáveis pelo projeto do Parque, que não pretendiam que o viaduto (e os projetos atrelados a este) desfigurasse a fisionomia do Parque da Cidade, como adiantou o Sidónio Pardal ao *Jornal de Notícias* de 17 de novembro de 2000 (fig. 47).[44] Mais importante ainda é o facto de a Câmara Municipal do Porto ter perdido a capacidade de organizar um plano para o Parque da Cidade como um todo.

[44] Na mesma edição do Jornal de Notícias, José Valente também acusara a Câmara Municipal do Porto de estar a desconfigurar o plano original de Sidónio Pardal ao aceitar projetos que não eram conciliáveis entre si, nem com plano para o Parque (*Jornal de Notícias*, 17–11-2000). Para além disto, como veremos, Nuno Cardoso (então Presidente interino da Câmara Municipal do Porto) havia permutado terrenos nas vias circundantes com a promessa de construção, abrindo o Parque ao mar e fechando em terra.

Apesar dos múltiplos esforços em justificar a construção e concessão do edifício transparente e do parque de estacionamento na orla marítima ou de frentes urbanas na Av. da Boavista e na Estrada da Circunvalação como empreendimentos que sempre estiveram previstos (*Jornal de Notícias*, 17 de novembro de 2000), a verdade é que este tipo de empreendimento nunca estivera previsto, originalmente, no projeto de Solà-Morales, como se viu anteriormente. Estava sim previsto no projeto de Sidónio Pardal, que previa a construção de edifícios em torno do parque com o objetivo de garantir os recursos financeiros necessários à execução da obra, evitando onerar o orçamento camarário e qualificando a área urbana envolvente, remetendo para o exterior os equipamentos, comerciais e outros, de apoio ao usufruto de um espaço pensado como totalmente natural (*Público,* Queirós, 05 de julho 2001).

Para além disto, a falta de transparência por parte da Câmara Municipal relativamente aos vários acordos, permutas e projetos não ajudou ao desenvolvimento do Parque e aumentou o descontentamento no seio da comunidade portuense. Como Sidónio Pardal lembra na sua entrevista ao *Jornal de Notícias* de 17 de novembro de 2000, "não há um estudo urbanístico sobre o envolvimento do Parque da Cidade. Em contrapartida, existem projetos avulsos e sem articulação entre si" (fig. 47). Esta falta de articulação e de envolvimento viria a revelar-se nas críticas arquitetónicas feitas ao edifício transparente, que a CMP tentou adjudicar múltiplas vezes, e nas dificuldades de instalação do Parque de Estacionamento (*Público,* Marmelo, 24 de janeiro de 2003).

5.3 – As frentes urbanas da Av. da Boavista e da Estrada da Circunvalação

A distribuição e a articulação dos espaços verdes nem sempre é fácil devido aos orçamentos limitados e à grande diversidade histórica que existe no interior das fronteiras instáveis de cidade. E se por um lado a luta para incorporar espaços verdes na cidade incentiva a transformação urbana, por outro também é verdade que os protagonistas destas lutas, normalmente, não se envolvem diretamente nas medidas tomadas pelas administrações locais. Para além disto, apesar dos movimentos ambientais populares dependerem da comunicação social para ganhar uma maior dimensão e voz e registar a sua história, só alguns movimentos ambientais populares, como é o caso do Movimento pelo Parque da Cidade, conseguiram influenciar verdadeiramente a política local e a cultura literária (incluindo os *media*).

No caso do Movimento pelo Parque da Cidade do Porto, foi o acumular de contradições, a falta de debate público e a dispersão da informação sobre os projetos do Parque da Cidade que

originou o descontentamento público. Tal como Bernardino Guimarães nos indica no debate do café Majestic, "houve uma acumulação de fatores em relação ao Parque da Cidade, nomeadamente a frente de urbana de Aldoar, a frente urbana da Avenida Boavista, a frente urbana da Circunvalação, a abertura ao mar e o projeto do viaduto" que originaram o movimento ambiental popular (*Um café no Majestic*, RTP, 20 de julho de 2001). De facto, as primeiras notícias sobre um possível referendo e o Movimento pelo Parque da Cidade surgem no final de abril e início de maio de 2001, após o anúncio de possíveis frentes urbanas no final de 2000 e antes do conhecimento público do acordo entre a CMP e o consórcio IMOLOC/ECOP/COFINA e da decisão do Pleno sobre os terrenos expropriados em Aldoar (*Público*, Movimento pelo Parque da Cidade, 19 de maio de 2001). Aliás, o próprio movimento ambiental popular surge, formalmente, a 19 de maio de 2001 com o objetivo de esclarecer e discutir publicamente que tipo de acordos, projetos, permutas e normas estavam a determinar o desenvolvimento do Parque:

> Entre intenções já declaradas, projectos e permutas mal conhecidas, e propósitos insuficientemente debatidos, o Parque da Cidade do Porto ameaça tornar-se em algo bem distante do objectivo para o qual foi criado. Em vez de um amplo espaço público, aberto ao lazer activo e ao convívio com a Natureza, arriscamo-nos a encontrar um território cercado pelo betão e pelo betão paulatinamente devorado.
>
> Os cidadãos que subscrevem este documento opõem-se a mais construções no Parque da Cidade. Prezam a integridade deste espaço como maior e quase único pulmão da cidade e da área metropolitana envolvente, para cujas populações ele é igualmente imprescindível. Recusam o secretismo quanto a urbanizações, frentes urbanas e instalação de equipamentos pesados e fixos na área do parque. Desejam um amplo debate público a respeito do destino a dar a toda a superfície pertencente ao parque e como tal anunciada e entregue à cidade.
>
> Notícias recentes têm dado conta de intenções imobiliárias que, a serem concretizadas, certamente desvirtuariam não apenas a ideia original do parque, mas as próprias condições do seu pleno usufruto pela população. [...] Com efeito, só um esforço de debate e de transparência poderá esclarecer o facto de se ter passado, em sede de planeamento municipal, do "coeficiente de construção zero", às áreas previstas para construção nas "normas provisórias" que agora substituem o PDM.
>
> Do lado da Circunvalação, têm sido aventados desígnios que apontam para a edificação de algo "coerente" com o que se verifica actualmente do outro lado da estrada (as torres de Matosinhos-Sul). O que implicaria, necessariamente, asfixiar os horizontes do parque e "muralhá-lo", prejudicando a sua abertura à cidade. A "frente de Aldoar" viu as condições da sua concretização postas em causa, por via judicial, mas permanece a intenção de a levar a cabo, não se sabe ao certo como. E que dizer da "frente" da Avenida da Boavista? Afinal, o que se pretende ali construir?

O mais espantoso é o silêncio e [a] aparente indefinição da autarquia portuense. Qual o fundamento, a estratégia que leva à alienação de partes – ao que parece, cada vez mais amplas – do Parque da Cidade? [...] não sendo a construção dentro do parque obrigatória em termos de concepção, será então esta alienação um meio de obtenção de fundos para os cofres da autarquia? [...] Como poderão os utentes, actuais e potenciais do parque, certificar-se de que a uma alienação ou permuta de terrenos não se seguirão outras, e ainda outras, e sempre que os cofres autárquicos necessitarem de reforços financeiros?

Esclarecer estas dúvidas, eis o primeiro objectivo do movimento que agora se apresenta. [...] Numa cidade e área metropolitana do Porto em que o ordenamento do território é uma miragem, onde não existe uma rede integrada de espaços verdes e corredores ecológicos, o Parque da Cidade surge como um autêntico "oásis num deserto". [...] Os cidadãos subscritores deste documento têm direito e querem que se realize em tempo útil um debate sobre o futuro do Parque da Cidade. Desenvolverão esforços para, no quadro desse debate, verem esclarecidas as dúvidas acima expostas e, em resumo, que fiquem claras as ideias da autarquia portuense para aquele espaço verde.

A intromissão de conjuntos edificados em partes significativas do parque pode alterar seriamente o equilíbrio paisagístico do mesmo, pelo impacte visual, pelo ruído, pela perda de referências cénicas essenciais para a beleza do parque no seu conjunto. [...] Tal como a história do parque atesta, este não foi criado para ser palco de intervenções imobiliárias, cujo efeito apenas poderia ser o recuo da mais importante das áreas verdes urbanas e a sua desvirtuação. Recusamos essa lógica perversa, que consiste em transformar o parque num espaço residual, à revelia da opinião pública. Pensamos que ainda é possível salvar o Parque da Cidade, se essa for a vontade de um grande número de pessoas. [...] Basta acreditarmos nas promessas de diversos responsáveis autárquicos [...] sobretudo quando esse recanto e lugar já foi reservado durante décadas para ser, como foi, é e queremos continue a ser, espaço verde público. Esperamos a adesão, o incentivo, a participação de todos. Vamos construir um grande Movimento Cívico pelo Parque da Cidade. E é agora a hora de agir (*Público*, Movimento pelo Parque da Cidade, 19 de maio de 2001).

16 | O Comércio do Porto
Opinião

Não tenhamos ilusões: caso este cerco imobiliário ao Parque da Cidade se concretize, daqui a 4 anos estaremos todos a discutir se terá algum sentido manter "um resto de Parque" amputado ou se, ao contrário, não será preferível construir em toda a superfície remanescente, transferindo-se o Parque da Cidade para outro concelho qualquer

A vergonha no Parque

CARLOS DE ABREU AMORIM*

Depois da sistemática destruição dos espaços verdes e de lazer que a cidade do Porto e o Grande Porto sofreram nas últimas décadas, o Parque da Cidade assumia-se como o último reduto que as pessoas possuíam para passar os seus tempos livres, e não só, com alguma qualidade. Localizado numa área privilegiada, junto ao mar e de fácil acesso, em pouco tempo converteu-se num lugar de encontro, de passeios descontraídos, de descansos cada vez mais apetecidos, de contacto com que o que nos resta da natureza. Era, também, um dos poucos locais desta região onde ainda era possível praticar desporto ao ar livre, tanto por amadores como por profissionais - não foi por acaso que as equipas do FC Porto e do Boavista lá se encontraram, por diversas vezes, a desentorpecer as pernas apesar de terem à sua disposição instalações apropriadas para treinarem.

Mas essas virtudes foram a sua perdição. Os desenfreados apetites dos especuladores imobiliários fixaram-se nessa parcela favorecida da cidade e - com a esperada complacência da Câmara Municipal - logo engendraram os esquemas necessários para a transformar numa zona de torres de betão igual a tantas outras e, sobretudo, numa formidável fonte de lucro para si próprios.

Logo em 1991/92 o executivo de Fernando Gomes entendeu expropriar uma área na frente de Aldoar com o fim de aumentar o Parque. Mas, assim que tomou posse administrativa do terreno, as verdadeiras intenções da Câmara de Gomes revelaram-se e, em vez de servir o Parque, iniciaram-se os planos de construção de vários edifícios! Esta manobra só não foi avante porque o Supremo Tribunal Administrativo decretou a reversão dos terrenos para os seus anteriores proprietários, dado que o fim de utilidade pública não tinha sido cumprido.

Colocou-se, entretanto, o problema de adquirir os terrenos privados da frente marítima do Parque, com cerca de 160 mil metros quadrados. É nesta altura que o processo, até aqui um pouco nebuloso, se torna num imbróglio opaco onde nada é o que se quer fazer parecer.

Os proprietários dos terrenos foram ameaçados pelos serviços camarários de que estava em curso a expropriação iminente, mas esta nunca se chegou a concretizar. As negociações tendentes a obter um acordo indemnizatório iniciaram-se mas, no momento em que parecia ter-se chegado a um acordo com a Câmara, por "artes mágicas" surgiu a Fada Madrinha sob a forma do consórcio Imoloc/Ecop/Cofina que pagou aos proprietários privados a verba que corresponderia à indemnização pela "expropriação" pública que não houve. Ou seja, um consórcio privado ficou titular de terrenos essenciais para a consolidação do Parque da Cidade graças à ameaça de expropriação pública que impendia sob os seus proprietários privados.

E, aqui chegados, somos forçados a retirar uma conclusão óbvia: a Câmara Municipal do Porto fez de trampolim para a compra privada dos terrenos que eram fundamentais para a concretização de um fim público. Ora, e porque não consta que o consórcio privado tenha actuado "em vez e por conta" da Câmara por excessivo espírito benemérito, é necessário perceber claramente qual o retorno, ou seja, as contrapartidas que o consórcio privado adquiriu para eventualmente ceder à Câmara os terrenos da frente marítima do Parque da Cidade. Resulta claramente que a moeda de troca desta triste negociata é a promessa de construção nas frentes da Circunvalação, da Av. da Boavista e de Aldoar. No fundo, rodear o Parque de edifícios que encurtarão fatalmente a qualidade desejável para aquele espaço.

A Câmara tem toda a autoridade para impedir o "muralhar" do Parque da Cidade. O consórcio privado não tem o direito (está proibido, até) de construir apenas por ser o actual proprietário dos terrenos, só o terá se lhe for dada uma Licença pela Câmara

Não tenhamos ilusões: caso este cerco imobiliário ao Parque da Cidade se concretize, daqui a 4 anos estaremos todos a discutir se terá algum sentido manter "um resto de Parque" amputado ou se, ao contrário, não será preferível construir em toda a superfície remanescente, transferindo-se o Parque da Cidade para outro concelho qualquer. É um dever de cidadania não permitir, desde já, qualquer edificação nos limites do Parque. Impedir que do "lado do Porto" se venham a cometer os crimes urbanísticos que já estão a ser feitos no "lado de Matosinhos".

A Câmara Municipal do Porto tratou esta questão de forma deplorável. Misturou sempre, em toda a década de 90, os interesses públicos e os interesses imobiliários. Camuflou desagradavelmente as suas intenções, escondeu informações aos munícipes - os projectos das construções na Circunvalação e na Av. da Boavista, que incluem vários blocos de 10 andares e uma inacreditável torre de 27 andares, só foram conhecidos há apenas 5 dias! Tentou dar ao problema um ar de facto inevitável ou, até, consumado; disse que se as suas intenções não fossem avante os orçamentos camarários dos próximos anos estariam em perigo; afirmou que se a permuta dos terrenos com o consórcio privado não acontecesse, estes teriam direito a construir "torres muito mais altas", quando nada disto é verdade.

Mas o culminar deste comportamento dúplice teve lugar ontem, Quarta feira. Dada a polémica que este assunto está a despertar e a falta de informação com que a população se tem deparado, anunciou-se um debate público, no Rivoli, para esclarecimento de todos os interessados. Mas - pasme-se - a hora deste debate foi às 10 da manhã!!! Não, com certeza, para facilitar a comparência das pessoas pois, para eventual espanto dos promotores desse evento, a essa hora matinal a população do Porto e arredores estava a trabalhar! Algum habilidoso na Câmara socialista deve ter engendrado o seguinte plano:

- "Anunciamos um debate público, agendamo-lo para uma hora impossível, enchemos a sala com os nossos funcionários, arquitectos e agentes imobiliários e, depois dizemos que a gente do Porto foi devidamente esclarecida e que, até, a maioria dos presentes se mostraram de acordo com o nosso projecto." Uma esperteza de na dos poderes públicos de qualquer Re blica das Bananas que se preze! Este e t tos outros actos reveladores de u desavergonhada má fé têm de merec repúdio da população do Porto.

A Câmara tem toda a autoridade impedir o "muralhar" do Parque da de. O consórcio privado não tem o to (está proibido, até) de construir ap por ser o actual proprietário dos ter só o terá se lhe for dada uma Licenç Câmara. Aliás, uma Licença é isso m uma autorização que dá um direito particular não tem e sob o qual im uma proibição geral de carácter p tivo. E, neste caso, existem fartos m de interesse público para que essa ça nunca venha a ser concedida, tir vontade política para defender resses das populações. O que, presente conjuntura, nos suscita res dúvidas.

*PROFESSOR

Figura 48. Notícia do Comércio do Porto sobre a proposta das novas frentes urbanas na Av. da Boavista e na Estrada da Circunvalação. Carlos de Abreu Amorim, "A vergonha no Parque", Comércio do Porto*, julho 5, 2001.*

Ou seja, o Movimento pelo Parque da Cidade surge como um adversário à construção desinformada à volta do Parque e como um espaço de debate público para um conjunto de questões que precisavam de ser respondidas. E todos os presentes no café Majestic realçaram o papel fundamental que o Movimento pelo Parque da Cidade desempenhou e confirmaram essa necessidade de esclarecimento, incluindo o então presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, que, entretanto, havia substituído Fernando Gomes (*Um café no Majestic,* RTP, 20 de julho de 2001). Já Rui Sá (vereador pela CDU) e Orlando Gaspar mostravam-se preocupados com a quantidade de projetos previstos para a zona envolvente ao parque que não eram discutidos e coordenados dentro da Câmara Municipal do Porto (*Público,* Pereira, 12 de fevereiro de 2001). Ou seja, a população portuense, a comunicação social e o seu executivo chegaram a consenso em pelo menos um tópico: todas as questões relativas ao Parque da Cidade deviam ser discutidas e esclarecidas, ao contrário do que aconteceu no caso do viaduto ou da frente de Aldoar, onde grandes questões foram resolvidas sem a transparência e o debate necessários.

É errado assumir que o Movimento pelo Parque da Cidade se propôs apenas combater a "vergonha no Parque" (frentes urbanas na Estrada da Circunvalação e da Av. da Boavista – fig.

48), quando o próprio referendo promovido pelo movimento ambiental popular foi um instrumento utilizado para promover o debate público e revelar informações que, até então, se encontravam somente na esfera da câmara (*Diário de Notícias*, 12 de junho de 2001). Com o referendo, os ativistas que faziam parte do Movimento pelo Parque da Cidade exigiam, sim, uma posição clara sobre o futuro do Parque (*Público,* Corvacho, 13 de junho de 2001).

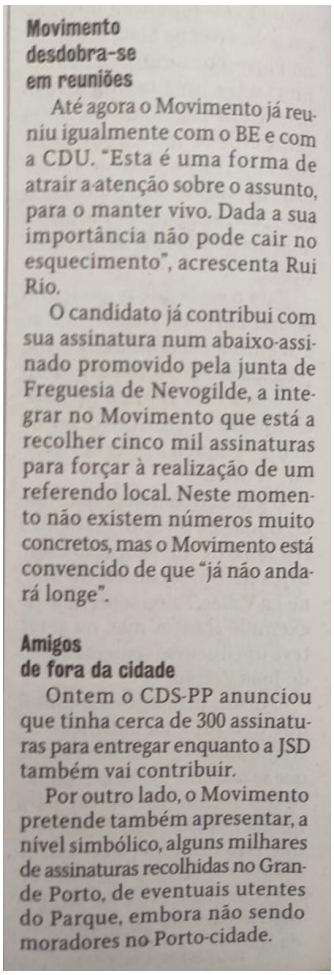
Face ao relato do debate realizado no dia 04 de julho de 2001, concluímos que é mais credível que o Movimento pelo Parque da Cidade tenha surgido para defender o direito de participação dos cidadãos portuenses no desenvolvimento do Parque, e não para combater, somente, as frentes urbanas que lhes estavam a ser impostas. Como confessara o deputado comunista Jorge Sarabando nesta reunião, "ainda fiquei mais confuso" (*Público,* Pereira, 2001). Como tal, junto de José Saraiva (PS), Jorge Sarabando pediu que até dezembro nenhuma decisão fosse tomada sobre a eventual edificação de uma frente urbana no Parque da Cidade, ou seja, que a decisão fosse tomada depois das eleições que se realizariam no final de 2001 e de um possível referendo local (*Público,* Pereira, 2001).

Por sua vez, Manuel Monteiro (PSD) criticou Nuno Cardoso e o projeto do Parque da Cidade, alegando que, ao longo de um ano, o PSD tinha pedido explicações sobre o Parque da Cidade e recebido de Cardoso "a recusa de forma indelicada e arrogante" (*Público,* Pereira, 2001). Manuel Monteiro viria a solicitar que Nuno Cardoso prestasse esclarecimentos numa reunião extraordinária marcada para no mesmo dia, já que o debate promovido pela Câmara Municipal do Porto no Rivoli não possuía caráter vinculativo (*Público,* Pereira, 2001). Por último, neste debate, mais de trinta perguntas foram feitas no decurso da sessão e Cardoso limitou-se a responder que "não vou acelerar nada, mas também não vou atrasar nada", mas apelou ao pesar do custo/benefício do negócio dos terrenos do Parque da Cidade, apesar de ter a consciência de que, sobre este assunto, nada será consensual (*Público,* Pereira, 2001). Solà-Morales viria a também a dar a sua opinião sobre a frente da Circunvalação: "Nada está decidido, o arquitecto disse que fez 30 estudos para esta proposta, provavelmente terá de fazer outros 30" (*Público,* Pereira, 2001).

Como tal, este debate pouco ou nada serviu para esclarecer os cidadãos portuenses sobre o Parque da Cidade, sendo pautado maioritariamente por ataques políticos, numa altura em que o interesse e necessidade de participação pública sobre o Parque da Cidade era enorme, principalmente se considerarmos que o Movimento pelo Parque da Cidade conseguiu recolher as assinaturas necessárias para a realização de um referendo local em cinco meses (*Jornal de*

Notícias, 29 de outubro de 2001). Esta preocupação da população refletiu-se igualmente na opinião do arquiteto Manuel Fernandes, quando afirmou que "as novas construções podem descaraterizar a essência do Parque, e mesmo assim, continuamos a ter uma administração fechada que não procura envolver a cidade na sua evolução e transformação" (*Jornal de Notícias* de 17 de novembro de 2000).

Por outro lado, ao avaliarmos as palavras do deputado Luís Cunha (PS), já na Assembleia Municipal do Porto, notamos que todos os projetos em relação ao Parque da Cidade pareciam estar coordenados, apesar de Diogo Feio (PP) ter criticado os atrasos nos projetos do Parque, as "descoordenações" das obras da Porto 2001 e possíveis desentendimentos entre Teresa Lago e Nuno Cardoso (*Público,* Pereira, 2001). Por sua vez, Sidónio Pardal, no seu livro *Parque da Cidade: Ideias e Paisagem*, e Nuno Cardoso, em várias entrevistas, afirmaram que houve uma certa demagogia na ação do Movimento pelo Parque da Cidade quando se equacionou a construção destas frentes urbanas. O desenvolvimento em si não é intrinsecamente mau ou bom, a avaliação final que dele fazemos é o que lhe dá esse estatuto. Neste caso, o que faltou a CMP foi a avaliação, ou noutras palavras, a negociação pública sobre o porquê de as frentes urbanas serem necessárias ou úteis. Mesmo os espaços verdes, livres de frentes urbanas, não se afastam destes questões, já que vai depender do valor e uso que os seus cidadãos lhe atribuem. E como já foi explicado anteriormente, nunca se previu fazer qualquer tipo de construção no Parque da Cidade, mas o mesmo não se pode dizer da sua envolvente. Desde o projeto de Sidónio Pardal havia a possibilidade de frentes urbanas nas envolventes do Parque.



Movimento desdobra-se em reuniões

Até agora o Movimento já reuniu igualmente com o BE e com a CDU. "Esta é uma forma de atrair a atenção sobre o assunto, para o manter vivo. Dada a sua importância não pode cair no esquecimento", acrescenta Rui Rio.

O candidato já contribui com sua assinatura num abaixo-assinado promovido pela junta de Freguesia de Nevogilde, a integrar no Movimento que está a recolher cinco mil assinaturas para forçar à realização de um referendo local. Neste momento não existem números muito concretos, mas o Movimento está convencido de que "já não andará longe".

Amigos de fora da cidade

Ontem o CDS-PP anunciou que tinha cerca de 300 assinaturas para entregar enquanto a JSD também vai contribuir.

Por outro lado, o Movimento pretende também apresentar, a nível simbólico, alguns milhares de assinaturas recolhidas no Grande Porto, de eventuais utentes do Parque, embora não sendo moradores no Porto-cidade.

Figura 49. Notícia sobre as ações do Movimento pelo Parque da Cidade. Comércio do Porto, 2001.

Ou seja, o que não houve foi responsabilidade política para debater sobre o Parque da Cidade, sobre a preferência dos cidadãos, sobre uma possível defesa da utilidade pública das frentes urbanas (pelo menos com sucesso, apesar de algumas tentativas). Por outro lado, o Movimento pelo Parque da cidade recolheu o apoio das associações de defesa do ambiente (FAPAS, Quercus, Campo Aberto, Associação dos Amigos do Parque Biológico de Gaia, entre outras) e correu a cidade em busca de assinaturas para o seu referendo (fig. 49), realizou debates, diversas ações de rua e iniciativas de recolha em faculdades e associações públicas (*Público,* Corvacho, 13 de junho de 2001).

Apesar de superficial em alguns pontos, principalmente na questão sobre o que é um parque urbano e qual o seu papel numa cidade, a verdade é que os debates e as ações promovidos pelo Movimento pelo Parque da Cidade foram mais eficazes na mobilização social em redor da defesa do Parque do que as iniciativas da Câmara Municipal. Para além disto, este movimento ambiental popular, apesar de local, teve impacto, apoio e mediatismo pelo menos a nível regional e isso nota-se no apoio de várias associações regionais e dos candidatos às eleições autárquicas de 2001 (excluindo Nuno Cardoso – figs. 49 e 51). Como bem afirmou José Queirós no seu artigo para o *Público* de 05 de julho de 2001, "trata-se de submeter à lógica da democracia directa processos de decisão que integram o núcleo essencial da gestão autárquica" (*Público,* Queirós, 05 de julho de 2001).

O caso específico da Estrada da Circunvalação e da Avenida da Boavista é muito complexo e já foi levemente abordado anteriormente, mas iremos fazer um pequeno resumo de maneira a explicitarmos o papel de clarificação que o Movimento pelo Parque da Cidade desempenhou. O desenho original do Parque sempre possuiu a existência de frentes urbanas em seu redor, porém a Câmara Municipal deixou cair os projetos de Sidónio Pardal e de João Paciência e transmitiu a ideia de que o Parque permaneceria livre de construções, daí a frente marítima. De salientar que o próprio Nuno Cardoso fez questão de centrar o debate do Parque da Cidade neste ponto quando, no debate promovido no Rivoli a 04 de julho de 2001, explicou que "está em causa a eventual alteração da filosofia do parque ("que sempre previu a construção naquele local"), abolindo-se,

neste caso, a frente urbana da Circunvalação, do mesmo modo que anteriormente se desistiu da ideia de construir na frente marítima" (*Público*, Marmelo, 05 de julho de 2001). Sidónio Pardal concordaria com a posição de Cardoso, explicando que o debate era simples: "decidir se o parque fica melhor rematado pelas construções de Matosinhos e pelos quintais das vivendas da Boavista e de Aldoar, ou de uma forma nobre, urbanisticamente pensada" (*Público,* Marmelo, 05 de julho de 2001). Ainda assim, Sidónio Pardal reconheceu que era natural os cidadãos desconfiarem dos urbanistas, tendo em conta a falta de transparência do executivo portuense até então (*Público,* Marmelo, 05 de julho de 2001).

Por outro lado, como ao longo do tempo a CMP avançou com as obras para o Parque da Cidade na frente marítima, mesmo não sendo proprietária de várias parcelas, em princípio o problema nunca se centraria nas questões económicas da não concretização da frente urbana. Caso contrário, não faria sentido as obras avançarem, mas os pormenores dos acordos e o conteúdo das permutas das frentes marítima e urbanas, levemente conhecidos no final de 2000, após o início das obras para o viaduto, viriam a relevar o contrário (*Público,* Marmelo, 05 de julho de 2001). Quando analisamos mais detalhadamente o caso da Estrada da Circunvalação e da Avenida da Boavista, notamos muitas semelhanças com o caso da frente urbana de Aldoar. Ora, tendo em conta que, tarde ou cedo, a autarquia teria de comprar ou expropriar a parte para onde o Parque da Cidade se expandiu, o consórcio IMOLOC/ECOP/COFINA decidiu negociar com os antigos proprietários as parcelas referentes à frente marítima - onde estava impedido de construir - e "trocá-los" por uma área de terrenos municipais na faixa da Circunvalação onde, aí sim, seria possível construir (*Público*, Queirós, 05 de julho de 2001).

6 | O Comércio do Porto
Metropolitano

JUNTAMENTE COM OUTROS NOMES SONANTES DO PORTO

Lago contra prédios no Parque da Cidade

NATÁLIA FARIA*

O que há de comum entre a mediática Teresa Lago e o cantor Pedro Abrunhosa? E entre o tenista Nuno Marques e o cientista Alexandre Quintanilha? E Eugénio de Andrade? E o que fazm este ao lado do actor António Capelo? Figuram todos no manifesto de apoio à contestação da frente urbana prevista para o Parque da Cidade.

Os nomes foram divulgados ontem, numa conferência de imprensa convocada pelo Movimento pelo Parque da Cidade, mas o que causou maior estupefacção foi mesmo o apoio da presidente da Porto 2001 à luta que opõe o movimento cívico e a autarquia portuense. Isto, porque vem evidenciar o divórcio entre Lago e Cardoso, já anteriormente patenteado em episódios como a realização de obras em vários pontos da cidade e, mais recentemente, a candidatura a um programa de revitalização do comércio tradicional.

Questionada pelo COMÉRCIO, a presidente da Porto 2001 respondeu que ainda não assinou o documento, mas tenciona assinar, numa demonstração "da vontade de preservar um parque de que sou frequentadora habitual". Nada preocupada com o acicatar dos desaguisados com Nuno Cardoso, Lago frisou ainda que "isto nada tem a ver com a autarquia, é só a opinião de uma portuense". Quem já lá colocou o nome foram Eugénio de Andrade e Pedro Abrunhosa. "Não se justifica a construção de uma muralha de betão naquela zona verde", disse o cantor ao COMÉRCIO, apontando como a alternativa a construção noutro ponto da cidade. "Caso contrário, o parque vai transformar-se no quintal privado de uns quantos privilegiados".

Recorde-se várias parcelas de terreno por onde o parque se estendeu ou irá estender-se não pertencem à autarquia, mas à empresa imobiliária Imoloc, que as adquiriu aos anteriores proprietários, apesar de saber que ali não poderia construir. Agora, a Imoloc propõe a permuta destes terrenos por uma faixa da Circunvalação onde, aí sim, pretende erguer urbanizações. À autarquia cabe aceitar a troca ou então indemnizar a imobiliária pelos direitos adquiridos, o que poderá custar à volta de 10 milhões de contos.

Uma factura que os apologistas da preservação daquele que é o maior espaço verde da área metropolitana preferem ver paga. O intento ganhou um novo fôlego com a adesão destes nomes sonantes. Isto numa altura em que o Movimento pelo Parque da Cidade contabiliza quatro mil das cinco mil assinaturas necessárias à realização do referendo local sobre o assunto. "Dentro de um mês deverá já ser possível apresentar às instâncias competentes o pedido de realização do referendo", congratulou-se Bernardino Guimarães, uma dos rostos mais visíveis da contestação.

Debate em Setembro

Para Setembro estão previstas várias outras iniciativas que passam pela realização de um debate "verdadeiramente substancial sobre o Parque da Cidade". Ou seja, diferente do realizado no início do mês no Rivoli que serviu apenas para "saber se o betão é importante para a carreira profissional deste ou daquele". A ideia passa assim por "focalizar a discussão nas questões que são verdadeiramente importantes", como sublinhou a bióloga Margarida Silva. A saber: "Por que é que [a autarquia] não fez uso do direito de preferência na aquisição dos terrenos hoje pertencentes a uma imobiliária, se eles sempre estiveram previstos para expropriação e são indispensáveis para o Parque da Cidade?"; "Como explicar a falta de verbas para salvaguardar o Parque, quando a Câmara dispõe de mais de 10 milhões de contos só para o Euro 2004?"; "Por que fomenta a Câmara a construção de novos edifícios em detrimento da recuperação dos milhares que estão degradados?".

Estas são apenas três de um conjunto de dez questões que o movimento cívico quer ver respondidas por Nuno Cardoso, que acusam de fugir a uma discussão séria sobre o assunto. O mesmo se passa com Fernando Gomes que, ao contrário dos restantes candidatos à autarquia portuense, se tem furtado a encontrar-se com o movimento cívico. "Ainda estamos à espera", referiram a propósito os representantes do movimento cívico, recusando ver nesta nega um posicionamento de Gomes a favor da edificação urbana.

* COM LUÍSA MARINHO

ENCONTREI O PARQUE DA CIDADE !!!

ONDE? TAMBÉM QUERO VER!

PORTO

• O movimento que defende o Parque da Cidade ganhou ontem apoiantes de peso

Figura 50. Notícia que relata o apoio de várias figuras públicas ao Movimento pelo Parque da Cidade. Natália Faria e Luísa Marinho, Comércio do Porto*, 25 de julho de 2001.*

Será principalmente o revelar desta possível permuta que motivou o surgimento do Movimento pelo Parque da Cidade, que logo se posicionou no combate à frente urbana da Estrada da Circunvalação e da Avenida Boavista, sem antes haver debate público sobre o assunto (*Público*, Queirós, 05 de julho de 2001). Este foi o primeiro triunfo do movimento ambiental popular, pois não só conseguiu trazer para debate algo que Nuno Cardoso achava "inevitável" para não haver um deslize nos orçamentos camarários, como organizar vários debates e ações de rua (figs. 49, 50 e 51) com grande participação cívica (*Jornal de Notícias*, 29 de outubro de 2001). A ação do Movimento pelo Parque da Cidade parece-nos óbvia – se a Câmara Municipal não se compromete com a transparência dos seus projetos, será o movimento ambiental popular e os cidadãos a procurar e promover o debate e a transparência. Até porque a construção ou não das frentes urbanas poderia implicar uma despesa muito elevada para a CMP (na ordem dos milhares de

euros – *Público*, Marmelo, 05 de julho de 2001), o que exigia seriedade e transparência. Por isso, o mérito de promover o desenvolvimento informado da zona da Circunvalação e da Boavista é sem dúvida do Movimento pelo Parque da Cidade (*Público*, Queirós, 05 de julho de 2001).

O próprio Presidente da Câmara Municipal do Porto, Nuno Cardoso, garantiu que ia organizar mais reuniões públicas, de forma que o projeto do Parque da Cidade fosse o mais "debatido de sempre na cidade" (*Público*, Marmelo, 05 de julho de 2001). Porém, nenhum vereador, nem sequer os do seu partido, nem o que tutelava o Parque da Cidade, foram informados do que estava em curso sobre as frentes urbanas, como os próprios revelaram publicamente (Lemos, *Público,* 16 de junho de 2001). No mesmo verão, o consórcio, ainda sem ter garantias de que o terreno lhe iria ser atribuído ou se o projeto iria ser aprovado – decisões que tinham de ser tomadas pelo executivo camarário –, comportava-se como se tudo estivesse adquirido, promovendo novos empreendimentos "com grande qualidade" na Estrada da Circunvalação, apesar do apelo de José Alberto Lemos para que tal não aconteça sem antes haver debate público:

> Nuno Cardoso queria um debate público sobre a frente urbana do Parque da Cidade devia começar por dar o exemplo e esclarecer o seu comportamento: que promessas fez, que garantias deu, que cumplicidades estabeleceu, com a empresa imobiliária. Deve esclarecer se está na câmara para defender o interesse público, o bem público, ou para facilitar a vida aos interesses privados. Deve esclarecer porque é que a Imoloc está a ser tratada de forma diferente dos restantes proprietários de terrenos na área do parque. Porque é que a Imoloc dá por adquirido que vai ter um terreno, por permuta, na frente da Circunvalação e não noutro qualquer local da cidade. E se este tratamento, aparentemente privilegiado, à Imoloc não abre um precedente grave em relação aos restantes indemnizados do parque. É que os restantes proprietários de terrenos no parque poderão invocar o princípio da igualdade para exigir também um terreno na frente da Circunvalação. Enfim, há muita matéria para esclarecer no tal debate público que Cardoso diz querer promover. Um debate que não durará seguramente duas semanas, como o autarca pretende, mas que deve mobilizar os cidadãos do Porto durante meses, para que o processo seja o mais transparente possível e para que cada munícipe possa formular o seu juízo em consciência. [...] Como diria Jorge Sampaio, este é um dever de cidadania inalienável (Lemos, *Público*, 16 de junho de 2001).

Apesar deste apelo, seria principalmente o Movimento pelo Parque da Cidade que realizaria várias iniciativas ao longo do verão e do outono de 2001 com o objetivo de debater o propósito público das frentes urbanas (*Comércio do Porto*, Faria e Marinho, 25 de julho de 2001). Ou seja, ao contrário do debate realizado no Rivoli, que, segundo Margarida Silva (membro do Movimento pelo Parque da Cidade), serviu apenas para "saber se o betão é importante para a carreira profissional deste ou daquele", o Movimento pelo Parque da Cidade pretendia "focalizar

a discussão nas questões que são verdadeiramente importantes", nomeadamente (*Comércio do Porto*, Faria e Marinho, 25 de julho de 2001 – fig. 50):

- Porque é que a autarquia não fez uso do direito de preferência na aquisição dos terrenos adquiridos pelo consórcio, tendo em conta que estes são indispensáveis para o Parque da Cidade e neles sempre estiveram previstos a expropriação?

- Como é que se explica a falta de verbas para o Parque quando a CMP dispunha de mais de 10 milhões de contos só para o Euro 2004?

- Porque é que a CMP fomenta a construção de novos edifícios em detrimento da recuperação dos milhares que estão degradados?

- Porque é que Fernando Gomes (ex-presidente eleito da CMP, que passara a "pasta" para Nuno Cardoso, e candidato à presidência da CMP nas eleições autárquicas de 2001) não declara a sua posição em relação aos desenvolvimentos do Parque da Cidade?

Para além disto, ao aproveitar-se do interesse dos meios-de-comunicação para sensibilizar e incluir os cidadãos na discussão sobre o Parque da Cidade, o Movimento pelo Parque da Cidade conseguiu angariar a simpatia e o apoio da população e das figuras públicas locais e adiar o licenciamento de construção das frentes urbanas até à realização de um referendo sobre o assunto (que nunca chegou a realizar-se). É verdade que seria muito dispendioso impedir a construção definitiva destas frentes urbanas, até porque a Câmara teria de expropriar os terrenos do viaduto que se encontravam na posse da imobiliária, porém, ao menos os portuenses saberiam que tinham poder de decisão sobre o assunto e porque é que estavam a ser chamados a decidir. E mais, muitos destes cidadãos preferiam que a expropriação fosse paga ao consórcio (*Comércio do Porto*, Faria e Marinho, 25 de julho de 2001).

Num país que, no início do milénio, tinha um baixo nível de associativismo e que, de um modo geral, privilegiou as ligações viárias, o saneamento básico e o desenvolvimento urbano, o caso do Movimento pelo Parque da Cidade é um exemplo singular de como um movimento popular ambiental organizado e predisposto a debater a causa, juntamente de redes de comunicação social e de cidadãos interessados, consegue influenciar as decisões políticas locais e unir a comunidade à volta da defesa de um espaço verde. O Parque da Cidade é uma das poucas áreas de ambiente natural de grandes dimensões no Porto, por isso seria natural que os cidadãos se mobilizassem para a preservação deste espaço, questionando a falta de transparência da CMP e os projetos dos

consórcios que, aos olhos do Movimento pelo Parque da Cidade, "constituem ameaças à integridade daqueles espaços" (*Público*, Cordeiro, 15 de julho de 2001). Tal como noticiado pela edição do *Público* de 5 de julho de 2001: "o empenhamento de um número crescente de cidadãos, que recusam ser postos à margem do processo de decisão, tornará muito mais difícil a qualquer futura gestão municipal fugir às regras da transparência em matérias vitais da política urbanística da cidade" (*Público*, Queirós, 05 de julho de 2001).

JORNAL DE NOTICIAS segunda-feira 29 de outubro de 2001

Eleições autárquicas 2001

Só Gomes faltou à marcha pelo Parque

Candidatos contra construção naquele espaço do Porto

Os candidatos a Presidência da Câmara do Porto, com excepção do socialista Fernando Gomes, participaram na 'Marcha de Solidariedade com o Parque da Cidade', que teve também a participação de dezenas de populares

Organizada pelo Movimento pelo Parque da Cidade a iniciativa teve como objectivo apelar a população para se opor à construção de frentes urbanas naquele espaço

A ausência de Fernando Gomes foi criticada pelos candidatos a autarquia portuense presentes na iniciativa -Rui Rio (PSD/PP), Rui Sá (CDU) e Teixeira Lopes (BE) - que a interpretaram como um sinal de que, caso o candidato socialista vença as eleições, "fará todos os possíveis para que haja cons-

Figura 51. Notícia sobre a Marcha promovida pelo Movimento pelo Parque da Cidade. Jornal de Notícias, 29 de outubro de 2001.

Este empenho e interesse dos cidadãos é notável, principalmente se considerarmos que o abaixo-assinado para a realização do referendo foi capaz de angariar 9 mil assinaturas (mais do que o limite fixado por lei – 7500, *Diário Digital*, 28 de outubro de 2001) e de organizar várias ações de rua, sendo que a mais prominente, a "Marcha de Solidariedade com o Parque", realizada a 28 de outubro de 2001 (fig. 51). Com esta Marcha, o Movimento pelo Parque da Cidade pretendeu, acima de tudo, "destacar o combate ao pedido de licenciamento de terrenos para construção no parque, que já foi solicitado pela Imoloc" e oferecer aos portuenses "o direito de se

pronunciar sobre o futuro do seu espaço verde mais emblemático, num clima de total transparência e diálogo" (*Público*, 28 de outubro de 2001).

Um marco no Movimento pelo Parque da Cidade devido ao impacto mediático e político que alcançou, a Marcha de Solidariedade pelo Parque da Cidade contou com centenas de participantes, entre eles vários ex-presidentes do executivo portuense (Fernando Cabral, Carlos Brito e Paulo Vallada - *Público*, 28 de outubro de 2001), candidatos à Câmara Municipal do Porto (Rui Rio, PSD/PP, Rui Sá, CDU, e Teixeira Lopes, BE – fig. 51), cujas eleições se realizariam em dezembro de 2001, e Teresa Lago (Presidente da Sociedade Porto 2001 – fig. 50). O Parque da Cidade e o Movimento em sua defesa tornavam-se desta maneira um tópico de interesse político local, em que o apoio partidário à sua causa seria relevante para a orientação de voto dos cidadãos portuenses nas eleições desse ano (*Jornal de Notícias*, 29 de outubro de 2001, fig. 51). Como diria Rui Rio numa entrevista à RTP em 2006: "o tema do Parque da Cidade 'não foi irrelevante, bem pelo contrário' nas duas vitórias que alcançou nas eleições autárquicas de 2001 e 2005. Os eleitores disseram claramente que não querem o seu parque rodeado de densas construções" (LUSA, RTP, 24 de março de 2006).

Vários outros escritores, jornalistas, poetas, atletas, artistas, entre outros (fig. 50), também manifestaram o seu apoio à causa do Movimento pelo Parque da Cidade entre julho e outubro de 2001, afirmando mesmo que "o Parque da Cidade é um espaço verde de enorme importância para a cidade e Área Metropolitana do Porto e, como tal, a sua área não deve ser diminuída, antes alargada" (*Publico*, 28 de outubro de 2001). Para além da conjuntura política e social que abonava a favor do Movimento pelo Parque da Cidade, devemos ainda realçar o papel dos registos hermenêuticos ao conservar a informação sobre este conflito social de grande importância para a história do Parque da Cidade. O relato jornalístico pode (e deve) ser uma fonte comparável a outras fontes mais convencionais, como atas municipais, planos diretores, artigos, de forma a acrescentar novas perspetivas que nos irão permitir descobrir o contexto, o desejo e o simbolismo que fez nascer o movimento ambiental popular. Foi este olhar mais aprofundado que nos permitiu integrar cada fase ou desenvolvimento do Parque da Cidade no contexto regional, nacional e internacional em que este surge e, posteriormente, o Movimento pelo Parque da Cidade. Óbvio que cabe ao investigador separar a subjetividade da informação factual e encontrar o porquê de o impulso mediático acontecer no movimento ambiental popular, porém a digitalização e conservação dos arquivos, em particular dos arquivos jornalísticos e televisivos, trouxe novos dados e uma nova exposição aos movimentos ambientais portugueses, apesar dos próprios interesses

e/ou conhecimento do jornalista, da população ou da redação e o contexto local e nacional serem condicionantes importantes quando se analisa uma peça jornalística e o sucesso (ou não) do movimento ambiental popular.

Para além disto, o interesse dos *media* na causa do Movimento pelo Parque da Cidade demonstra também o impacto que este movimento ambiental popular teve na população local e na uniformização da informação relativa ao Parque, sendo claro que o maior interesse dos cidadãos na questão do Parque da Cidade repercutiu-se num maior interesse da comunicação social e, consequentemente, num maior escrutínio público e transparência. Acossado pela iniciativa tomada por alguns cidadãos de avançar definitivamente com o debate sobre o Parque da Cidade, os *media* não se imiscuíram do assunto e relataram, com um certo sentido de responsabilidade, o "grande debate" do Parque da Cidade (Lemos, *Público,* 16 de junho de 2001). O que só prova que a iniciativa do grupo de cidadãos, que queriam defender o parque das agressões que lhe estavam a preparar, teve o mérito indiscutível de fazer sair um assunto que os principais interessados sempre quiseram manter em segredo. E, a partir do momento em que o Movimento pelo Parque da Cidade e a comunicação social "se uniram" na clarificação dos projetos do Parque da Cidade, começaram-se a discutir publicamente aspetos decisivos, nomeadamente (Lemos, *Público,* 2001):

- Porque é que se falava em indemnizações de milhões que poriam em risco as finanças camarárias se não se conheciam quaisquer direitos de construção adquiridos?

- Com que propósito é que um consórcio comprou uma parcela de terreno na frente marítima do parque, sabendo que se tratava de uma área onde não se podia construir? Foi com o objetivo de ser indemnizado ou porque tinha promessas (ou garantias) do presidente da Câmara de que esse terreno seria alvo de uma permuta na frente da Circunvalação onde poderia construir?

- Foi atribuído ao consórcio algum terreno na frente da Circunvalação? Se sim, porque é que os vereadores não sabem de nada? Se não, porque é que o consórcio anuncia em folhetos um empreendimento no local?

As perguntas multiplicaram-se, mas as que elencamos bastam para se perceber a falta de clareza em que todo este processo estava envolvido e como a comunicação social e o Movimento pelo Parque da Cidade foram essenciais para divulgar e harmonizar a informação sobre o Parque da Cidade. Como José Queirós afirmara no debate do café Majestic, "a cidade quer saber

que direitos adquiridos existem sobre ela. Qualificar ou não a frente do parque não está em questão, o que é importante é começar a informar as pessoas sobre o que se vai fazer" (*Um café no Majestic,* RTP, 20 de julho de 2001).

No fim, o apoio dado ao Movimento pelo Parque da Cidade, por parte da população e *media* local e/ou regional, deve-se, em grande parte, ao facto de não haver informação (disponível) suficiente para sustentar o projeto de Nuno Cardoso e do consórcio, o que prejudicou a sua execução e a candidatura socialista à presidência da CMP (Fernando Gomes pelo PS) e motivou o sucesso do Movimento pelo Parque da Cidade e das candidaturas adversárias, com especial destaque para Rui Rio (que, juntamente com outros, declarara o apoio incondicional à causa do Movimento pelo Parque da Cidade – fig. 51). Nuno Cardoso abandonaria o cargo, mas não sem antes deferir dois PIP (Pedido de Informação Prévia), em 04 de janeiro de 2002, que continham os projetos das frentes urbanas e permitiam a construção de oito moradias geminadas na Av. da Boavista e quatro edifícios na Estrada da Circunvalação (*Público*, Gomes, 05 de janeiro de 2002). Segundo Nuno Cardoso, a aprovação destes pedidos deveu-se aos "pareceres técnicos dos serviços, que eram todos favoráveis" e ao facto do prazo para o executivo portuense se pronunciar terminar nesse mesmo dia (*Público*, Gomes, 05 de janeiro de 2002). Para além disto, Cardoso garantiu que esta decisão não foi de todo política, pois os serviços técnicos avaliaram a questão à luz da lei e salvaguardaram os interesses dos munícipes (Público, Gomes, 05 de janeiro de 2002). Rui Rio assumia o cargo com a promessa eleitoral de não construir nos primeiros quatros anos, um possível referendo local e uma dura novela judicial contra o consórcio liderado pela IMOLOC (que aumentou ainda mais o peso do Parque sobre a cidade).

5.4 – Depois do Movimento pelo Parque da Cidade

Tudo o que aconteceria depois, inclusive os futuros PIPs e acordos polémicos, esteve de alguma maneira relacionado com este despacho de Nuno Cardoso. Apesar dos prejuízos causados ao erário público portuense, Rui Rio, desde o seu início, viria a comprometer-se com a não construção destas frentes urbanas, como indicam as suas declarações ao *Público*: "os portuenses votaram em mim por várias razões, entre as quais esta – que foi uma das questões mais discutidas durante a campanha" (*Público*, Pereira, 05 de janeiro de 2002). Esta posição viria a ser fortalecida na sua reeleição em 2005 quando reafirmou que "continua[va] a defender que o Parque da Cidade deve respirar, não podendo ser limitado por grandes construções" (LUSA, RTP, 24 de março de

2006). O próprio Movimento pelo Parque da Cidade viria, num comunicado à imprensa,[45] a responder a esta decisão de Nuno Cardoso e organizou uma ação popular em 05 de janeiro de 2002, em que, junto de vários populares, se declarou "mais determinado do que nunca em impedir a construção em todas as frentes do Parque" e disponibilizou-se para retomar, de imediato, campanhas e marchas de sensibilização junto dos utentes do Parque até que o Parque da Cidade esteja protegido das frentes urbanas que a população portuense havia recusado (*Movimento pelo Parque da Cidade*, 05 de janeiro de 2002).

Porém, tal como referiu Rui Sá, vereador eleito pela CDU em dezembro de 2001, a decisão de Nuno Cardoso "pode não ser irreversível, mas enfraquece a futura capacidade de negociação da câmara com a IMOLOC" (*Público,* Pereira, 05 de janeiro de 2002). E, infelizmente, não seria o único legado de Gomes e Cardoso, já que todos estes acordos da Câmara Municipal relativamente aos processos do Parque da Cidade, tarde ou cedo, viriam a ser discutidos em tribunal. Nuno Cardoso viria a ser acusado de favorecimento ao FC Porto na sequência da permuta dos terrenos de Aldoar e das Antas (*Público,* Faria, 30 de abril de 2004). Segundo, Rui Sousa, representante da família Ramalho, este caso era "consequência de vários actos maltratados pela câmara nas ligações com o FC Porto" (*Diário de Notícias*, Robalo e Mendes, 01 de junho de 2007). Cardoso viria a ser absolvido em 2010, apesar dos prejuízos (na ordem dos milhões) que a Câmara Municipal do Porto havia sofrido por causa das permutas e das indemnizações aos proprietários (*Diário de Notícias*, Teixeira, 11 de novembro de 2010).

Relativamente às expropriações da frente marítima e aos terrenos das frentes urbanas da Estrada da Circunvalação e da Av. da Boavista, este caso viria a ser lento e dispendioso. Desde o início, o novo executivo portuense declarou que estaria aberto à discussão pública sobre o assunto: "achamos que deve haver discussão pública. Por isso vamos começar já, com diversas iniciativas, e podemos recuperar a ideia do referendo, se for caso disso" (*Público*, Pinto, 15 de novembro de 2002). A primeira vez que o consórcio recorreu aos tribunais ocorreu em novembro de 2002, após o vereador do Urbanismo, Ricardo Figueiredo, indeferir o PIP aprovado por Nuno Cardoso (*Público,* Carvalho, 15 de setembro de 2018). Este pedido viria ser rejeitado pelo Tribunal Administrativo do Porto, mas seria consecutivamente recorrido até chegar ao Supremo Tribunal Administrativo, que obrigou a CMP a pagar cerca de 27 milhões de euros por todos estes terrenos (ao qual poder-se-iam acrescentar 160 milhões de euros pela revogação do PIP e pela construção do Edifício de

[45] Fonte: http://parquedacidade.no.sapo.pt/comunicados/05janeiro2002.html

vidro e do viaduto em terreno privado (*Público*, Carvalho, 15 de setembro de 2018)). Todo este processo viria a conhecer o seu desfecho no final de 2008, quando Rui Rio chegou a um acordo com os proprietários do terreno e entregou quatro lotes de terrenos para construção em vários pontos da cidade (entre eles, o também polémico empreendimento na escarpa da ponte da Arrábida), o Edifício Transparente e o Matadouro, em São Roque da Lameira (*Público*, Moreira, 20 de dezembro de 2008).

Dito isto, em jeito de conclusão, podemos afirmar que o Movimento pelo Parque da Cidade conseguiu não só influenciar as decisões políticas relativas ao Parque da Cidade que se seguiram, como trazer para a cidade um novo tipo de desenvolvimento urbano, com mais espaços verdes e apoiado no debate e na transparência. Como exemplo podemos referir o Parque Oriental da Cidade, construído no segundo mandato de Rui Rio e que, segundo o ex-autarca, é diretamente influenciado pelo agora denominado Parque Ocidental da Cidade: "a cidade está a desenvolver noutros espaços verdes, nomeadamente o Parque Oriental, projecto de 81 hectares "ainda em fase embrionária", mas que deverá ter um impacto semelhante ao do Parque Ocidental" (LUSA, RTP, 24 de março de 2006). Rui Rio destacou ainda a importância daquilo a que chamou "jardins de proximidade", ou seja, projetos "de dimensão local dinamizados pela autarquia para a criação de espaços verdes nas áreas habitacionais" (LUSA, RTP, 24 de março de 2006).

Com isto, quase todos objetivos do Movimento pelo Parque da Cidade foram cumpridos, já que este movimento não se propunha somente à proibição de práticas relacionadas aos excessos, mas também na promoção de ideias de bem-estar, debate público, coesão social e/ou renovação de infraestruturas. De acrescentar ainda a criação de um gabinete para o desenvolvimento urbano do Parque, no quais se incluíram Sidónio Pardal e um dirigente do MPC. No fundo, como bem indicaria Bernardino Guimarães anos mais tarde, o Movimento pelo Parque da Cidade sempre quis que o Porto tivesse o "direito à integridade do seu maior espaço verde, e a democracia passa sempre por opções claras e intenções transparentes" (*Público,* Guimarães e Marques, 27 de maio de 2009). Por último, é importante referir que o Parque Ocidental da Cidade possui, atualmente, cerca de 90 hectares, fruto das várias ampliações e obras de melhoramento que ao longo da última década foram sendo feitas (a última em 2020, alargando o Parque para a zona do Queimódromo).

Conclusão

Se o Movimento pelo Parque da Cidade pode ser associado à defesa do espaço do Parque da Cidade, não podemos descurar também a dimensão social e a experimentação urbanística que este exigiu ao executivo do Porto. A génese do Movimento pelo Parque da Cidade está inequivocamente ligada à falta de coordenação e informação dos vários projetos do Parque da Cidade e às incongruências e conflitos dentro da Câmara Municipal do Porto, daí o esforço de debater e uniformizar a informação relativa ao Parque da Cidade. Para a perceção do impacto e do desenvolvimento deste Movimento, cremos ter ficado patente no quinto capítulo, como a evolução do debate em volta do Parque da Cidade se ia projetando nos vários estratos da sociedade. Vão-se percebendo os vários objetivos traçados coletivamente, como promover a participação pública e defender o Parque da Cidade, organização de debates, ações de rua, propor um referendo que permitisse adiar a construção nas frentes urbanas e obrigar a Câmara Municipal do Porto a discutir os projetos do Parque da Cidade antes de iniciá-los. Alcançados estes objetivos, definiram como passo seguinte a massificação das preocupações sociais sobre o Parque da Cidade e encontrar apoio político, mediático e social para a sua causa. Já a Marcha de Solidariedade pelo Parque da Cidade permitiu a reunião de vários cidadãos com interesses de intervenção comuns se conhecessem e começassem a gizar futuros debates sobre o Parque da Cidade, ainda que pudessem divergir em relação às opções ideológicas.

No fundo, o Movimento pelo Parque da Cidade procurou debruçar-se sobre a utilidade pública e económica do Parque da Cidade e desafiou o executivo portuense a fazer o mesmo sobre as frentes urbanas que propunha para a Av. da Boavista e para a Estrada da Circunvalação. O debate público sobre o Parque da Cidade seria, no seu entender, a única forma de sustentar os projetos do Parque da Cidade (ou qualquer outro projeto urbano), pelo simples facto de ter tido participação pública na construção do espaço verde e, consequentemente, aproximação do espaço aos cidadãos. Na esteira do Movimento pelo Parque da Cidade, o maior acesso à informação e o desenvolvimento social e literário permitiu o desenvolvimento de uma rede formada por cidadãos em torno do Parque da Cidade, algo que pode ter ajudado no sucesso (e possível confiança) deste movimento ambiental popular.

Para além disto, os processos de desenvolvimento que ocorreram no país afetaram diretamente a perceção dos cidadãos sobre a natureza. A urbanização aumentou e com isso as preocupações ambientais adquiriram outra relevância, mesmo não existindo uma verdadeira

consciência ecológica dentro da sociedade portuguesa. E num contexto local isto é particularmente importante, pois este tipo de movimentos populares tende a ter um contexto de intervenção sobre a realidade material, normalmente associado à defesa de um bem natural que "pertence" a um grupo de cidadãos, que pertence ao "seu quintal" – como é o caso do Movimento pelo Parque da Cidade. Os dados revelados no segundo capítulo revelam isso mesmo: a ligação entre os protestos populares, o quotidiano e o meio-ambiente que "pertence" ao indivíduo local é de enorme importância para o sucesso de grande parte dos movimentos ambientais populares, pois as causas que merecem maior atenção por parte da população são as que contribuem para a implementação definitiva da participação coletiva nos inúmeros espaços urbanos ou problemas ambientais que existem no país. Por fim, recusam fechar o debate na redoma das formulações e discussões puramente académicas ou técnicas. Até porque as formas de processo e exigências dos movimentos de raiz popular e a fraca cultura ecológica assim o exigiam, apesar dos especialistas sobre o assunto serem frequentemente utilizados como forma de divulgar, legitimar ou ajudar a resolver o problema levantado. Longe de buscarem lideranças fortes ou modelos organizativos rígidos ou estruturados, veem na informalidade uma forma de demonstrarem a sua diferença, assim como o meio mais eficaz de conseguirem concretizar os seus objetivos.

Desta forma, como notámos no caso do Parque da Cidade, o conhecimento académico por si só não é suficiente e, muitas vezes, é subjugado pela ligação dos habitantes à localidade/espaço ou por contexto sociais e/ou políticos (no caso específico do Parque da Cidade – o período eleitoral e a renovação urbanística da cidade), que são especialmente relevantes para a continuidade e eficácia do movimento popular ambiental. Assim, há que conjugar as crises urbanas e ambientais explicadas no primeiro capítulo de forma a entender não só as várias faces do debate sobre o Parque da Cidade, como também as suas funções dentro de um espaço urbano. Aqui salientamos o papel da arquitetura paisagista e do debate promovido à volta da transformação urbana ao longo do século XIX e XX por se proporem a utilizar a natureza como processo de ação e união coletiva – como um verdadeiro direito à natureza na cidade para todos os seus habitantes. Porém, de realçar que, no início, a proposta de incorporação da natureza na vida social surge como recurso para alcançar a satisfação individual, não coletiva.

Nessa altura, já a ideologia do consumo e os avanços urbanos haviam mercantilizado a natureza, que passará a ser incorporada ao território como espaço produzido. A valorização do projeto de satisfação pessoal marcava as relações entre o homem e a natureza e os riscos inerentes à utilização excessiva e desadequada do território e dos recursos naturais, na maior

parte dos casos, não eram considerados. A água, o ar puro, as árvores, os animais e o "próprio quintal" das populações passaram a ser considerados artigos de luxo e quem não pode pagar por eles fica excluído desses bens. Ou seja, a produção da natureza passou a ter o objetivo de valorizar aqueles que têm o poder de a comprar e de discriminar quem a não tem, o que motivou o aumento das lutas socioambientais. Em suma, no primeiro e segundo capítulo, procuramos também explicar como a conversão da natureza em "bem" enclausurado em locais privados ou longínquos irá motivar a resposta dos movimentos socioambientais e o surgimento de mais espaços verdes e mais estudos que explicam as vantagens públicas destas áreas. Ou seja, como a construção do direito à natureza na cidade ou de cidades "verdes" está diretamente ligada com os movimentos populares que reivindicam o usufruto digno e "saudável" das cidades.

Com isto, ao longo do capítulo 3 tentamos traçar como o Parque da Cidade refletiu a necessidade de a população ter um espaço social verde na sua cidade, desassociada do mundo imobiliário. A melhoria do bem-estar social é igualmente próxima a este espaço verde. Desta forma, defendemos que a ligação entre os horticultores e o meio-ambiente portuense e como os vários planos urbanos do Porto exigiram que o enquadramento urbano dos espaços verdes fosse entendido como um processo integrado à vida social, onde o dever de preservação do espaço social é (ou deveria ser) imprescindível para o Estado e para os seus cidadãos. No caso particular do Parque da Cidade, a criação conjunta desta história social em redor deste espaço verde fortaleceria ainda as solidariedades urbanas, cada vez menores no nosso mundo, como vimos no quarto capítulo.

Por último, concluímos que uma das grandes realizações do Movimento pelo Parque da Cidade foi o de ter aberto o debate sobre o Parque da Cidade ao público. A primeira iniciativa foi o referendo proposto no início de 2001 com o objetivo de impedir a construção das frentes urbanas na envolvente do Parque da Cidade sem antes ter havido discussão pública sobre o assunto. No verão de 2001, seguiram-se várias iniciativas de rua, debates e a distribuição de panfletos com informação sobre o Parque da Cidade, sendo este último mais voltado para a sua causas e para as iniciativas que o Movimento promovia. Contudo, a maior realização do movimento, como explicámos no quinto capítulo, foi a Marcha de Solidariedade pelo Parque da Cidade, que recolheu o apoio político de quase todos os candidatos à Câmara Municipal do Porto em 2001 e de grande parte da população portuense. Por outro lado, importa realçar que as críticas às frentes urbanas se centravam, como é evidente, na falta de informação disponível sobre o assunto e nos possíveis acordos que poderiam prejudicar o interesse público sobre o espaço e o desenho do Parque. Pela

importância que esta questão teve no debate e no referendo sobre o Parque da Cidade, o Movimento pelo Parque da Cidade não se furtou à discussão pública.

Naturalmente, aos olhos da população, o argumento de um arquiteto tinha maior peso do que o de um jovem ecologista, contudo, até os artigos na imprensa procuraram moldar uma opinião pública favorável à não construção das frentes urbanas, sem antes haver debate público sobre o assunto. Decisiva foi também a adesão de Teresa Lago (Presidente da Sociedade Porto 2001) à causa deste Movimento, o que obrigou a Câmara Municipal a não construir, de imediato, nas envolventes do Parque da Cidade. Poucas semanas depois, organizam-se eleições e Rui Rio, candidato que apoiava a não-construção, ganhou. Assim, como verificado no quinto capítulo, a luta popular, a intervenção do Movimento pelo Parque da Cidade e os esclarecimentos prestados por jornalistas e académicos geraram uma opinião pública maioritariamente favorável à "não-construção" ou, pelo menos, ciente dos projetos que envolviam o Parque da Cidade e, por isso, reticente quanto às propostas de Nuno Cardoso. Em certa medida, a proposta mais exequível e mais facilmente compreensível para maioria da população era a do Movimento pelo Parque da Cidade, que pretendia discutir os projetos que afetavam, direta ou indiretamente, a população portuense.

Com isto, concluímos que os protestos populares portugueses demonstram a necessidade de criar políticas urbanas construtivas orientadas para o cidadão e não a proliferação de planos que visam a proliferação de construções clandestinas e o desenvolvimento selvagem do «turismo» e da urbanização. Enfatizam também o papel das cidades como espaços onde o usufruto da riqueza, da cultura e da natureza são garantidos a todos os seus habitantes, garantindo a todas as pessoas o usufruto pleno da economia, da cultura, das infraestruturas e dos recursos, com base em critérios de equidade distributiva, complementaridade económica, respeito pela cultura, a diversidade e a sustentabilidade ambiental. Ou seja, a criação de um direito à natureza na cidade que funcione como uma garantia do cumprimento das várias legislações que não possuem mecanismos que asseguram a qualidade do ar, da água, à vida em comunidade e à fauna urbana ou apele à criação de outros que procurem conciliar as políticas ambientais e as políticas de ordenamento de território. A natureza passaria a ser um espaço de convívio social, de fácil acesso e independente do poder aquisitivo ou da economia local, e resgatava-se a ideia de totalidade da natureza na cidade, não como uma forma de retorno à natureza primitiva, mas como uma verdadeira incorporação da natureza na cidade.

Os movimentos ambientais populares portugueses, em certa parte, procuram esta construção social da natureza ao protegerem o espaço que lhes pertence. No entanto, como vimos no capítulo 2, a proteção e a política ambiental portuguesa não se foca na preservação do natural, não incentiva a relação entre o urbanismo e a ecologia, nem orienta a utilização coletiva dos espaços verdes. A própria intervenção do Estado opta pelo valor da troca que ambas as partes oferecem, quando este deveria seguir os interesses da sua população. Ou seja, o dever de preservação da natureza e do bem-estar social, inerente ao Estado, é facilmente atirado como moeda de troca. O projeto e a luta pelo um espaço verde não é de todo comparável com um plano urbanístico de uma grande cidade, porém, o aparecimento de lutas populares como a suscitada pelo Movimento pelo Parque da Cidade não pode ser desligado do trabalho de despertar a consciência e do estudo urbano-ambiental em Portugal e, no caso específico do Parque Ocidental da Cidade, nas várias propostas urbanas que se seguiram no Porto, como o Parque Oriental da Cidade ou o projeto urbanístico junto à ponte da Arrábida, cujo a relação ficará para um futuro estudo.

Fontes e Bibliografia

Fontes

ACT-FCT - Comissão Nacional do Ambiente (1971). *Monografia Nacional sobre Problemas Relativos ao Ambiente, A submeter à Conferência sobre Problemas Relativos ao Ambiente promovida pela Comissão Económica para a Europa (Praga, Maio de 1971)*. Secretaria Geral do JNICT, janeiro de 1971, Lisboa: ACT-FCT - Comissão Nacional do Ambiente.

Presidência do Conselho - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1971). *Relatório de Actividades – 1971*. Diário do Governo, Série I, n.º 143, 19 de junho de 1971. Lisboa: JNICT, pp. 918 - 919.

Agência LUSA (2006). "Rui Rio quer Parque da Cidade sem "grandes construções" à volta", *RTP*, 24 de março de 2006.

Auzelle, Robert (1962). *Plano Diretor do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Botelho, L. & Rocha, J. M. (2001). "Porto 2001 desmente Nuno Cardoso no caso do Parque da Cidade", *Público*, 21 de agosto de 2001, p. 3.

Campos, Ezequiel de (1932). *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Câmara Municipal do Porto (1906 - 1926), *atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Câmara Municipal do Porto (1945). *Dois Pareceres da Comissão de Estudo da Valorização Turística da Foz-do-Douro*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Câmara Municipal do Porto (1948). *Plano Parcial de Urbanização da Zona do Castelo do Queijo*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Carvalho, P. (2018). "Rio cedeu na escarpa da Arrábida para conseguir acordo do Parque da Cidade", *Público*, 15 de setembro de 2018.

Cordeiro, J. M. L. (2001). "A longa história do Parque da Cidade", *Público*, 15 de julho de 2001, p. 13.

Corvacho, N. (1999). "Viaduto garantido no parque", *Público,* 02 de junho de 1999.

Corvacho, N. (2001). "Assinaturas Já Rolam Contra a Projectada Frente Urbana do Parque da Cidade", *Público*, 13 de junho de 2001, p. 2.

Costa, A. R. & Milheiro, A. V. (1995). "Uma Tradição Revisitada", *Público*, 30 de abril de 1995.

Diário de Notícias (2001) "Movimento pelo Parque da Cidade no Porto quer referendo", *Diário de Notícias*, 12 de junho de 2001, p. 26.

Diário Digital (2001). "Movimento pelo Parque da Cidade promove marcha", *Diário Digital*, 28 de outubro de 2001.

Domingues, A. (1999). "Paciência, Pardal, que chegou o Morales", *Público*, 17 de abril de 1999.

Faria, N. & Marinho, L. (2001). "Lagos contra prédios no Parque da Cidade", *Comércio do Porto*, 25 de julho de 2001, p. 6.

Faria, N. (2004). "Permuta de terrenos no Parque da Cidade pode provocar prejuízos ainda maiores à Câmara do Porto", *Público*, 06 de maio de 2004, p. 2.

Faria, N. (2004). "Rui Sá alerta para perigo do Parque da Cidade ficar uma ''manta de retalhos'', *Público*, 30 de abril de 2004, p. 12.

Fontes, F. & Gomes, M. (1999). "Um viaduto em frente ao mar", *Público*, 22 de março de 1999.

Garret, Antão de Almeida (1952). *Plano Regulador da cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Gomes, C. A. (2001). "A vergonha no Parque", *Comércio do Porto*, 05 de julho de 2001, p. 16.

Gomes, M (1999). "Câmara cede terrenos ao FC Porto", *Público*, 30 de julho de 1999.

Gomes, M. (2001). "Gaspar desconhece frente urbana do Parque", *Público*, 27 de junho de 2001, p. 3.

Gomes, M. (2002). "Nuno Cardoso Deferiu Projectos da Imoloc para o Parque da Cidade", *Público*, 05 de janeiro de 2002, p. 2.

Guimarães, B. & Marques, J. (2009). "Em defesa de Rui Rio e do Parque da Cidade", *Público*, 27 de maio de 2009.

Jornal de Notícias (2000). "Frente urbana terá de respeitar zona envolvente", *Jornal de Notícias*, 17 de novembro de 2000.

Jornal de Notícias (2001). "Só Gomes faltou à marcha pelo Parque", *Jornal de Notícias*, 29 de outubro de 2001, p. 14.

Lemos, J. A. (2001). "Cardoso e o Parque da Cidade", *Público*, 16 de junho de 2001, p. 2.

Loureiro, J. M. (1892). "Última Página – Despedida", *Jornal de Horticultura Prática*, n. º 12, setembro de 1892, pp. 285 - 288.

Lusseau, H. (1878). "A Arquitectura de Jardins", *Jornal de Horticultura Prática*, n. º 9, 1978, pp. 176 - 177.

Marmelo, J (1999). "Mais agitação no Parque da Cidade", *Público*, 26 de março de 1999.

Marmelo, J. (1999). "Estudos viabilizam projecto de Solà-Morales", *Público*, 17 de julho de 1999.

Marmelo, J. (2000). "Parque da Cidade até ao Molhe", *Público*, 10 de maio de 2000, p. 15.

Marmelo, J. (2001). “Debate sobre o Parque da Cidade é para continuar”, *Público*, 05 de julho de 2001, p. 2.

Marmelo, J. (2004). "Edifício transparente" pouco concorrido”, *Público*, 24 de janeiro de 2004, p. 4.

Mendes, J. P. & Robalo, H. (2007). “Cardoso e FC Porto contestam acusação”, *Diário de Notícias*, 01 de junho de 2007.

Moreira, J. A. (2008). “Acordo global põe fim a todos os processos judiciais do Parque da Cidade no Porto”, *Público*, 20 de dezembro de 2008.

Movimento pelo Parque da Cidade (2001). “Movimento pelo Parque da Cidade”, *Público,* 19 de maio de 2001, p. 10.

Movimento pelo Parque da Cidade (2002). “Comunicado à imprensa”, http://parquedacidade.no.sapo.pt/comunicados/05janeiro2002.html.

Pereira, A. C. (2001). “Os Ratos, as Obras e o Parque da Cidade”, *Público,* 04 de julho de 2001, p. 20.

Pereira, A. C. (2001). “Parque da Cidade Degradado e com Falta de Equipamentos”, *Público*, 12 de fevereiro de 2001, p. 5.

Pereira, A. C. (2002). “Reacções”, *Público*, 05 de janeiro de 2002, p. 2.

Pinto, L. (2002). “Movimento pelo Parque da Cidade do Porto Retoma Contestação”, *Público*, 15 de novembro de 2002, p. 13.

Público (2001). “Movimento pelo Parque da Cidade promove marcha de solidariedade”, *Público*, 28 de outubro de 2001, p. 13.

Queirós, J. (2001). “O referendo do Porto”, *Público*, 05 de julho de 2001, p. 3.

RTP (2001, 20 de julho). Um Café no Majestic [Vídeo]. RTP: https://arquivos.rtp.pt/programas/um-cafe-no-majestic/

Serviços de Edificações Municipais. (1942). *Inquéritos Preliminares, Plano Geral de Urbanização*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Silva, L. A. P. (1844). “Bases ou Pensamentos Fundamentaes para a organização de uma Sociedade de Cultura e Recreio no Porto”, *Jardim Portuense*, 1844, pp. 151 - 152.

Siza, R. (2000). “APDL adverte Câmara do Porto”, *Público*, 27 de janeiro de 2000.

Siza, R. (2001). “Câmara admite comprar terrenos expropriados no Parque”, *Público*, 11 de abril de 2001, p. 2.

Teixeira, A. (2010). "Nuno Cardoso é absolvido e lança ataque a Rui Rio", *Diário de Notícias*, 11 de novembro de 2010.

Bibliografia

Abreu, R. (2017). *Alternativas de Financiamento para o Parque da Cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Economia do Porto.

Addison. J. & Steele. R. (1712). "The Art of Nature". *The Spectator*, n. º 414, 25 de junho de 1712.

Addison. J. (1712). "Pleasures of Imagination". *The Spectator*, n.º 411, 21 de junho de 1712.

Addison. J. (1712). "Final Causes of Beauty". *The Spectator*, n. º 413, 24 de junho de 1712.

Addison. J. (1712). "Sources of Pleasure". *The Spectator*, n. º 412, 21 de junho de 1712.

Almeida, J. F., Casanova, J. L., Costa, A. F., Lima, A. V., Nave, J. G. & Schmidt, L. (1997). *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional*. Celta Editora.

Almeida, J. F., Casanova, J. L., Ferreira, A. C., Garcia, J. L., Lima, A. V., Nave, J. G. & Schmidt, L. (1997). *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional*. Observa

Andresen, T. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*. Tese de Doutoramento. Aveiro: Departamento de Ambiente e Planeamento da Universidade de Aveiro.

Baumgärtner, S & Quaas, M. (2010). "What is sustainability economics?". *Ecological Economics*, nº 3, janeiro de 2010, pp. 445 - 450.

Boone, C. & Modarres, A. (2006). *City and Environment*. Temple University Press.

Bruggemeir, F. (2016). "The Ecological Movement*". Moving the Social*. n. º 55, 14 de outubro de 2016, pp. 75 - 92.

Cabral, F. C. (1940). *Jardins*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Carreira, R. (1998). *Ambientalismo e Educação Ambiental em Espaços Verdes da Área Metropolitana do Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Chakrabaty, D. (2009). "The Climate of History: Four theses". *Critical Inquiry*, n. º 2 (Winter), 30 de outubro de 2009, pp. 197 - 222.

Chakrabaty, D. (2021). *The Climate of History in a Planetary age*. The University of Chicago Press.

Cidade, L., Jatobá, S. & Vargas, G. (2009). "Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: Diferentes visões da sustentabilidade e do território". *Sociedade e Estado*, n. º 1, 15 de junho de 2009, pp. 47 - 87.

Claúdio, M. (2006). *Parque da Cidade: Um Éden de Bolso*. Câmara Municipal do Porto.

Comunidade Europeia Económica (1990). *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*. Bruxelas: Comissão Europeia. ´

Doherty, B. (2002). *Ideas and Actions in the Green Movement*. Routledge

Downing, A. J. (1884). *A treatise on the theory and practice of landscape gardening, adapted to North America*. Wiley and Putnam, London.

Downing, A. J. (2011). *Victorian Cottage Residences (Dover Architecture).* Dover Publications.

Fernandes, K., & Michelon, G. (2021). "Do Planejamento urbano ao direito à cidade". *Revista da Faculdade de Direito da FMP*, n. º 16(2), 16 de dezembro de 2021, pp. 30 - 50.

Fernandes. K. M. & Higuchi. M. I. G. (2017) "Parques verdes urbanos: espaços de sensibilização ambiental e bem-estar social". *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, n. º 4, 2017, pp. 23 - 36.

Gilpin, W. (1871). *Forest Scenery*. London: James Nisbet & CO., 21 Berners Street.

Harnik, P. (2010). *Urban Green - Innovative Parks for Resurgent Cities*. Washington, DC: Island Press.

Henrique, W. (2009). *O direito à natureza na Cidade*. EDUFBA.

Kanh, M. (2006). *Green cities: urban growth and the environment*. Brookings Institution Press.

Kousis, M. (1998). *Protest-Case Analysis: A Methodological Approach for the Study of Grassroots Environmental Mobilizations*. Michigan: CRSO – University of Michigan, the Working Paper Series.

Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.

Madeira, B. (2016). *O nascimento dos movimentos ecologistas no Porto (1974-1980)*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Mansinho, M. I. & Schmidt, L. (1994). "A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico". *Análise Social*, n. º 125 - 126, 1994, pp. 441 - 481.

Marques, T. (2009). *Dos jardineiros paisagistas e horticultores do Porto de Oitocentos ao modernismo na arquitetura paisagista em Portugal*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

McHarg, I. (1995). *Design with Nature*. John Wiley & Sons Inc.

Meadows, D. H.; Meadows, D. L.; Randers, J. & Behrens W. W. (1972). *The Limits to Growth; A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books.

Miller, L. (2006). "O Parque da Cidade do Porto: Inspiração nas Tramas Douradas da História", *in* Pardal, S. (2006). *Parque da Cidade: Ideias e Paisagem*. GAPTEC - Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 103 - 119.

Newton, N. (1971). *Design on the Land: The Development of Landscape Architecture*. Harvard University Press.

Organização das Nações Unidas (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.* Organização das Nações Unidas: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas de 1987.

Pace, R.; Churkina, G. & Rivera, M. (2016). *How Green is a "Green City"? - A review of existing indicators and approches.* Institute for Advanced Sustainability Studies (IASS).

Padua, J. (2005). "Herança Romântica e ecologismo contemporâneo. Existe um vínculo histórico?". *Varia História*, n. º 33, janeiro de 2005, pp. 58 - 75.

Pardal, S. (2006). *Parque da Cidade: Ideias e Paisagem*. GAPTEC - Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa.

Peixoto F. L. (2005). "A Cidade e o Parque: Referências e Conceitos Operativos", *in* Pardal, S. (2006). *Parque da Cidade: Ideias e Paisagem*. GAPTEC - Gabinete de Apoio da Universidade Técnica de Lisboa.

Pereira, P. & Ramos, V. (2021). "O Direito à Cidade: Da Transcendência à Imanência. Uma Relação de Confronto entre Cidade e Natureza". *Revista Internacional de Investigaciones Filósoficas*, n. º 22, 2021, pp. 26 - 43.

Puckler-Muskau, H. L. H. (1917). *Hints on Landscape Gardening*. Houghton Mifflin, Boston.

Queirós, M. (2002). "O Ambiente nas Políticas Públicas em Portugal". *Finisterra*, n. º 73, junho de 2002, pp. 33 - 59.

Rüdig, W. (1990). *Anti-Nuclear Movements: A World Survey of Opposition to Nuclear Energy*. Harlow: Longman.

Santos, B. S. (1990). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988).* Afrontamento.

Schipperijn, Jasper; Stigsdotter, Ulrika K.; Randrup, Thomas B. e Troelsen, Jens. (2010). "Influences on the use of urban green space – A case study in Odense, Denmark". *Urban Forestry & Urban Greening*, n. º 1, dezembro de 2010, pp. 25 - 32.

Short, J & Short, L (2008). *Cities and Nature*. Routledge.

Soromenho-Marques, V. (1998). "A Política de Ambiente em Portugal: Balanço e Perspectivas. O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente". *Mem Martins: Publicações Europa-América*, 1998, pp. 71 - 106.

Soromenho-Marques, V. (2005). *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Publicações Europa-América.

V Fórum Social Mundial (2005). *Carta Mundial do Direito à Cidade*. Brasil: V Fórum Social Mundial.

Legislação

DGOT (1988). *Carta Europeia do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território.

Constituição da República Portuguesa (2021). Coimbra: Almedina.

Assembleia da República (1987). *Lei n.º 11/87, de 07 de abril*. Diário da República, Série I, n. º 81, 07 de abril de 1987, pp. 1386 - 1408. Lisboa: Assembleia da República.

Presidência do Conselho de Ministros (1995). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/95, de 21 de abril*. Diário da República, Série I-B, n.º 94/1995, 21 de abril de 1995, p. 2300. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação (1989). *Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho*. Diário da República, Série I, n. º 134, 14 de junho de 1989, pp. 2318–2327. Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Ministério da Marinha - Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo (1971). *Decreto-Lei n.º 90/71, de 22 de março*. Diário do Governo n.º 68/1971, Série I, 22 de março de 1971, pp. 364 - 365. Lisboa: Ministério da Marinha - Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo

Ministério da Qualidade de Vida (1983). *Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho*. Diário da República, Série I, n.º 152/1983, 05 de julho de 1983, pp. 2425–2427. Lisboa: Ministério da Qualidade de Vida.

Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro (1971). *Decreto-lei 502/71, de 18 de novembro*. Diário do Governo n.º 271/1971, Série I, 18 de novembro de 1971, pp. 1767 - 1768. Lisboa: Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro.

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1992). *Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de outubro.* Diário da República, Série I A, n. º 235, 12 de outubro de 1992, p. 4759. Lisboa: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Ministérios da Qualidade de Vida, das Finanças e do Plano, da Habitação, Obras Públicas e Transportes e da Reforma Administrativa (1983). *Decreto-Lei n.º 337/83, de 20 de julho*. Diário da República, Série I, n.º 165/1983, 20 de julho de 1983, pp. 2640 – 2641. Lisboa: Ministérios da Qualidade de Vida, das Finanças e do Plano, da Habitação, Obras Públicas e Transportes e da Reforma Administrativa.